



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE HUMANIDADES – CH**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA- UAHG**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**ALANA CAVALCANTI CRUZ**

**JOÃO PESSOA DO RIO AO MAR: VITRINE DO MODERNO E  
SENSIBILIDADES URBANAS**

Campina Grande/PB

Abril /2015

**JOÃO PESSOA DO RIO AO MAR: VITRINE DO MODERNO E  
SENSIBILIDADES URBANAS**

**ALANA CAVALCANTI CRUZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História/UFCG, na Linha de Pesquisa Cultura e Cidades, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Professora Doutora Keila Queiroz e Silva.

Campina Grande/PB

Abril /2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

C957j Cruz, Alana Cavalcanti.  
João Pessoa do rio ao mar: vitrine do moderno e sensibilidades urbanas / Alana Cavalcanti Cruz. – Campina Grande, 2015.  
119 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Keila Queiroz e Silva".  
Referências.

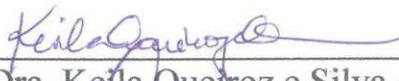
1. Cidade. 2. Vitrine. 3. Moderno. 4. Litoral. 5. Fluvial.  
I. Silva, Keila Queiroz e. II. Título.

CDU 94:316.334.56(043)

**ALANA CAVALCANTI CRUZ**

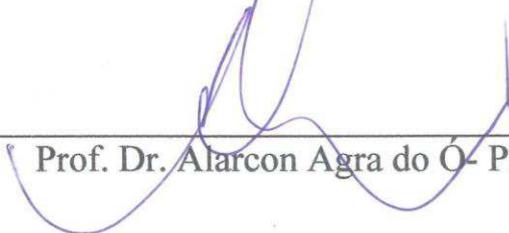
**JOÃO PESSOA DO RIO AO MAR: VITRINE DO MODERNO E  
SENSIBILIDADES URBANAS**

**Banca Examinadora**



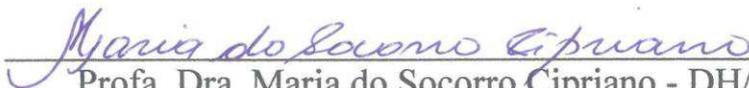
---

Profa. Dra. Keila Queiroz e Silva – PPGH/UFCG (Orientadora)



---

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó - PPGH/UFCG (Examinador Interno)



---

Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano - DH/ UEPB (Examinadora  
Externa)

Campina Grande/PB

Abril /2015

## MINHA GRATIDÃO

Esse é um momento muito importante e também esperado para mim. Reconheço que sozinha não conseguiria chegar aonde cheguei, sou grata a todos que fizeram e fazem parte da minha vida e que me ajudaram direta ou indiretamente nessa caminhada.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, criador dos céus e da terra e de tudo o que neles há, mas mesmo assim, com tanto poder e glória, se importou comigo, pois enviou o seu filho Jesus Cristo, para morrer em meu lugar. Glórias sejam dadas ao Senhor, pois mesmo diante de sua majestade, foi, e é e sempre será um grande amigo, com quem posso contar a todo momento. Tenho certeza que sem Ele eu não teria chegado até aqui.

Aos meus pais Alamir e Sildes, por terem me dado a vida, pela dedicação de sempre, palavras de encorajamento, as quais me fizeram acreditar que conseguiria, mesmo diante das circunstâncias adversas.

A meu irmão Sildinho, que me acompanhou nas caminhadas em busca de narradores para a pesquisa.

A Hicham que se fez presente junto ao desenvolvimento dessa pesquisa e que nem mesmo a distância e o tempo conseguirão apagar todos os momentos inesquecíveis vividos.

A Thiago Agra pela parceria de sempre, que mesmo distante se fez presente, com palavras de carinho, força e encorajamento.

Eu quero registrar o meu agradecimento a minha cidade natal, Campina Grande. A aprovação nesse mestrado, me proporcionou a volta pra casa, de forma que Campina não só serviu como ponto de encontro para orientações acadêmicas, ou para aulas, mas me acolheu como filha mais uma vez e muitas vezes foi um refúgio que eu tanto precisava. Só quem é campinense sabe, o amor que carrega no peito por essa cidade.

Agradeço também aos meus familiares e amigos campinenses, que não mediram esforços para me acolher em suas casas, muitas vezes era até difícil escolher onde iria ficar, diante de tantas opções e carinho que emanava em seus corações. Meu abraço fraterno a Lourdinha, Pedrinho, a meu tio Saulo, Marleide, Samuel, Sanilda, Haroldo, Amanda, Cinthia, Geovan, meus amiguinhos mirins que sempre divertiam meus dias, Ariel e Benício. É muito bom está em casa!

A meu avô Orleans por sempre se preocupar em saber como estavam os meus estudos e me encorajar.

A minha avó Olívia, por suas preces pela minha vida. Mesmo estando longe, se fez presente com conversas agradáveis ao telefone e com palavras amorosas.

A meus tios Sívio, Sid e Sídia, que nunca deixaram de expressar o amor pela primeira sobrinha, sempre querida e paparicada.

Aos primos Allyson, Raquel, Rossana e Valdemir, pela amizade e companheirismo de longos anos.

Aos priminhos Talyta, Raffael, Tawenne, Tawara, que vi nascer e acompanhei o crescimento. Todo amor!

Aos meus avós maternos: Valdemir e Laura (in memoriam) e ao meu tio Eloi ( in memoriam). Pela convivência e amor. Lembranças inesquecíveis!

A Volkile que tem o carinho de uma tia e que ocupa um espaço especial no meu coração.

Aos meus irmãos em Cristo da Igreja Congregacional no Bessa, pelas orações. Especialmente a Osmar, Amauri e D. Lia que muito colaboraram com suas narrativas. Aos departamentos de jovens e adolescentes que compreenderam minhas ausências e a Rebeca pelo auxílio nas atividades.

Aos narradores, que deram vida a essa pesquisa, abrindo seu coração, seu lar, compartilhando com uma estranha experiências valiosíssimas.

Meu carinho especial a D. Severina, uma mulher simples, de muita coragem, que me emocionou bastante com sua história de vida.

A Mário Di Lascio pela sua gentileza e atenção. Sempre acessível, me atendendo ao telefone quando precisava, emprestando livros. Creio que ganhei um novo amigo.

Ao PPGH- UFCG por ter selecionado essa pesquisa e ter dado todo apoio e assistência.

Aos professores Antônio Clarindo e Iranilson Burity por sempre se fazerem presente enquanto coordenadores para me auxiliarem em algo que precisava, mesmo estando em outra cidade.

Também agradeço a colaboração de Arnaldo e Felipe, funcionários dessa instituição.

Aos professores do Programa que ministraram as disciplinas que serviram como base para fundamentação teórica metodológica desse trabalho. Sou grata a Alarcon e Gervácio.

A minha orientadora, Keila Queiroz e Silva, que antes da formalidade institucional se fez amiga, mãe, conselheira. Me acolhendo sempre que precisava, entendendo que antes de uma pesquisadora, existia um ser humano.

A banca de qualificação Socorro Cipriano e Alarcon Agra do Ó, que muito contribuíram com suas observações como certamente o farão na defesa final.

Também quero registrar o meu agradecimento à CAPES, pelo financiamento dessa pesquisa.

A Genilda da Xerox, que me acompanha nessa trajetória acadêmica, desde a graduação e que me deu muita força no processo de seleção.

A amiga Shelley, pela escuta atenta e palavras sábias na hora e no momento certo.

A Karina P. Souto pela parceria desde 2009 quando nos encontramos na especialização, até os dias de hoje. Obrigada por tudo!

As colegas Marjorie, Camila, Patrícia, Carol do mestrado de arquitetura (PPGAU/UFPB), pela parceria e ajuda na área urbanística da cidade de João Pessoa.

Aos meus colegas de turma, pelas manhãs de conhecimento compartilhado e pela camaradagem dos cafezinhos com muitas risadas.

A Anne Gama, pela parceria em eventos científicos e pelas ligações de carinho e encorajamento.

As amigas Gilmara e Tatiane, que espero levar para a vida. Rimos e choramos juntas. Certamente sem vocês na minha vida tudo seria mais difícil. Muito obrigada por tudo! As palavras não conseguem expressar a gratidão que eu tenho por tudo que vocês fizeram e fazem por mim.

## LISTA DE IMAGEM

IMAGEM 01 – RUA DUQUE DE CAXIAS (RUA DIREITA)- 1930 .....	30
IMAGEM 02 – RUA DUQUE DE CAXIAS (RUA DIREITA) – 1940.....	30
IMAGEM 03 – JOÃO PESSOA, VISTA PARA O RIO SANHAUÁ.....	32
IMAGEM 04 – CARNAVAL 1964. CENTRO HISTÓRICO (RUA DA AREIA).....	33
IMAGEM 05 – TRECHO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA. RUA DIREITA EM DESTAQUE.....	40
IMAGEM 06 – RUA DUQUE DE CAXIAS (RUA DIREITA) – 1942.....	42
IMAGEM 07 – RUA DIREITA. REFERÊNCIAS VISUAIS .....	44
IMAGEM 08 – PERFIL DA RUA DIREITA.....	47
IMAGEM 09 – ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS .....	47
IMAGEM 10 – PERFIL DA RUA DIREITA.....	51
IMAGEM 11 – SÓCIOS DO CLUBE ÁSTREA EM FESTA.....	57
IMAGEM 12 – PRIMEIRA SEDE. CLUBE ÁSTREA.....	58
IMAGEM 13 – PRAIA DE TAMBAÚ – 1946.....	64
IMAGEM 14 – PRAIA DE TAMBAÚ – 1940.....	72
IMAGEM 15- TRECHO DA AVENIDA EPITÁCIO PESSOA .....	76
IMAGEM 16- LOTEAMENTO JARDIM MANAÍRA.....	83
IMAGEM 17- BAIRRO DE MANAÍRA.....	84
IMAGEM 18- BAIRRO DE MANAÍRA.....	84
IMAGEM 19- BAIRRO DE TAMBAÚ. LEI N. 1574 DE 04 DE SETEMBRO .....	85
IMAGEM 20 - BAIRRO DE MANAÍRA. LEI N. 1574 DE 04 DE SETEMBRO .....	85
IMAGEM 21- VISTA ÁREA DA ORLA DE TAMBAÚ .....	98
IMAGEM 22- PROPOSTA DE HOTEL MODERNO EM TAMBAÚ.....	102
IMAGEM 23- HOTEL TAMBAÚ- 1970 .....	103

## RESUMO

A pesquisa foi movida pela inquietação com relação à mutação da vitrine do moderno da cidade de João Pessoa do entorno do Rio Sanhauá, para a área litorânea entre Tambaú e Manaíra. A nossa vinculação à linha de pesquisa Cultura e Cidade, bem como a identificação coma história cultural, nos orientou teórico-metodologicamente, no sentido de reconhecer a cidade como um texto (CERTEAU, 2014) e buscar as diversas representações cidadinas, fundamentadas nas experiências dos moradores fluviais e dos moradores litorâneos. Recorremos também às fontes bibliográficas e jornalísticas, de modo a dar visibilidade à heterogeneidade discursiva e imagética referente à cidade de João Pessoa. Utilizamos a metodologia da história oral, inspirados em BOSI (2003) e MONTENEGRO (1992) para dar vozes ao passado (THOMPSON, 1992) e apresentar a polissemia do texto citadino pessoense no passado e no presente. No que diz respeito às motivações da mudança da vitrine do moderno do centro para o litoral, a investigação nos apontou múltiplas possibilidades materiais e simbólicas, tais como, a construção de equipamentos modernos, como a Avenida Epitácio Pessoa, a construção do Hotel Tambaú e os transportes urbanos, no campo do imaginário urbano, a crença na cartografia litorânea como paisagem mais sedutora e mais convidativa para se transformar em moradia das elites pessoenses foi determinante para o progressivo processo de enobrecimento do litoral e marginalização do centro que continua em expansão na contemporaneidade.

Palavras- chave: cidade, vitrine, moderno, litoral, fluvial.

## RESUMEN

La pesquisa fue motivada por La inquietud en lo que se refiere al cambio de La vitrine del moderno de La ciudad de João Pessoa cerca del Rio Sanhauá para área litorânea entre Tambaú y Manaíra. Nuestra vinculación a La línea de pesquisa Cultura y Ciudad y La identidad con La historia cultural, nos dió La dirección teórica y metodológica para reconocer La ciudad como un texto (CERTEAU, 2014) y buscar lãs diversas representaciones ciudadinas fundamentadas em lãs experiências de La población fluvial y litorânea. Utilizamos también las fuentes bibliográficas y periodísticas con La finalidad de promover la visibilidad y la heterogeneidad discursiva y imagética en lo que se refiere a la ciudad de João Pessoa. Utilizamos la metodología de la historia oral, inspirados en BOSI (2003) y Montenegro (1992), para dar voces al pasado (THOMPSON, 1992) y presentar la polisemia del texto ciudadano pessoense, en el pasado y presente. Cuanto a las motivaciones de los cambios de la vitrine del moderno del Centro para El litoral, lãs investigaciones dicho múltiples posibilidades materiales y simbólicas, como la construcción de los equipos actuales, como las calles Epitácio Pessoa, la construcción del Hotel Tambaú y los transportes urbanos, en El campo imaginário urbano, la creencia en la cartografía litorânea como un paisaje más seductora y atractiva para cambiarse en casas de las elites pessoenses fue determinante para El progresivo proceso de enriquecimiento del litoral y marginación del centro que continua en expansión en la contemporaneidad.

Palabras-clave: ciudad, vitrine, moderno, litoral, fluvial.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 MEMÓRIAS FLUVIAIS DO IMAGINÁRIO URBANO PESSOENSE: O RIO SANHAUÁ COMO NASCEDOURO DE UMA CIDADE E CONSTRUTOR DE IDENTIDADES</b> .....	19
1.1 A Construção dos “mitos fundadores” da cidade de João Pessoa por historiadores paraibanos.....	21
1.2 A Construção dos “mitos fundadores” da cidade de João Pessoa por pessoenses e suas narrativas fluviais .....	35
1.2.1 Caminhando com o narrador e construindo paisagens urbanas .....	38
1.3 O imaginário urbano pessoense fluvial .....	61
<b>2 EXPERIÊNCIAS LITORÂNEAS EM CENA: TRABALHO, LAZER, MORADIA E RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE DOS “OUTROS” PESSOENSES</b> .....	62
2.1 Entre o mar e a mata: O cotidiano dos pescadores da praia de Tambaú .....	62
2.2 Tambaú do sossego: Os veranistas dos tempos dos coqueirais .....	71
2.3 A tessitura de uma nova cidade: Construções discursivas representativas da mudança paisagística do urbano pessoense.....	75
<b>3 MEMÓRIAS LITORÂNEAS DO IMAGINÁRIO URBANO PESSOENSE: A PRAIA DE TAMBAÚ E SEU ENTORNO COMO CONSTRUTORA DE NOVAS IDENTIDADES URBANAS</b> .....	83
3.1 O novo imaginário urbano pessoense e seus moradores.....	88
3.2 O Hotel Tambaú enquanto equipamento moderno e construtor de novas identidades modernizantes.....	96
3.3 Do rio ao mar: Experiências de convencimento X teimosia.....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	114

## INTRODUÇÃO

*[...] se o historiador quiser tentar compreender o significado dos labirintos  
construídos pelos homens, não deve fechar os olhos nem tampouco o  
coração.  
Antônio Paulo Rezende*

Há mais de dez anos moramos na cidade de João Pessoa, porém antes de estabelecermos domicílio nesta localidade, nos deslocávamos de Campina Grande, nossa cidade natal, para passarmos o veraneio com a família e nos juntávamos aos pessoenses, para desfrutarmos dessa tão agradável estação do ano. Sendo assim, estabelecíamos uma relação temporária, conhecíamos pessoas novas naquele período, reencontrávamos também pessoas queridas, mas não havia de fato um olhar voltado e/ou interessado pela e para a cidade.

Quando começamos a estabelecer o vínculo enquanto moradora, nossa relação mudou completamente e à medida que o tempo passava, a necessidade de conhecer essa cidade que nos acolheu enquanto profissional, tornava-se eminente, principalmente nas festividades referentes ao seu aniversário, era necessário preparar algo referente à temática nas escolas em que trabalhávamos na época. A cada pesquisa uma nova João Pessoa surgia e junto a ela um desejo de conhecê-la para além do que estava por trás das cortinas dessa história cidadina.

A nossa experiência enquanto pesquisadora nesse trabalho nos ajudou a compreender que o querer e o sentir vai bem mais adiante do que os conceitos propriamente ditos, é bem verdade que necessitamos deles para fundamentar o trabalho acadêmico, porém algo precisa pulsar dentro de nós, algo inexplicável objetivamente, mas tão pulsante e latente, que nos permita permanecer várias noites em claro, até o parágrafo ou até que aquela nova fonte encontrada possa transmitir algo coerente e relevante para os estudos históricos.

Foi assim, que essa pesquisa se desenvolveu, a partir do querer, do querer bem a cada pessoa entrevistada, a cada fala que saltava no momento da transcrição. Foi o gostar de João Pessoa, de ser moradora da capital paraibana, que permitiu que o texto fluísse, mesmo naqueles momentos mais difíceis. Sem esses elementos, nenhuma teoria ou metodologia sustentaria a frieza de uma narrativa sem vida. Pois precisamos reconhecer que antes de sermos historiadores e/ou pesquisadores, também somos humanos, cheios de fraquezas, pulsões e limitações. Assim como nos propõe o historiador Antônio Paulo Rezende, é importante que não fechemos os olhos nem o coração.

Dessa forma, foi possível enxergar duas cidades dentro de uma, ou múltiplas cidades, enfim a cada fonte analisada, seja oral, escrita, ou iconográfica avistávamos experiências cidadinas, algumas delas intimamente ligadas ao Rio Sanhauá e seu entorno, outras com uma ligação voltada ao mar, com um litoral que nem sempre foi urbano, porém com vida, ou melhor, dizendo vidas com muitas histórias pra contar. Eis o desafio! Descortinar aquilo que muitas vezes fora velado por uma análise mais técnica e menos sensível, descortinar o invisível, semelhante à experiência do viajante em Diomira, que mesmo possuindo uma arquitetura luxuosíssima, deixa sua marca na memória pela diversão nas tabernas com lâmpadas multicoloridas e noites inesquecíveis:

Partindo dali e caminhando por três dias em direção ao levante, encontra-se Diomira, cidade com sessenta cúpulas de prata, estátuas de bronze de todos os deuses, ruas lajeadas de estanho, um teatro de cristal, um galo de ouro que canta todas as manhãs no alto de uma torre. Todas essas belezas o viajante já conhece por tê-las visto em outras cidades. Mas a peculiaridade desta é que quem chega numa noite de setembro, quando os dias se tornam mais curtos e as lâmpadas multicoloridas se acendem juntas nas portas nas tabernas, e de um terraço ouve-se a voz de uma mulher que grita: uh!, é levado a invejar aqueles que imaginam ter vivido uma noite igual a esta e que na ocasião se sentiram felizes (CALVINO, 1990, p.11).

Buscamos por histórias assim, para além do monumento, do prédio mais antigo, do traço e das regras delimitadas pelos gestores, do discurso oficial, fechado, universal, tendo em vista que ela é plural, com experiências de vida únicas e inesgotáveis. Pois acreditamos que além do dado físico, o simbólico e o imaginário também nos ajudam a compreender o viver na cidade. Assim como nos afirma Canclini (2008):

O que é uma cidade? Até meados do século XX o pensamento urbano respondia a essa pergunta segundo a configuração física: cidade é o oposto do campo, ou um tipo de agrupamento extenso e denso de indivíduos socialmente heterogêneos. Nas últimas décadas, tenta-se caracterizar o urbano levando em conta também os processos culturais e os imaginários dos que o habitam (CANCLINI, in TEIXEIRA, 2008, p.15).

Apreciamos portanto, uma cidade sensível para além da cidade de pedra, como nos foi indicado por Alain Corbin em “Do Limousin às culturas sensíveis”:

[...] a história cultural engloba a partir daqui uma rica antropologia sensorial em que o campo mais trabalhado é constituído pela cidade sensível. [...] A apreciação sensorial da cidade não poderia, como se sabe, reduzir-se a uma arquitetura de pedra, isto é, a uma natureza morta. Ultrapassa em muito essa materialidade. Os seus ruídos, os seus odores e o seu movimento constituem a identidade da cidade, tanto quanto o seu desenho e as suas perspectivas. A espacialidade urbana não existe em si mesma. Cria-se na interação daqueles que habitam a cidade, a percorrem ou visitam e lhe conferem uma multiplicidade de sentidos. Resulta de um fluxo incessante, de um emaranhado de leituras simultâneas que constituem outras tantas paisagens. É continuamente apreendida através do filtro de mitologias, de rituais preexistentes, eles próprios arrastados num deslizar incessante. A cidade assim sugerida por fluxos de sensações, de ruídos, de cheiros, apercebida nos seus movimentos e nos seus ritmos, resulta também do sentimento de que excede os limites da apreensão perceptiva, a qual só pode ser parcial, momentânea e determinada por práticas de espaço específicas. Daí, a dificuldade de fazer a história da cidade, pois cada um dos que a vivem realiza com essa cena quotidiana uma montagem que lhe é própria, consoante os seus hábitos perceptivos, a sua cultura sensível, a gama das suas ansiedades e dos seus cuidados, a sua mais ou menos estreita submissão às nostalgias e fascinação do imaginário (CORBAIN, In RIOUX, 1998, p.107).

Portanto, esse trabalho tem o intuito de além de conhecer a João Pessoa do rio e do mar, andar com seus antigos moradores que através de suas experiências distintas, enriqueceram a escrita. O nosso percurso temporal não seguiu uma sequência linear, pois de acordo com o formato que foi se delineando nessa pesquisa, optamos por trabalhar com temporalidades distintas do século XX, entre os anos de 1930 até os anos 1980, unidas pelo nosso eixo temático “as vitrines do moderno e as sensibilidades urbanas”, de forma, que fomos conduzidos através das narrativas.

Partindo da História Cultural, podemos perceber que nesses últimos anos os seus objetivos e métodos tornaram-se muito debatidos no âmbito histórico, conforme informa Roger Chartier em sua obra “A história ou a leitura do tempo”. Com esse mesmo entendimento Sandra Pesavento em “História e História Cultural” nos afirma que a maioria das produções historiográficas no Brasil tem seguido essa vertente. Vejamos o que a passagem nos esclarece nesse sentido:

A História Cultural corresponde, hoje, há cerca de 80% da produção historiográfica nacional, expressa não só nas publicações especializadas, sob a forma de livros e artigos científicos, como nas apresentações de trabalhos, em congressos e simpósios ou ainda nas dissertações e teses, defendidas e em andamento, nas universidades brasileiras (PESAVENTO, 2003, p. 7-8).

Em outro contexto a corrente historiográfica dos Annales e a marxista eram suficientes para responder os questionamentos existentes. Porém, após a Queda do Muro de Berlim, a realidade mudou e os questionamentos também mudaram. Dessa forma os modelos antes suficientes, agora não conseguiam mais responder aos novos questionamentos, ocorrendo assim uma crise de paradigmas, a qual será a “gestora” digamos assim da História Cultural.

A nova corrente historiográfica surge e junto com ela o risco de se traçar uma fronteira entre as histórias, como nos alerta Roger Chartier, bem como vários questionamentos, dentre eles: o que diferenciava essa análise das anteriores que tratava de cultura? Antoine Prost nos diz que ela não é algo novo:

Com efeito, a história cultural não é uma verdadeira novidade: sem sequer remontar ao memorável Rabelais de Lucien Febvre, ilustraram-na vários historiadores da geração precedente. Pense-se, por exemplo, na obra de Robert Mandrou ou de Phillipe Ariés, sem falar de Maurice Crubellier e de sua *Historie culturelle de la France (XIX-XX siècle)*, publicada há já mais de vinte anos por Arnand Colin (1974). Mais que de uma descoberta, seria necessário falar de uma redescoberta. Mas essa questão é antiga, ela é hoje colada com uma acuidade e uma insistência novas. Talvez até a história cultural de hoje não seja exatamente a de ontem? Sob o mesmo rótulo, tratar-se-ia de um outro elixir. Em todo caso, vale a pena levantar a questão que convida a uma discriminação atenta entre o que a história cultural não quer ser e o que ela é (PROST, 1998, p. 123).

O autor da citação acima nos faz enxergar que apesar da História Cultural não ser algo novo, as suas abordagens podem ser, o que Sandra Pesavento vai destacar como uma forma inovadora da história trabalhar a cultura, ao justificar o termo Nova História Cultural:

Se a História Cultural é chamada de Nova História Cultural, como o faz Lyn Hunt, é porque está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura. Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de ideias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (PESAVENTO, 2003, p.15).

Visando a consolidação de seu campo de trabalho, o passo seguinte foram as mudanças epistemológicas, sendo a representação o primeiro dos conceitos e a categoria central dessa corrente, vista não como uma cópia do real, mas uma construção feita a partir dele, podendo também serem portadoras do simbólico. Colaborando também para essa

renovação teórica emerge o imaginário, o qual é entendido como “um sistema de ideias e imagens de representação coletivas que os homens, em todas as épocas, construíram para si.” (PESAVENTO, 2003, p. 43). E um outro aspecto que merece destaque a partir dessa crise de paradigmas é a volta da narrativa para o campo da história. Pesavento sintetiza esse processo conceitual da seguinte forma:

Representação e imaginário, o retorno da narrativa, a entrada em cena da ficção e a ideia das sensibilidades levam os historiadores a repensar não só as possibilidades de acesso ao passado, na reconfiguração de uma temporalidade, como colocam em evidência a escrita da história e a leitura dos textos (PESAVENTO, 2003, p. 59).

E para que a escrita fosse sendo construída, muitos avanços e recuos foram feitos, às vezes pensávamos que o caminho era escorregadio demais, ou sem iluminação, mas ao passo que as memórias dos moradores pessoenses iam se apresentando entendíamos que: “A memória oral [...] não pode atingir uma teoria da história [...] ela ilustra o que chamamos hoje a história das mentalidades, a história das sensibilidades” (BOSI, 2003, p. 15).

Além das fontes bibliográficas, para o desenvolvimento desse trabalho, utilizamos fontes jornalísticas, iconográficas e os relatos de memória, através da metodologia da história oral. Através delas não buscamos a linearidade, pois como nos afirma Antônio Paulo Rezende em sua obra “Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX”:

Nesse sentido, quando utilizamos histórias e não a História, buscamos a multiplicidade, não as certezas e o fechamento de hipóteses positivas, nem tampouco, a verdade científica definitiva, justificadas por critérios rígidos a priori definidos. Mas do que a pretensão de esgotar, de dar conta das múltiplas determinações, preferimos admitir que todo trabalho histórico se limita a tangenciar as inúmeras questões e conteúdos colocados pela práxis humana, embora nos dê elementos para melhor compreendê-la. O trabalho do historiador se reveste de dúvidas e indeterminações, sem que isso invalide, nem o transforme em mais uma ficção (REZENDE, 1997, p.14).

Os depoimentos orais sobre o cotidiano pessoense conduziram o trabalho, pois através deles selecionamos as demais fontes, para nos auxiliar na compreensão de algumas representações (CHARTIER, 1990) da vida na cidade de João Pessoa, através do olhar dos seus moradores. Encontramos experiências do viver moderno, mas também mesmo nos locais que ainda não desfrutavam de plena urbanização, foi possível compreender outras “maneiras

de fazer” (CERTEAU, 2014). Partimos de um Centro em pleno desenvolvimento moderno, paramos num litoral ainda pouco habitado e sem a agitação citadina e chegamos ao mar, quando o seu entorno vivenciava outras experiências, as quais tornaram possível a transferência da vitrine do moderno do Centro para o litoral.

Através das histórias de vida dos antigos moradores da antiga Parahyba do Norte e atual João Pessoa, conduziremos a nossa narrativa. Sabemos que não é papel do historiador eleger uma fonte histórica como superior em detrimento das outras, mas cremos que é necessário deixarmos claro que nesse trabalho utilizamos diferentes delas, com o objetivo de auxiliar no mapeamento mental das descrições dos depoentes. Portanto, as fotografias foram utilizadas por exemplo, para que algumas falas dos entrevistados pudessem auxiliar na compreensão do leitor.

Mesmo com essas considerações é preciso compreender o lugar ocupado pela fotografia, sobretudo na primeira metade do século XX. Como nos afirma Ana Maria Mauad:

No Brasil da primeira metade do século XX, a fotografia e ato fotográfico faziam parte de um conjunto de práticas de distinção social que contribuíram decisivamente para a construção de um habitus de classe, no qual os códigos de comportamento tipicamente burgueses desempenharam um papel fundamental (MAUAD, in GOMES, 2000, p.107).

Percebemos, portanto que apenas uma pequena parcela da sociedade, tinha acesso à fotografia, e por conta disso essa elite burguesa imprimia o seu olhar sobre “[...] aquilo que, no passado, a sociedade queria perenizar de si mesma para o futuro” (CARDOSO & VAINFAS [org], 1997, p.575). Essa sociedade sendo entendida como os grupos que exerciam papéis políticos e econômicos dominantes, os quais selecionavam aqueles registros que para eles eram mais relevantes, enquanto outros eram esquecidos. Vejamos:

[...] a legitimação de uma determinada escolha quanto, por outro lado, o esquecimento de todas as outras. Neste sentido, a produção da mensagem fotográfica está atrelada ao controle dos meios técnicos de produção cultural que, até por volta da década de 1950, ainda era privilégio quase exclusivo de setores da classe dominante. (CARDOSO & VAINFAS [org], 1997, p.576).

Portanto ao selecionarmos algumas fotografias que fazem parte do acervo de alguns fotógrafos pessoenses, estamos cientes dessas escolhas possíveis, conforme mencionamos nas

passagens anteriores “[...] tendo em vista que a imagem elaborada coloca-se como uma escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis” (CARDOSO & VAINFAS [org], 1997, p.577).

Sendo assim, o primeiro capítulo tem como título “Memórias fluviais do imaginário urbano pessoense: O Rio Sanhauá como nascedouro de uma cidade e construtor de identidades”, onde apresentaremos narrativas de afirmação da identidade pessoense fundada na experiência fluvial (no entorno do rio) e do centro. Pretendemos compreender nesse percurso como foi possível a construção do imaginário urbano pessoense fluvial, tendo como fio condutor dessa escrita, as sociabilidades, lazer, trabalho e moradia, durante o período considerado áureo do Centro da Cidade. Dois narradores colaboraram na cartografia central, possuíam idades distintas, um com 85 anos e o outro com 58 anos.

No segundo capítulo, iremos voltar o nosso olhar para o litoral, em um período em que ele servia como moradia para os pescadores, ou como estadia temporária para os veranistas de várias regiões da Paraíba, bem como de outros estados como Pernambuco e até mesmo dos próprios moradores do centro de João Pessoa que deixavam suas casas fechadas para buscarem sossego em Tambaú e em seu entorno. Este receberá o seguinte título “Experiências litorâneas em cena: trabalho, lazer, moradia e relações de sociabilidade dos ‘outros’ pessoenses”. Serão analisadas as falas dos pescadores, bem como dos veranistas, com o intuito de traçar um paralelo entre o Centro enquanto vitrine do moderno, que será destacado no capítulo anterior, com a vida no litoral, e sua maior ligação com a natureza, observando o espaço da praia de Tambaú e as experiências que demonstram a transição de locais da tradição/lócus do moderno (relação com a natureza) e o espaço do tempo lento do lazer. Também serão mostradas essas construções discursivas que tentam explicar a transição do centro para a Orla Marítima, as quais apontam diversas razões para que a cidade que teve seu nascedouro no Rio Sanhauá se voltasse para o litoral. O pescador mais velho entrevistado tinha 80 anos e sua esposa 78 anos, o outro 62 anos e a veranista com a faixa etária entre 70 e 80 anos.

“Memórias litorâneas do imaginário urbano pessoense: A Praia de Tambaú e seu entorno como construtora de novas identidades urbanas”, é o título do terceiro capítulo. Este contemplará entrevistas de antigos moradores de João Pessoa com 74 e 75 anos que escolheram o litoral pessoense como moradia, acompanhando a transferência da vitrine do moderno do Centro para Orla Marítima. Outros moradores entrevistados nos capítulos anteriores, também voltarão a compor o debate. Tendo como objetivo responder essas

questões: Quem ficou no litoral? Quem saiu do litoral? Quem ficou no centro? Quem saiu do centro? Com o intuito de entender a partir dessas narrativas, a trajetória do litoral como lugar de morar, como vitrine do moderno pessoense, bem como compreender a relação entre a representação dos espaços e as trajetórias biográficas dos moradores citadinos.

## 1. MEMÓRIAS FLUVIAIS<sup>1</sup> DO IMAGINÁRIO URBANO PESSOENSE: O RIO SANHAUÁ COMO NASCEDOURO DE UMA CIDADE E CONSTRUTOR DE IDENTIDADES.

*O homem que cavalga longamente por terrenos selváticos sente o desejo de uma cidade. Finalmente chega a Isidora [...] A cidade sonhada o possuía jovem; em Isidora, chega em idade avançada. Na praça, há o murinho dos velhos que veem a juventude passar; ele está sentado ao lado deles. Os desejos agora são recordações.*  
Italo Calvino

As invenções históricas e construções culturais constituem segundo Marilena Chauí o mito fundador (CHAUÍ, 2000). A autora compreende esse conceito tanto no sentido etimológico, quanto no antropológico, tendo em vista a necessidade que existe em um povo de entender ou explicar sua origem. Dessa forma, ao explicar o surgimento de uma região ao qual pertence um grupo de pessoas, o mito fundador tem o intuito de ressignificar a cada momento a existência do mesmo.

Temendo que o Vale do Javé<sup>2</sup> afundasse literalmente, o povo dessa comunidade buscava escrever uma história científica, a partir dos relatos de fundação que estavam registrados apenas na memória das pessoas. O livro tinha o objetivo de provar a existência do local ameaçado pela instalação de uma Usina Hidrelétrica instalada nas redondezas. Por conta disso, a barragem em poucos dias inundaria aquela região. Em busca desse “mito fundador”, um dos poucos moradores alfabetizados, que já havia exercido a função de carteiro, Antônio Biá, foi convocado pela população para entrevistar antigos moradores e assim transformar as versões orais em escrita.

A partir dessa experiência podemos compreender a fala de Certeau, quando este nos diz que a cidade é um texto (CERTEAU, 2014) e a partir dessa compreensão, podemos afirmar que não há um discurso unívoco da cidade e sim um discurso plural, porque as experiências são plurais. Mas há um desejo de identidade e de cristalizar uma identidade

<sup>1</sup> Fluvial: adj. Relativo aos cursos de água: erosão fluvial. Que vive nos rios. (Dicionário Online de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br>. Acesso em: 05/11/2014). Esta metáfora é utilizada no intuito de destacar a construção da identidade pessoense a partir do Rio Sanhauá e seu entorno, sendo assim, as “memórias fluviais” serão apresentadas através das narrativas de afirmação da identidade pessoense na experiência fluvial (no entorno do rio) e do centro.

<sup>2</sup> Filme Narradores de Javé, Ano de Lançamento (Brasil): 2003, Estúdio: Bananeira Filmes / Gullane Filmes / Laterit Productions, Distribuição: Riofilme, Direção: Eliane Caffé, Roteiro: Luiz Alberto de Abreu e Eliane Caffé, Produção: Vânia Catani, Música: DJ Dolores e Orquestra Santa Massa, Fotografia: Hugo Kovensky, Direção de Arte: Carla Caffé, Edição: Daniel Rezende

citadina, o qual também é perceptível na cidade de João Pessoa, um desejo de cristalização da identidade pessoense do Rio Sanhauá, baseada nas memórias fluviais.

A cidade de João Pessoa, mesmo sendo litorânea, surgiu no Centro, tendo o Rio Sanhauá como referência para o seu nascedouro. A partir desse dado, pretendemos começar a nossa análise, sobre as memórias e conseqüentemente, o imaginário urbano pessoense. Sandra Pesavento, em seu artigo “História, memória e centralidade urbana”, nos traz contribuições valiosíssimas, acerca dos significados e símbolos, que contribuem para o imaginário da centralidade urbana. Assim podemos perceber que através de dados objetivos e subjetivos, tais como hábitos, maneiras de ser, bem como os acontecimentos do passado, as identidades se fundamentam:

As identidades são fabricadas, inventadas, o que não quer dizer que sejam, necessariamente, falsas. As identidades, enquanto sensação de pertencimento são elaborações imaginárias que produzem coesão social e reconhecimento individual. Identidades asseguram e confortam, sendo dotadas de positividade que permite a aceitação e o endosso. Identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tal como lugares e momentos. Com tais elementos, a identidade implica na articulação de um sistema de idéias imagens que explica e convence (PESAVENTO, 2007, p.4).

As narrativas que representam a cidade de João Pessoa, que serão apresentadas nesse trabalho, tanto a partir das versões de alguns historiadores paraibanos quanto às de moradores antigos, não tem a pretensão de colocar um ponto final na história da cidade. Pretendemos apresentá-las ao leitor, assim perceberemos juntos o quanto elas são múltiplas e diversas, porém algumas vezes poderão se complementar. Por isso, agora sentimos na pele a mesma responsabilidade do carteiro de Javé, pois sabemos o quão dura e árdua é a tarefa da escrita. Certamente, nem tudo o que nos foi transmitido será transcrito da mesma forma no papel, mas serão representações daquilo que foi escrito ou que nos foi falado, pois aprendemos com essa experiência que a tarefa do historiador não se resume a decifrar a verdade ou não de um fato, mas sim de construir uma representação daquilo que também já foi representado outrora (CHARTIER, 1990).

Assim sendo, a busca pela identidade não deve ser compreendida a partir de uma mão única, pois assim como nos afirma Bauman a identidade “não tem a solidez de uma rocha” (BAUMAN, 2005, p.63). Portanto, não devemos compreendê-la de forma rígida, mas sim como uma cocha de retalhos com diversas representações, um devir (DEULEZE &

GUARATARRI, 1997) , ela não se encerra, ela está em constante construção, reinvenção. Os historiadores também são narradores, portanto nos propomos a trazer mais uma contribuição para os estudos da cidade de João Pessoa, pretendemos contribuir com o debate, sem a pretensão de encerrá-lo, mas sim de encontrarmos novas argüições a partir deste.

### **1.1 Construção dos “mitos fundadores” da cidade de João Pessoa por historiadores paraibanos**

Analisando algumas obras da historiografia paraibana tradicional, percebemos o quanto a elite intelectual, foi responsável pela fundação da história da cidade de João Pessoa, enfatizando as ações dos grupos privilegiados da capital paraibana. A historiadora Fernanda Karoline Martins Lira Alves, autora da dissertação defendida nesse programa “Urbe Viglada: modos de morar e viver na cidade de Parahyba do Norte 1910-1930, sobre esse assunto aponta “a cidade de Parahyba” nessas obras, sendo descrita como “um espaço de apropriação e convivência das elites, pois esses trabalhos demonstram uma atenção toda especial pelos feitos heróicos de parte das elites” ( ALVES, 2009, p.18).

Dentre eles, analisaremos alguns autores, tais como Walfredo Rodriguez, Wellington Hermes Vasconcelos de Aguiar e José Octávio de Arruda Mello. Os livros desses autores são recorrentemente utilizados em trabalhos acadêmicos da área de história, arquitetura, dentre outras, seja no intuito de fundamentar a pesquisa, ou até mesmo para através delas lançar um novo olhar para analisar a capital paraibana e seu percurso cidadão.

Walfredo Rodriguez, nascido em 02 de maio de 1894 na cidade da Parahyba do Norte, atualmente João Pessoa. Além de escritor, também exercia outros ofícios como o de pintor, teatrólogo, fotógrafo e cineasta. Sobretudo, existe um maior destaque em suas atividades no ramo da fotografia, dentre elas podemos destacar o contrato que o governo na gestão de Epitácio Pessoa, fez para o registro das obras contra a seca, bem como o centenário da independência encomendado pela Revista Era Nova, ambos em 1922, fotografou a chegada do Presidente Vargas à Paraíba em 1933. Segundo pesquisa do historiador José Luciano de Queiroz Aires em sua tese “Cenas de um espetáculo político poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)”, Walfredo Rodriguez, entre os fotógrafos analisados, era o único que também desempenhava atividades enquanto funcionário do estado.

Em 1922, o referido fotógrafo já havia iniciado o seu serviço fotográfico para o governo. Possuía um foto chamado Casa Rodriguez, desde o final dos anos 1910. Na década de 1920 era proprietário da Empresa Nordeste Filme, desenvolvendo trabalhos na área, tais como: flagrantes da vida cotidiana, produção de cine-jornais, com 10 minutos de duração e em 1924 iniciou as gravações “Sob o céu nordestino”. Por conta dessas atividades pioneiras, ficou conhecido no ramo cinematográfico, como pai do cinema da Paraíba.

Como escritor escreveu os livros História do Teatro da Paraíba (1960) e Roteiro Sentimental de uma cidade (1962). Bertrand de Souza Lira em “Fotografia na Paraíba: um inventário dos fotógrafos através do retrato (1850-1950)”, afirma que Rodriguez “[...] viveu desde a tenra infância envolto num universo onde transitavam artistas e intelectuais” (LIRA,1997,p.74), posto que seu pai era arrendatário do botequim do Teatro Santa Rosa. Em se tratando da sua experiência como fotógrafo, Lira destaca em Walfredo Rodriguez “[...] a necessidade compulsiva de registrar tudo o que fatalmente tenderia a desaparecer com o progresso, dos costumes típicos da região à arquitetura da cidade da Parahyba herdada do período colonial” (LIRA,1997, p.77).

Em se tratando da obra “Roteiro Sentimental” propriamente dita, ela teve sua primeira edição em 1962 e no ano de 1994 foi reeditada, pela editora estatal da União. O Secretário da Educação e Cultura Sebastião Guimarães Vieira, que foi responsável pela redação da apresentação, informou que este seria um dos títulos da “Biblioteca Paraibana”, criada por aquela gestão. Segundo ele:

A Biblioteca Paraibana é uma iniciativa do Conselho Estadual de Cultura acolhida pela Secretária de Educação e Cultura no Governo de Ronaldo Cunha Lima. Seu lançamento é explicado por três objetivos maiores:

- 1- restituir à pesquisa e à leitura contemporâneas as obras fundamentais da Literatura, da História, da Geografia e de outras atividades vinculadas às artes e às ciências paraibanas, cujos títulos se achem esgotados ou fora do mercado;
- 2- resgatar obras que alcançaram o reconhecimento do público e da crítica de seu tempo e que não animam o interesse comercial da iniciativa editorial privada;
- 3- editar os títulos novos que, aprovados pelo Conselho Estadual, contribuam de forma inquestionável para o enriquecimento da coleção (RODRIGUEZ, 1994, p.1).

Mais adiante ele reitera que: “Importante é que se dê começo a um empreendimento que faz parte da história cultural da Paraíba [...] Afinal, a vontade cultural da Paraíba é que deve ditar as ordens” (RODRIGUEZ, 1994, p.1).

O prefácio que tem por título “Lirismo e saudade”, escrito por Wellington Aguiar, reforça a importância do livro para a memória da cidade, bem como exalta o saudosismo aos velhos tempos: “O livro surgiu em 1962, e a cada ano que passa aumenta sua real importância para a memória da cidade de João Pessoa. Esgotado a dois decênios, aguardava-se ansiosamente a reedição [...] Feito com amor, carinho e nostalgia dos velhos tempos [...]” (RODRIGUEZ, 1994, p.2).

Ao final, o mesmo afirma que há erros no livro e aponta que os dois maiores foram retirados em um livro de sua autoria:

Não existe livro perfeito. Há erros na obra que ora comentamos. Os dois maiores foram retificados no nosso livro Cidade de João Pessoa: a memória do tempo, dado à luz no ano que se passou. São os seguintes: 1) o mercado de Tambiá não foi demolido em 1932, como se lê, mas sim em 1951; 2) o sobrado de azulejos, situado na praça D. Aduato, não é do século XVII, como está escrito, posto que foi erigido pelo comendador Santos Coelho, em 1905 (RODRIGUEZ, 1994, p.2).

Mesmo assim, considera que os futuros historiadores, que pretendem se dedicar aos estudos do passado de João Pessoa, necessitam consultar as informações registradas por Walfredo Rodriguez, já que estas haviam sido registradas com muito amor pela cidade:

Tais enganos não diminuem o mérito do texto de um pessoense que amou a cidade como poucos. Os historiadores vindouros, que se debruçarem sobre o passado, haverão necessariamente de consultar as linhas que Walfredo Rodriguez nos legou [...]. É um belo trabalho que nos fala à inteligência, e principalmente ao sentimento do bem-querer mais profundo de todos os que, como eu, nasceram nesta ensolarada cidade verde (RODRIGUEZ, 1994, p.2).

A primeira edição foi prefaciada por Virgínius da Gama e Melo, que assim como Wellington Aguiar enfatiza o amor e o saudosismo presente na obra, já presente também em outro livro do autor “História do Teatro da Paraíba”. Em sua fala, ele destaca que:

A origem dos dois livros, pode dizer-se, é a mesma- seu amor pela cidade [...] A vivência sentimental, entretanto, faz deste livro também um documento comovido de saudade- as próprias figuras e os lugares como se movimentam, vivem, dinamizam-se por essa vibração sentimental (RODRIGUEZ, 1994, p. XIII).

Ao destacar alguns aspectos da obra remonta o seu passado colonial e destaca os seus aspectos naturais, a partir do seu nascedouro o Rio Sanhauá, bem como as praias:

O que se vai ler são pedaços de ecologia da alma duma cidade brasileira, colonial, nordestina, debruçada sobre as margens do Rio Sanhauá “emoldurada pelo verde das praias atlânticas” [...] a cidade debruçada sobre as margens do Rio Sanhauá [...] Entre o rio e o mar, decorre a vida da cidade (RODRIGUEZ, 1994, p. XIV).

Virgínius da Gama e Melo também destaca a habilidade fotográfica do autor, e também mostra a dedicação do mesmo em fazer um levantamento histórico, não só através de suas fotografias, bem como catalogando informações que tornaram possíveis a formação de um acervo:

Walfredo Rodriguez, há muitos anos, se dedica ao levantamento histórico da cidade de João Pessoa. Manteve coluna quase diária, nos jornais da terra, relatando curiosidades, fatos pitorescos, tudo aquilo que a história mais ou menos oficial obscurecia. Anos seguidos, num labor paciente, recolheu desenhos antigos, fotografou também aquilo que o tempo conseguiria fazer desaparecer. Seu acervo, nesse ramo, é notável e grande parte faz complemento do texto atual volume, através de ilustrações que revivem fatos, coisas, pessoas (RODRIGUEZ, 1994, p. XVI).

Por fim, faz uma abordagem profunda quanto à ligação do autor com a cidade, ao ressaltar que:

Além de documento este “Roteiro Sentimental” valoriza-se pela presença comovida de sua saudade e, dêle, parafraseando e complementando, pode dizer-se que, quem toca, não está somente tocando um homem, mas também uma cidade aqui palpitante (RODRIGUEZ, 1994, p. XVI).

O livro desenvolve-se com capítulos curtos que tratam de informações históricas, que vão desde o período colonial até o século XX. Assim sendo, são destacadas algumas ruas, estabelecimentos comerciais, igrejas, dentre outros. Existe um capítulo que trata apenas dos nomes da rua, o qual informa o nome da rua e a lista de outros nomes que já havia recebido. O autor descreve as informações citadinas, convidando o leitor a se transportar para época. É o que podemos perceber no capítulo “Passeio Retrospectivo”:

Venha moço, vamos fazer um passeio. Deixe que ajudado pela memória, lhe mostre algo do passado da nossa cidade. Vamos recuar muitos anos. Não é

de João Pessoa da atualidade não, essa você bem conhece com o seu progresso, defeitos e irreverências. É a antiga capital da Província da Paraíba do Norte, sua vida, seus homens, especialmente seus negócios, razão de ser dessa mesma vida. [...] Bem, agora vamos retroceder no tempo e no espaço. A cidade é pequena, nem precisamos de transporte rápido; poderíamos nos utilizar dos pitorescos bondezinhos da “Ferro-Carril” puxados a burro, porém existe o inconveniente de assim não podermos percorrer todas as ruas, para que- como já disse – você veja através do meu sentir, a comunidade paraibana de 1899 (RODRIGUEZ, 1994, p.47).

Neste capítulo, ele descreve locais existentes na cidade, tanto do século XIX, quanto do XX, a maioria com material iconográfico correspondente, tanto fotográfico, quanto pinturas. São destacados ruas, praças, estabelecimentos comerciais, dentre outros locais, com intuito de deixar um legado para os jovens. O autor deixa claro em sua fala, que o passado precisa ser preservado, posto que é lá que estão preservados os bons costumes, ou como ele mesmo diz “o código do bom viver”. Vejamos:

Bem compreendo, jovem, o pouco valor de comparativos dessa natureza; pouco ou nada adianta lembrar os homens e as instituições do passado, e, se assim o faço, é dedicado a você, para que tenha uma visão daquilo que representava o código do bom viver. Para que, quando chegar a sua vez, possa transmitir aos seus rebentos, alguma coisa daquela vida [...] (RODRIGUEZ, 1994, p.47).

Ao tratar da saudade que o fez se dedicar àqueles registros, compara esse sentimento ao ato fotográfico, posto que essa era uma das atividades que ele fazia, com o intuito de registrar a memória da cidade. Observe:

É sabido, no dizer dos mestres, que o subconsciente assemelha-se a chapa fotográfica; grava a imagem e conserva-a em estado latente para depois ser submetida à ação química reveladora. No meu caso, é o bem-querer e a saudade o agente revelador dessas imagens de costumes e coisas da nossa pequenina terra (RODRIGUEZ, 1994, p.47).

Existem dois capítulos destinados aos populares “Sensibilidade popular” e “Apelidos e Tipos populares”. Ambos têm o intuito de tratar as características populares, destacando o lado folclórico, desta parcela da população. Em “Sensibilidade popular” ele vai tratar das superstições do povo, citando várias rezas proferidas com o intuito de sarar alguma doença, ou para fazer algum pedido. Já no “Apelidos e Tipos populares” o próprio título já indica, são

descrições dos apelidos de alguns trabalhadores como vendedores de pamonha, sapateiros, funileiros, dentre outros.

Outro título, também faz referência ao mesmo autor “2 séculos da cidade” Passeio Retrospectivo-1870-1930. Trata-se de uma coletânea de fotografias de João Pessoa, do final do século XIX e início do século XX . Faz parte do acervo Walfredo Rodriguez, editado pelo seu filho José de Nazaré Rodriguez. Assim como na primeira edição de “Roteiro Sentimental”, Virginius da Gama e Melo também redige o prefácio, intitulado “ O homem e seu mundo”. E começa: “Outros viviam a vida enquanto Walfredo Rodriguez os via vivendo. Anotava, colecionava jornais, revistas, e com a máquina fotográfica fixava o panorama e o gesto” (RODRIGUEZ, s/d, p.1). O destaque principal, sempre se refere ao amor e a saudade pelos tempos antigos:

Parados no tempo pelas mãos de Walfredo Rodriguez ficaram o homem e a cidade- sempre vivos. Nada morreu pois tudo permanentemente, fixado ao vivo, nessas fotografias que podem ser vistas neste Álbum. O prefeito Dorgival, em boa hora, criou o Museu Fotográfico da Cidade. [...] Isso tudo, é claro, há de ser (como foi) obra de amor, de muito amor [...]. A saudade tem o poder de fazer a vida perdurar, viver para sempre, como é o caso destas fotografias deste álbum, cada uma delas fixando um momento, que ia desaparecer naquele instante, e que antes de mergulhar no tempo, perdendo-se, era fixado para sempre pela câmera inquieta, sentindo antecipadamente a saudade do panorama, do momento, do gesto. Valeu (RODRIGUEZ, s/d, p.1).

Alguns temas se destacam nessa narrativa, como por exemplo, a saudade e o amor pela cidade, é algo que recorrentemente podemos destacar tanto na escrita do autor, quanto em relação àqueles que anunciaram no prefácio ou na apresentação algum parecer sobre Walfredo Rodriguez e a obra sobre a cidade de João Pessoa. O seu legado nos registros citadinos são destacados na escrita, bem como ao retomarem a sua contribuição na iconografia pessoense. Sendo assim, o olhar nostálgico e a positivação do passado assumem a dianteira desse discurso elitista e porque não dizer oficial, já que Rodriguez tinha um cargo público e muitos dos seus serviços eram feitos sob encomenda estatal.

O trecho: “Venha moço, vamos fazer um passeio. Deixe que ajudado pela memória, lhe mostre algo do passado da nossa cidade” presente no capítulo “Passeio Retrospectivo”, também é retomado e reproduzido na obra organizada pelo seu filho José Nazareth Rodriguez, que podemos chamar de álbum de fotografias. Percebemos nessa afirmativa, uma grande necessidade de olhar para o passado, como um tempo que foi melhor que o

atual. Esse dado nos leva a olharmos com um certo estranhamento esse dado, assim com uma certa inquietação tentamos entender o que faz com que uma pessoa valorize e exalte aquilo que passou Ruas, becos, pessoas, sociabilidades e paisagens?

Antony Giddens em “Modernidade e Identidade” nos aponta para uma segurança ontológica do eu. Para ele a modernidade com todas as suas mudanças trouxe uma certa insegurança para as pessoas, as quais não conseguem visualizar o futuro, por isso existem aquelas que se apegam a tradição, já que o mundo com todas as suas mudanças, se tornou um lugar inseguro. Assim sendo, para elas os valores tradicionais são destruídos com a modernidade, portanto o ato de se apegar ao passado, é uma forma de se sentir mais seguro, de se afirmar:

A consciência prática é a âncora cognitiva e emocional da sensação ontológica característica de amplos segmentos da atividade humana em todas as culturas [...]. Do outro lado do que poderiam parecer aspectos bem triviais da ação e do discurso cotidianos, o caos espreita. E esse caos não é só a desorganização, é também a perda de sentido da realidade mesma das coisas e das outras pessoas (GIDDENS, 2002, p.40).

Para um homem nascido ainda no século XIX na então Paraíba do Norte, chegar aos 68 anos distante do auge do seu trabalho no Governo do Estado e na Revista Era Nova, é estar praticamente no anonimato, pois muitos aspectos e pessoas perderam o sentido de outras épocas e até ele mesmo, conforme podemos perceber através do registro sobre algumas conversas de Machado Bittencourt, também cineasta paraibano, com Walfredo Rodriguez, ressaltado na obra de Bertrand de Souza Lira, no qual afirmou que o nome de Rodriguez ficou no esquecimento cerca de 3 décadas: “Os novos o conheciam, apenas como um velho agradável, de bom papo e que tinha escrito uma magnífica obra: “Roteiro Sentimental de uma cidade [...]” ( LIRA,1997, p.78; Apud BITTENCOURT, 1989, p.41). Então para Rodriguez, ressignificar a cidade através de livros e fotografias, é uma forma de também se afirmar no contexto em que vive, que não é mais igual ao vivido antigamente, então o convite ao jovem para que olhe para uma outra João Pessoa, aquela que ficou no passado, é uma forma não só de reconhecer uma cidade, mas também torná-lo reconhecido mais uma vez.

Wellington Hermes Vasconcelos de Aguiar, nascido em 4 de maio de 1935. Formou-se em Direito e também foi licenciado em Letras. Ocupou o cargo de Procurador da República. A partir de 1971 assumiu a função de Procurador do Tribunal de Contas do Estado, exerceu também a função de jornalista, escrevendo durante muitos anos em uma

coluna no Jornal Correio da Paraíba, pertenceu ao Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica, a Academia Paraibana de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Publicou os livros: “O Passageiro do Dia; Um Radical Republicano contra as Oligarquias” (1981); “Uma Cidade de Quatro Séculos e Capítulos de História da Paraíba” (1985); em parceria com o professor José Octávio de Arruda Mello; “Cidade de João Pessoa – A Memória do Tempo” (1992) “A Velha Paraíba nas Páginas de Jornais” (1999) ; “João Pessoa”, Coleção Paraíba – Nomes do Século ( 2000).

José Octávio de Arruda e Mello é graduado em Ciências jurídicas e sociais, licenciado em História, com mestrado e doutorado na área. Aposentado desde 1995, foi professor de História da Paraíba da Universidade Federal da Paraíba e jornalista. Pertence a diversas instituições culturais tais como o Instituto Histórico Geográfico da Paraíba e a Academia Brasileira de Letras. Na década de 1960, atuava como jornalista em diversos jornais da Paraíba. Além da parceria com Wellington Aguiar em “Uma cidade de quatro séculos e “Capítulos de História da Paraíba” (1985), entre suas obras destacam-se: “Tensão social e Revolução da Paraíba” (1976), “Epitácio Pessoa” (1978), “O jogo da verdade: revolução 1964” (1976) , livro composto de escritos de jornalistas que viveram a época do Regime Militar, do qual é autor do capítulo 6 “Do populismo radical ao desenlace na Paraíba”.

Wellington Aguiar e José Octávio são os organizadores da obra da historiografia paraibana “Uma cidade de quatro séculos”. O livro faz parte de um projeto cultural, organizado com o intuito de comemorar os 400 anos do estado e conseqüentemente da cidade João Pessoa. Dentre as várias atividades educativas e culturais, insere-se o livro citado. Na introdução, os autores denominam o referido projeto de “movimento cultural”, considerado- o “o mais poderoso agente de revisão crítica e repensamento da cultura paraibana nas últimas décadas. Destacam que o objetivo central, seria “a Paraíba ensinar o que é Paraíba” (AGUIAR& MELO, 1985, p. 13).

Em busca de uma história global ou total e linear<sup>3</sup>, os autores assumem o compromisso nessa obra comemorativa dos 400 anos da cidade e conseqüentemente do estado, de dar conta de pontuar o roteiro dos anos vividos até ali, isso pode ser perceptível através dos tópicos da primeira parte da obra “Quatrocentos anos de história texto e contexto”: I- “Das origens à formação”/ II- “Da lenta evolução de uma cidade” / III- “Indícios de urbanização”/ IV- “O ritmo do progresso- da tradição do século aos nossos dias”/ V- “A angulação social- uma

<sup>3</sup> Proposta da Escola dos Analles, tinha o sentido de uma história de tudo e/ou conhecimento do todo. Mantendo-se no quadro da história tradicional filosófica, pretendia-se conhecer uma época como uma totalidade, em torno de um princípio unificador, presumindo sua continuidade (REIS, 2003).

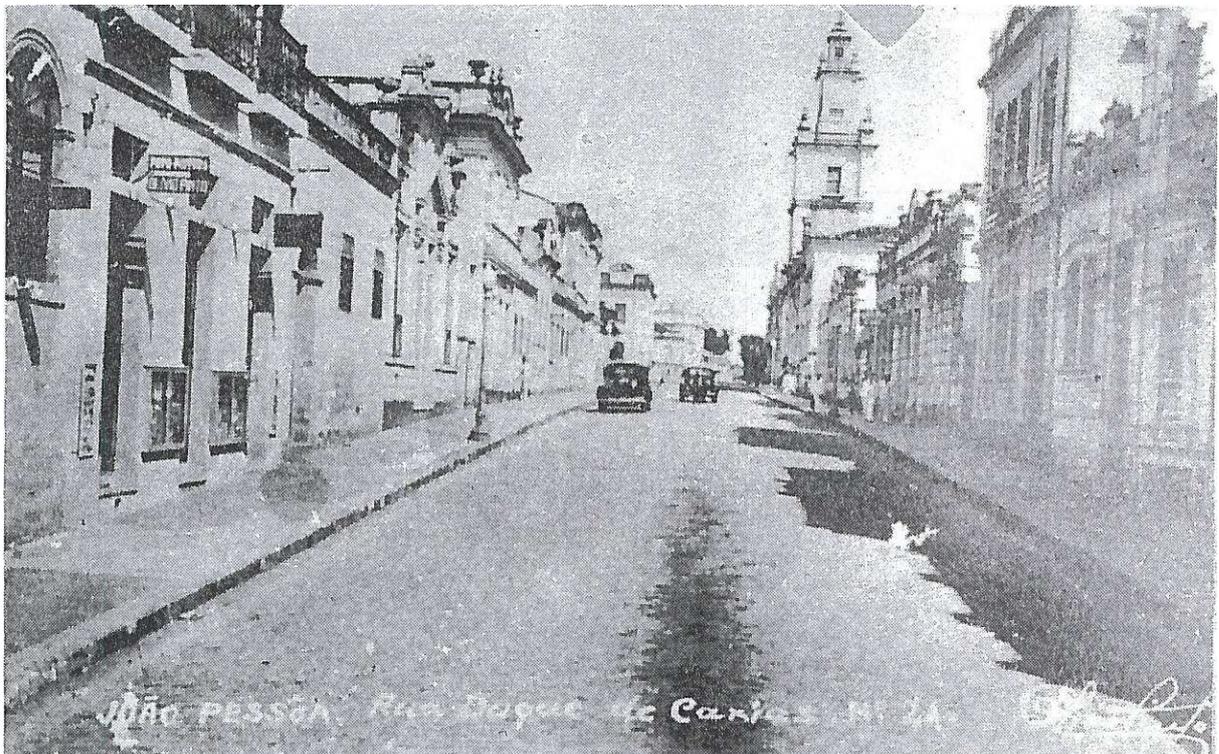
cidade e seus problemas”/ V- “Angulação social- uma cidade e seus problemas”. A segunda e terceira parte da obra tratam da memória da cidade. Percebemos mais uma vez, assim como na obra “Roteiro Sentimental”, um olhar voltado ao passado, privilegiando alguns personagens históricos, principalmente os gestores políticos e suas obras, bem como dando um destaque principalmente aos espaços do centro da cidade, prevalecendo na narrativa, o viés político e econômico.

Na escrita dessa história, percebe-se uma tendência teórica do discurso moderno, também denominado de paradigma iluminista (CARDOSO & VAINFAS [org], 1997), predominante desde o século XVIII, bem como no XIX, que é o século que “a história surge como disciplina reconhecida acadêmica e profissionalmente” (CARDOSO & VAINFAS [org], p.23 1997). “Fê-lo em nome da razão e do progresso humano, em uma perspectiva que se pretendia estender aos estudos sociais o método científico” (CARDOSO & VAINFAS [org], p.22 1997). E se estende no século XX com influência da Escola dos Annales, em busca de uma história científica, racional, analítica, estrutural e macroestrutural explicativa.

Aguiar e Melo nas últimas partes do livro, abordam a respeito da memória da cidade, sendo assim concluem com “Tempo histórico e memória fotográfica”, dentre as fotos destacadas, são retratadas duas fotografias da Rua Duque de Caxias, nas décadas de 1930 e 1940, conforme podemos ver abaixo:



**Imagem 01: Rua Duque de Caxias, 1930. Arquivo do historiador Humberto Nóbrega.  
Fonte: Aguiar & Mello, 1985**



**Imagem 02: Rua Duque de Caxias, no início dos anos 1940. Arquivo do historiador Humberto Nóbrega.  
Fonte: Aguiar & Mello, 1985.**

Não temos o intuito de analisarmos cada iconografia como fonte, mas sim de destacarmos a importância no cenário moderno da cidade de João Pessoa da Rua Duque de Caxias, a qual é considerada como uma das mais antigas da capital da Paraíba, exercendo um papel imagético, mas também material na memória da cidade, havendo portanto, uma preservação nos registros dessa rua que acompanhou o processo de modernização citadino pessoense, do qual falaremos mais adiante.

Voltando as obras bibliográficas, “Cidade de João Pessoa”- A Memória do Tempo de Wellington Aguiar, reúne uma série de crônicas que “começaram a ser divulgadas em 14 de junho de 1987, no Jornal Correio da Paraíba, sempre aos domingos. Sob o título geral de ‘Cidade do Meu Amor’, elas se prolongaram até 2 de agosto de 1992” (AGUIAR, 2002, p.13). Para o autor “Este livro também é um hino de amor” (AGUIAR, 2002, p.13).

O presidente da Fundação Espaço Cultural da Paraíba da época, Damião Ramos Cavalcanti, escreve o prefácio que tem por título “A rua é sua cara” e compara a cidade ao ciclo da vida humana, assim sendo afirma que:

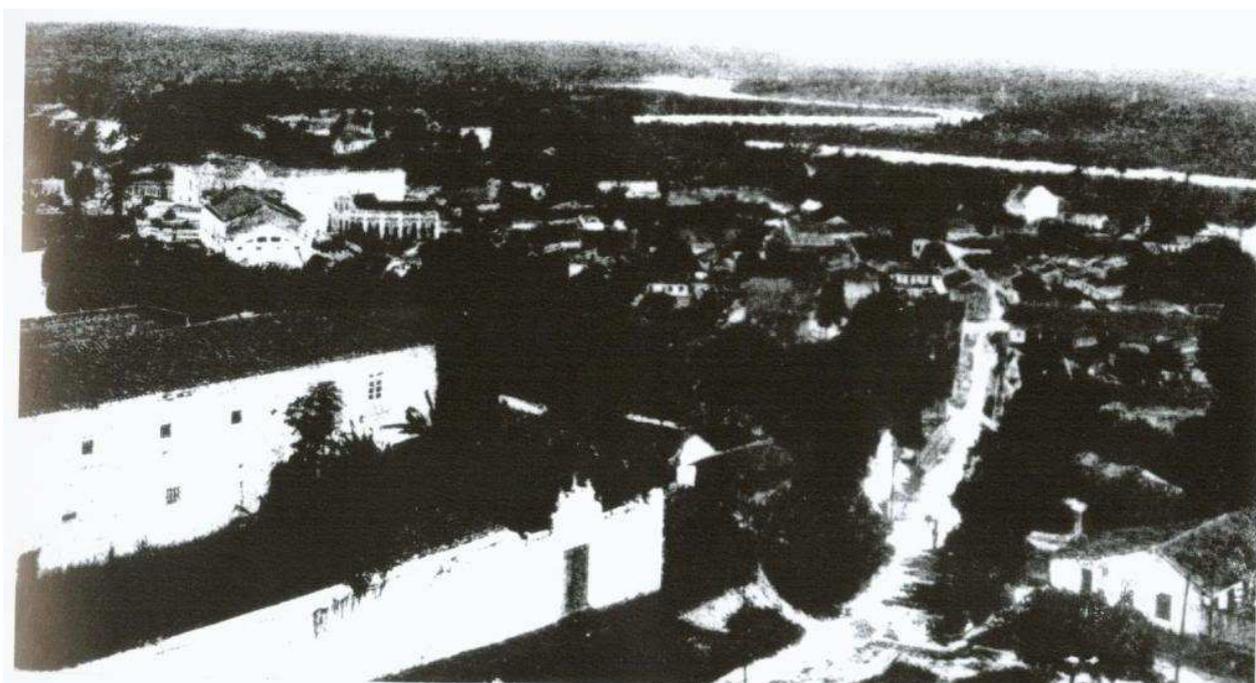
A cidade parece ter vida como a dos habitantes. Nasce cresce, movimentase e também morre. E, à medida que envelhece, precisa como nós, da sua memória. Ir à cidade da nossa infância ou adolescência e não encontrar mais o seu verde, suas paisagens, praças, monumentos, casas, ruas daquele tempo é como visitar o ente querido que, por força da idade, não nos reconhece mais (AGUIAR, 2002, p.13).

Também é destacada pelo presidente do Espaço Cultural a relevância do livro, no que diz respeito aos registros de memória da cidade, comparando-o aos poemas da antiguidade clássica a Ilíada e a Odisséia:

O livro de Wellington é um rico roteiro dessas lembranças, das quais a cidade e a sua gente sentem necessidade. Escrito, como o próprio autor comenta, “de forma simples, direta e concisa”, Cidade de João Pessoa- A Memória Tempo é, para Wellington, a feliz alegria de poder passear na cidade e com a gente do seu tempo, sem se embaraçar com as drásticas mudanças, percorrendo fielmente o caminho da história. Para o leitor desta bela e amada terra paraibana é, no tempo e no espaço, uma ilíada e uma odisséia cheias de prazer. (AGUIAR, 2002, p.14).

As crônicas que compõem o livro descrevem desde fatos datados a era colonial até o século XX. Inicia o seu relato, a partir da fundação da cidade, através da dominação portuguesa, ressaltando o Rio Sanhauá como seu ponto de partida. Observe:

Ensina o historiador Horácio de Almeida: “No dia seguinte chegava João Tavares à embocadura do rio, onde encontrou Piragibe, com quem concertou as pazes. Subindo pelo rio, fez disparar vários tiros a fim de afugentar os potiguaras os quais supondo grande a força invasora recuaram às pressas para o interior. João Tavares, de acordo com as instruções que levava o ouvidor- geral, foi lançar âncora defronte do lugar onde hoje se assenta a Capital da Paraíba”. João Tavares, a 5 de agosto desceu da sua caravela com o objetivo de escolher o sítio em que seria construído o forte. Ficava o local “na encosta da colina, em cuja base se espraia o Sanhauá, braço do Paraíba, onde estava ancorado” (AGUIAR, 2002, p.17).



**Imagem 03: Foto de João Pessoa com vista para o Rio Sanhauá datada de 1912/ Arquivo: IPHAEP. Disponível em: [cidady.blogspot](http://cidady.blogspot.com). Acesso: 22 jul. 2013.**

Mesmo havendo uma distância maior entre as épocas vividas entre Walfredo Rodriguez, em relação a Wellington Aguiar e José Octávio, percebemos em ambos um sentimento semelhante em relação à cidade. Sempre um amor cidadão em destaque e uma grande saudade dos tempos passados e conseqüentemente um destaque pela paisagem do centro urbano em torno do Rio Sanhauá. Nessa passagem abaixo pudemos perceber não só a descrição dos carnavais de antigamente, mas um sentimento saudoso, destacando que

antigamente era melhor e que a vida levou os bons tempos, só restando portanto, as recordações:

Eram muito diferentes de hoje os carnavais do passado. Já na época do automóvel, havia o corso. Os carros desfilavam pela Duque de Caxias, cheios de moças e rapazes, muitos fantasiados [...] O corso se fazia da Praça João Pessoa até a Praça de São Francisco. Indo e voltando, o mesmo percurso. A velha Duque de Caxias ficava coalhada de carros e caminhões, estes sempre enfeitados com motivos carnavalescos [...] Por onde andam os pierrôs, arlequins e colombinas dos carnavais dos anos quarenta e cinquenta? A vida levou, o mundo transformou. Só resta a saudade dos bons tempos, e uma furtiva lágrima molha com ternura as recordações felizes...(AGUIAR, 2002:.224/225)



**Figura 04: Carnaval 1964; Centro histórico (Rua Da Areia). Fonte: Acervo Walfredo Rodrigues. Disponível em: Jampa das antigas**

Segundo Sandra Pesavento, geralmente os centros urbanos, carregam essa simbologia, pelo fato de geralmente, terem sido responsáveis pelo surgimento das cidades, sendo assim os elementos naturais, quando se integram com a cultura, possuem um forte valor simbólico:

Mais do que isso, a identidade se mostra e se exhibe em ritos e práticas sociais, e se dá a ver, como no caso dos monumentos, feitos para lembrar. E tais marcos, como se pode bem apreciar, têm seu *locus* preferencial de referência nos centros urbanos, núcleo onde tudo começou. A construção de identidades urbanas tem seu acabamento na construção de paisagens, onde o enquadramento do espaço construído com seus elementos referenciais e icônicos e ajusta e se enlaça com o meio natural. Neste sentido, cidades à beira do mar, de um rio ou de um lago jogam com o elemento natural a integrar-se com a cultura, compondo imagens dotadas de valor simbólico de forte apelo. Conhecemos de sobra centros urbanos, corações da urbe que atraem pelo seu valor de paisagem. É ainda o cenário urbano de um centro, agitado e densamente povoado e edificado, o traço emblemático que melhor define o fenômeno urbano (PESAVENTO, 2007, p.4).

Em se tratando da cidade de João Pessoa, percebemos que o Rio Sanhauá e o seu entorno, desempenha esse papel reforçado pela a autora, no que diz respeito a ligação existente entre a paisagem natural com o cultural. Mesmo com o passar do tempo e consequentemente havendo o desaparecimento de algumas funções desempenhadas por esse setor em outras épocas. O centro da cidade ainda ocupa um papel relevante no campo da memória. A maioria dos habitantes entre as décadas de 1930 e 1940 pertenciam à elite pessoense, em tempos que o centro da cidade, representava a vitrine do moderno, atendendo às necessidades dessa camada social.

A bibliografia local analisada, geralmente enfatiza essas localidades que foram freqüentadas por esse grupo privilegiado. Mesmo havendo descrições de algumas praias no final delas, o Centro por ter sido palco de experiências de sociabilidades da elite local, acaba ocupando a maioria das páginas, e legitimando aquela passagem como vitrine do moderno durante muitos anos.

Esse olhar voltado para o Centro da cidade, pode ser compreendido pelo fato dos seus espaços serem utilizados, seja para moradia, trabalho, lazer e demais sociabilidades, até a década de 1950 com maior frequência. Neste cenário, ser pessoense bem sucedido era sinônimo de morar, se divertir, consumir e se socializar no entorno do Rio Sanhauá.

Assim como nos afirma Pesavento, o centro urbano geralmente tem essa visibilidade de vitrine, por abrigar o que já passou e ao mesmo tempo esconder alguns silêncios:

Destes tempos, o centro urbano é como que uma vitrine, um microcosmo do tempo que passou, mas que nem sempre se deixa ver. Destas temporalidades, o tempo mais difícil é o do esquecimento. Tempo que finge não ter existido, soterrando as lembranças. Talvez, por isso mesmo, seja o mais procurado por historiadores teimosos, que insistem em indagar

dos silêncios e em tentar preencher as lacunas e os vazios do passado de uma cidade (PESAVENTO, 2007, p.6).

É tarefa nossa, indagarmos, sem que muitas vezes tenhamos as respostas. Batermos nas portas que não serão abertas. Assim seguindo como um historiador teimoso, como sugere a autora, para nos aprofundarmos na multiplicidade do texto cidade.

## **1.2 A Construção dos “mitos fundadores” da cidade de João Pessoa por pessoenses e suas narrativas fluviais**

Antônio Viégas compartilha desse mesmo sentimento de saudade dos tempos áureos do Centro da cidade. Assim continuaremos nosso percurso pelo centro, cartografado pelos narradores da cidade de João Pessoa, através de um depoimento que transmite todo o seu sentimento pelo seu local de origem. Novamente teceremos a cartografia das sensibilidades urbanas, dessa vez com a fala do pessoense Antônio Viégas, ele além de morador do Centro da cidade, também possui o seu emprego nesse mesmo bairro, o qual se localiza na Assembleia Legislativa, assim sendo não só convive nesse espaço, como tem orgulho de declarar o seu amor pelo mesmo. Marcamos o nosso encontro num pequeno shopping do centro da cidade, próximo ao seu trabalho, ele chegou com duas sacolas cheias de livros sobre a História de João Pessoa e preferiu que nos deslocássemos para a Biblioteca Central, pois segundo ele, seria um ambiente mais adequado. Andamos algumas ruas e a cada prédio histórico que passávamos nos explicava sobre o mesmo, ao chegarmos no local ele falou:

[...] você agora tá fazendo essa entrevista aqui dentro desse espaço [...] essa beleza todinha de conservação, porque essa foi a primeira Biblioteca Pública da cidade. Aqui foi onde funcionou o primeiro Colégio Público, aqui foi onde funcionou até a Faculdade de Direito, já foi aqui no passado e tem uma história, isso aqui tem uma história e é uma arquitetura belíssima (1)<sup>4</sup>.

E a seguir afirmou:

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida a autora 10 de fevereiro de 2013. A partir daqui, o Sr. Antônio Viégas será referenciado com o numero 1, como na citação acima.

[...] além de saudosista, é por isso que eu amo o centro da cidade, eu resido no próprio Centro da Cidade, onde não abro mão deste espaço, de jeito nenhum, porque eu acho que o centro de João Pessoa, aliás, a cidade de João Pessoa, é uma das cidades que tem um dos centros mais bonitos do Nordeste, pelo seu patrimônio histórico, entendeu. Então, dentro dessa realidade, eu que sempre me preocupei com essa parte [...] e preservo muito essa identidade da minha cidade. Então, eu acho que a cidade tem um Centro lindo, é uma referência pra toda região e pra o Estado da Paraíba, até porque é a capital e foi a primeira Cidade do Estado e, ao mesmo tempo, me sinto feliz em morar no centro de João Pessoa [...]

O diferencial do Centro da Cidade começa pelo fato histórico [...] até porque João Pessoa foi uma cidade colonizada a partir do rio. Toda história da cidade de João Pessoa está basicamente, ela é totalmente, central, quer dizer, as suas ruas históricas, os seus prédios históricos e dentro desse sentido de mobilidade e de qualidade de vida, eu acho o centro maravilhoso porque você encontra de tudo. Você tem hospitais, você tem comércios, você tem shopping, você tem repartições públicas, tudo se concentra no Centro de João Pessoa. Agora, o que tá precisando é que os gestores da cidade tomem uma atitude séria para que restaure e preserve o centro, porque a história de nossa cidade está exclusivamente na área central. João Pessoa não foi colonizada pelo mar, foi pelo rio, entendeu? Então as primeiras avenidas, as primeiras ruas da cidade estão todas no centro (1).

Observamos em sua fala um certo destaque, porque não dizer uma exaltação ao fato do nascimento da cidade ter se dado no entorno do Rio Sanhauá, tornando portanto essa área um local muito importante por ser considerado um reduto da história local, como se de certa forma as informações históricas da cidade de João Pessoa, só pudessem ser consideradas legítimas se partissem da parte central, essa sua forma de pensar fica mais clara quando observamos essa passagem do seu relato: “porque a história de nossa cidade está exclusivamente na área central” (1).

Porém, se observarmos com cautela essa afirmação de Viégas, não podemos isolá-la nem tão pouco olharmos sem nos questionarmos quanto ao porquê dessa identidade voltada ao Rio. Sobre isso, Ecléa Bosi nos afirma: “Não esqueçamos que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção ‘é a apropriação veementemente do que nós sabemos que não nos pertence mais’” (BOSI, 2003, p.20).

Viégas fala da cidade não como um espaço praticado (CERTEAU, 2014), mas como algo a ser contemplado, apreciado, ele não narra suas experiências cotidianas no Centro. A cidade apresentada por Viégas é a cidade de pedra, em que são exacerbados os prédios arquitetônicos e os monumentos do passado, sem que seja estabelecida uma relação pessoal com estes (SENNETT, 1994).

Ao relatar a respeito de suas experiências cidadinas na juventude e mais uma vez nos deparamos com a mesma dificuldade anterior do narrador em demonstrar as suas relações pessoais com a cidade, ele prefere tratar das praças, dos piqueniques de forma geral, como uma experiência comum do Centro da cidade e não própria:

O que me marca profundamente no Centro da cidade eram as praças de João Pessoa. Eu me lembro que as praças de João Pessoa eram lindíssimas, eram praças totalmente arborizadas, florais, em que você saía e sentia o perfume. Eu saía de casa, chegava no pavilhão do chá, que antigamente tinha aqueles relógios de flores que hoje não existe mais, aí você tinha todo aquele movimento estudantil da Academia de Comércio Epitácio Pessoa, dos colégios Lins de Vasconcelos, Pio XII. A Lagoa que era um ponto de referência da Juventude, onde as pessoas se sentavam, confraternizavam. Os piqueniques eram realizados na Lagoa, até nas praças. Tinha essa questão da participação da sociedade em si e essa troca de energias sem violência na cidade. Tudo era centralizado aqui em João Pessoa no centro da cidade, a Lagoa era uma referência estudantil e ao mesmo tempo de movimento político, mas tinha a Churrascaria Bambu que também era um local de movimento, de concentração, de encontro das pessoas e tinha a cidade em si, todo movimento era na cidade (1).

Viégas também relata a respeito do desenvolvimento do comércio naquela região, destacando a participação de alguns familiares, mas de certa forma mostrando que essa é uma das justificativas para uma concentração maior de moradores na região inicial da cidade:

Mas minha infância foi toda aqui no centro da cidade, até porque minha família fez parte da história dessa cidade, tá me entendendo, meus tios foram grandes comerciantes nessa cidade e tiveram grandes lojas aqui na cidade, foram referência. Por exemplo, eu tive um tio que teve a primeira loja de eletrodomésticos, que era a Panex, na época, nos anos 40, 50. Outro teve armazém de estivas e cereais, que é próximo ao Palácio da Redenção, que é Alfredo Delgado, um comerciante conhecidíssimo. Teve outro tio meu, que era Antônio Viégas, que é o meu nome, que foi casado com uma mulher que fazia partos, os irmãos foram homens importantes na história dessa cidade, que foram proprietários do Paraíba Palace Hotel, que era a família Minervino, e depois se transformou no grande comércio do Mercado de Jaguaribe, tá dentro da história, tá dentro dos livros (1).

Através dessa sua fala nos questionamos: Porque ele tem uma identidade saudosista, totalmente colada a essa área do centro? Parece-nos que tem a ver com o lugar social dele, ele é oriundo das famílias tradicionais da cidade, sendo assim, valorizar o entorno do Rio Sanhauá é valorizar a memória da família dele. O lugar social do entrevistado, morador no

centro, pertencente às famílias tradicionais de João Pessoa, essa identidade pessoense é sinônimo de pertencimento a essa área fluvial/central da cidade, ou seja, a afirmação da memória das elites locais. Não seria esse também, um discurso da historiografia positivista local?

Esse comportamento é denominado por Ecléa Bosi em sua obra “O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social” de “Memória Institucional”:

Mas não vá alguém pensar que as testemunhas orais sejam sempre mais autênticas que a versão oficial. Muitas vezes são denominadas por um processo de estereotipia e se dooram à memória institucional. Há portanto uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimento, ideias e valores que dão identidade àquela classe (BOSI, 2003, p.7-8).

Dentre as razões que nosso narrador destaca para justificar a importância do Centro é justamente o fato deste espaço ter sido responsável pelo nascimento da cidade, sendo assim o Rio Sanhauá eleito como seu nascedouro, bem como o seu entorno são considerados o berço da história do município de João Pessoa, quando ele nos diz que: “a história de nossa cidade está exclusivamente na área central. João Pessoa não foi colonizada pelo mar, foi pelo rio, entendeu?”.

O ato de chegar com sacolas de livros e de nos transportar para uma biblioteca pública, carrega em si um valor simbólico muito forte. Pois o depoente demonstra que de certa forma o nosso mito de origem, fundado por aquele material bibliográfico que ele carregava, ficou cristalizado na memória de pessoenses que viveram em outro contexto da cidade, assim é possível compreender também o fato dele se sentir mais confortável em um prédio histórico, do que num Shopping Center. Retomando as considerações de Bosi (2003), vemos que para o entrevistado, a identidade pessoense, está intimamente ligada à memória institucional.

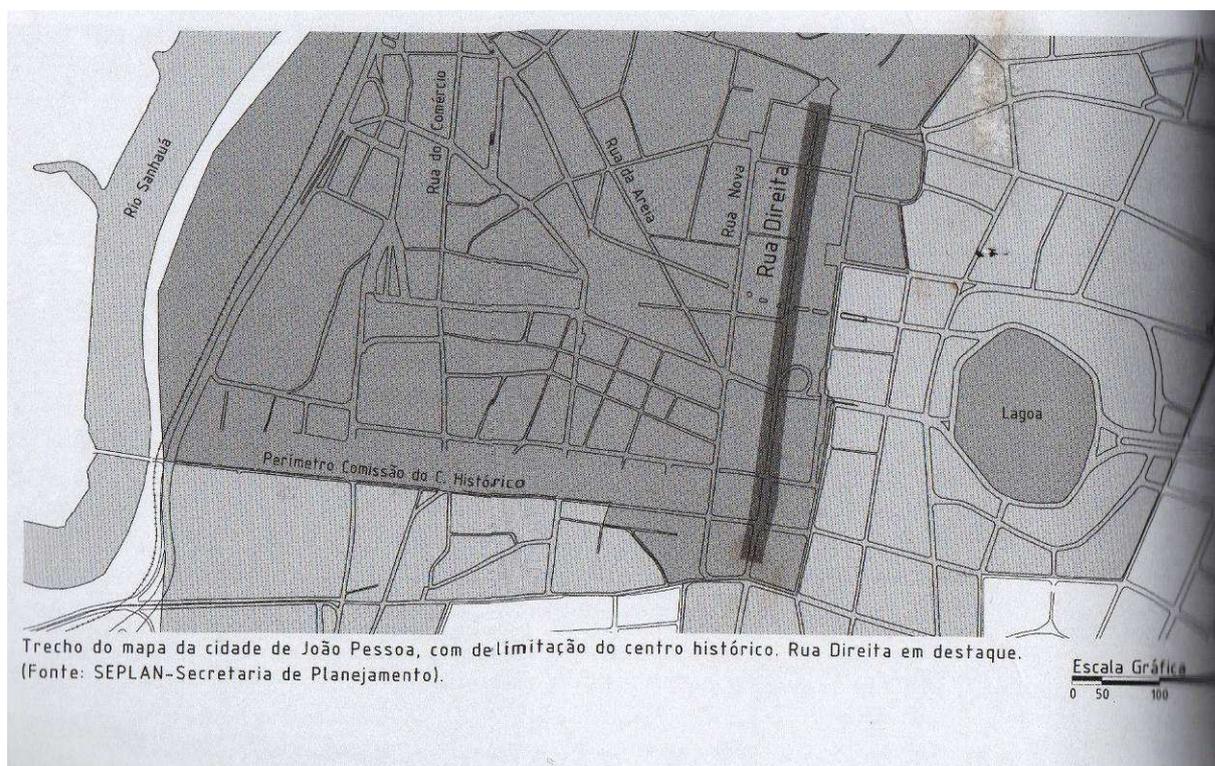
### **1.2.1 Caminhando com o narrador e construindo paisagens urbanas**

*A Rua Direita parece ter sobrevivido para servir de amostra até certo ponto capaz de simbolizar o que havia de melhor na apresentação urbanística da Capital da província, bastando a quem se detiver em sua contemplação minuciosa, com faro de historiador, recuar a imaginação há doze décadas atrás.*

*(Almeida, in Aguiar & Melo, Apud TINEM).*

Pretendemos caminhar por espaços muitas vezes esquecidos no contexto atual, porém bastante vivos na memória dos traseuntes citadinos de outrora, os moradores pessoenses fluviais<sup>5</sup>. O nosso ponto de partida será a Rua Duque de Caxias situada no centro da cidade de João Pessoa. Na condição de representante da memória geográfica de fundação da Parahyba, podemos destacar a relevância desta rua, localizada no Centro até a primeira metade do século XX, vale salientar que sua notoriedade se deve também ao fato de ter sido freqüentada por pessoas que pertenciam a grupos sociais de prestígio na sociedade, conforme nos indica a passagem a seguir:

Rua Direita, Rua Baixa, Rua de São Gonçalo ou do colégio. Eram estes nomes da nossa atual Duque de Caxias [...] Localizando-se no centro da cidade, [...] Nela moravam comerciantes, industriais, professores, médicos, políticos, magistrados [...] (AGUIAR, 2002, p. 220-221).



**Imagem 05: Trecho de cidade de João Pessoa. Rua Direita em destaque. Fonte: Tinem, 2006**

<sup>5</sup> Moradores do centro da cidade. O Rio Sanhauá, considerado o nascedouro da cidade, serviu como ponto inicial da cidade de João Pessoa, posto que os primeiros bairros foram nascendo em seu entorno. Assim sendo, como a terminologia fluvial refere-se a rio, utilizamos a metáfora moradores pessoenses “fluviais”. Op. Cit 1.

As representações das experiências cidadinas estão associadas ao cotidiano dos seus moradores e sua relação com as ruas centrais. Neste momento histórico, era na rua Duque de Caxias que aconteciam as festas, as quais serviam como entretenimento e sociabilização da época das elites locais, pois lá além de residências, comércio, consultório, também existia o Clube Ástrea e o Clube Cabo Branco.

Gostaríamos neste momento de apresentar uma narrativa a partir das memórias de um antigo morador da Rua Duque de Caxias, hoje residente na Praia Ponta de Campina, no município de Cabedelo. Mário Glauco Di Lascio, nasceu em João Pessoa (1929), onde permaneceu radicado, formou-se na Escola de Belas- Artes de Pernambuco (1957), lecionou na Escola de Engenharia da Paraíba, fundou o curso de arquitetura da UFPB, no qual lecionou, atuou no Serviço de Engenharia, foi consultor da prefeitura de João Pessoa de 1954 até 2008. Dentre várias obras realizadas nesta cidade, está a reforma do Ponto Cem Réis, o qual recebeu iluminação, foi arborizado com um moderno e importante viaduto denominado Damásio da Franca, nome do gestor da época. Este foi construído no intuito de atender a expansão do trânsito de veículos.

Sua família chegou à capital paraibana em 1916, pois seu pai Hermenegildo Di Lascio de origem italiana, porém erradicado na Argentina, foi contratado, juntamente com outro compatriota e companheiro de ofício o arquiteto Pascoal Fiorilo, ambos no governo de Camilo Holanda. Uma das razões para que eles e outros profissionais da área buscassem essa cidade, devia-se ao fato dos encaminhamentos das obras públicas realizadas na cidade, portanto Mário já nasceu em uma família bem sucedida e por isso usufruiu de espaços privilegiados de acesso a uma minoria favorecida.

Seguindo os passos do pai, também se tornou arquiteto, desenvolvendo projetos particulares, bem como foi responsável durante várias gestões municipais, por conduzir obras da prefeitura, através de plantas de bairro, obras de mobilidade urbana, dentre outras. Atualmente, aos 86 anos, está aposentado, mas uma de suas atividades prediletas é conversar com estudantes universitários que estão realizando monografias, dissertações, teses, dentre outros trabalhos universitários sobre a cidade de João Pessoa. Ele afirma, que é sempre um prazer compartilhar essas informações, posto que a maioria dos seus contemporâneos já faleceram. De forma descontraída ele diz: “[...] porque da minha época todo mundo já morreu,

‘pratrasmente’ não tem mais ninguém vivo, ‘prafentemente’ também o pessoal não sabe [...]” (2)<sup>6</sup>.

Devido a sua formação em Arquitetura, Mário possui uma grande facilidade em delimitar verbalmente as áreas da cidade. Ao tratamos da Rua Duque de Caxias ele nos descreveu suas características principais, e provavelmente devido à influência do seu ofício, no decorrer da conversa pegou papel e lápis para fazer os rabiscos do que ele estava descrevendo. Então sem que saíssemos da cadeira pudemos transitar na Rua Duque de Caxias nos idos dos anos 1930 e 1940. Em tempos de pobreza de experiências, assim como nos afirma Walter Benjamin, eis que encontramos um narrador. Não sei se da família do camponês sedentário ou do marinheiro comerciante, mas creio que de fato o artífice aperfeiçoou a narrativa (BENJAMIN, 1996)<sup>7</sup>.



**Imagem 06: Rua Duque de Caxias (Rua Direita), 1942. Fonte: Arquivo: Acervo Humberto Nóbrega. Disponível em: paraibanos.com. Acesso: 29 jun. 2013.**

<sup>6</sup> Entrevista concedida a autora em 25 de setembro de 2014. A partir daqui, o Sr. Mário Glauco Di Lascio será referenciado com o numero 2.

<sup>7</sup> Walter Benjamin em “Obras escolhidas”, fala das famílias de narradores existentes, no ensaio “O narrador” ele afirma que se o camponês sedentário e o marinheiro comerciante foram os primeiros mestres na arte de narrar, os artífices foram quem a aperfeiçoaram. O primeiro sendo comparado aquela pessoa que não saiu do seu lugar de origem, mas que preservou suas tradições, e o segundo como aquele viajante que sempre traz notícias de terras longínquas (BENJAMIN, 1996).

O depoente inicia sua descrição, enfatizando que a Rua Duque de Caxias é uma das mais antigas urbanizadas, ligando a área católica ao poder político, na época em que ele morava lá, ela chamava-se Rua Direita, nome que geralmente era dado para demarcar o trecho que liga dois largos de Igreja (Do Convento de São Francisco ao Mosteiro de São Bento), essa denominação na época também foi utilizada em outras cidades do Brasil, como em São Paulo e Rio de Janeiro. Também relata a respeito das transformações que ela passou ao longo do tempo, mudando e transformando sua configuração urbanística e formando uma nova paisagem:

[...] que o Palácio do Governo que naquela época, nem se chamava Palácio da Redenção, e nem era Palácio do Governo era outra Igreja, que era o Convento dos Jesuítas, onde hoje é o Palácio da Redenção, que ainda ficou a torre, aquela torre do Liceu, que num é mais Liceu, é a Faculdade de Direito, ali era o Convento dos Jesuítas [...]. Outra coisa, agora tá o Palácio da Redenção, o jardim, a torre [...] aquele jardim era a Igreja da Conceição que foi derrubada [...] (2).

Em “Fronteiras marcos e sinais”. Leituras das ruas de João Pessoa, organizado por Nelci Tinem, é feito um pequeno histórico dessa rua, que atesta sua representação de vitrine do moderno, do final do século XIX a meados do século XX. Esta rua foi palco das várias transformações da cidade, como também precursora dos equipamentos modernos de acordo com o contexto. Dessa forma, possui significado não só simbólico, mas na materialidade urbana da memória da cidade, sendo considerada uma das mais antigas ruas da cidade, com características elitistas. Dentre as suas principais construções, estão as edificações religiosas, habitacionais e administrativas.

Em relação aos equipamentos modernos que fizeram parte da sua história, sempre como pioneira em relação a outras áreas da cidade podemos citar: Calçamento com pedras vindas do Rio de Janeiro (Século XIX); iluminação pública; poste de luz elétrica; bonde elétrico. No século XX, a rua foi tomando outra forma para atender os ideais modernos, sendo assim, várias igrejas foram derrubadas para surgirem praças. Nos anos 1930, a Praça João Pessoa foi rotulada como vitrine da cidade, por ser um dos locais de lazer da Rua Duque de Caxias preferido para as práticas de sociabilidade e entretenimento da época. Assim, podemos perceber a representatividade dessa rua na formação urbana da capital paraibana, conforme nos mostra a passagem a seguir:

Assim, essa rua participa de grande parte da dinâmica urbana e do processo de remodelação da capital que, entrando no século XX com intuito de se modernizar, como ocorre em outras capitais brasileiras, transforma seus campos, largos, travessas, becos, em praças, avenidas e parques, remodelando sua aparência herdada do período colonial, segundo os ideais de uma modernidade almejada que direcionam novas formas aos espaços urbanos que são embelezados, saneados e ampliados para valorizar a circulação e estimulam a população a adotar novos usos em concordância com essa nova aparência. (TINEM [org], 2006, p.95 e 96)

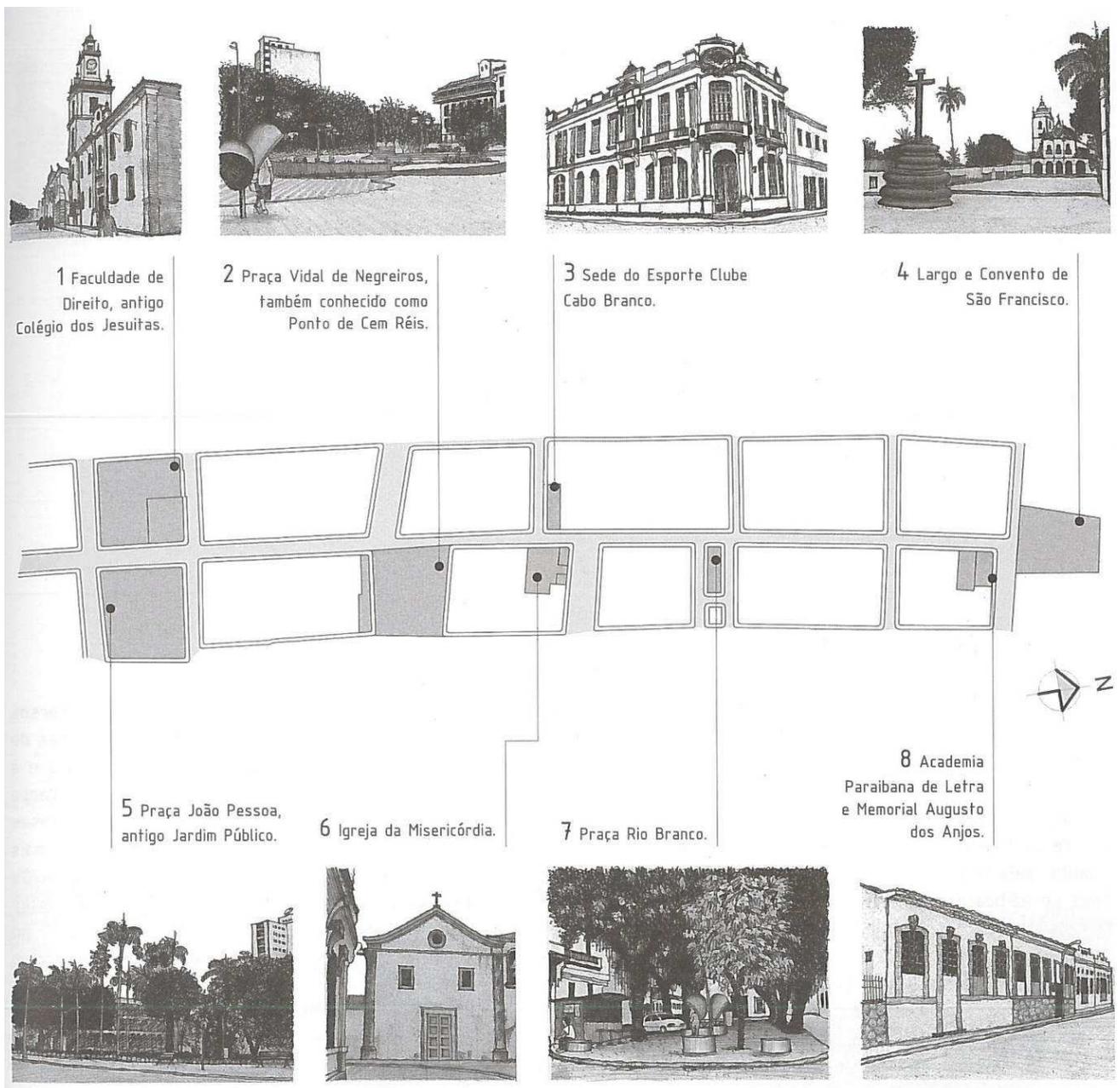


Imagem 07: Rua Direita. Referências Visuais. Fonte: TINEM, 2006.

A diversidade de representações cidadinas se confirma nos depoimentos de antigos moradores do centro pessoense. Convidamos o amigo leitor a uma viagem no tempo aos anos 1930 e 1940 da Cidade de João Pessoa, conduzida por Mário Di Lascio morador da Rua Duque de Caxias, número 417. Esperamos que as palavras escritas aqui neste papel possam transmitir as experiências vividas durante uma conversa agradável, com muitas gargalhadas, que mesmo estando em um escritório, pudemos nos transportar para um tempo com outros cheiros, sentidos, cores e com personagens únicos.

Tomaremos a liberdade de criar um enredo para essas memórias, porém em determinados momentos, cremos que a fala do próprio narrador nos conduzirá de forma mais apropriada, para que se possa criar a atmosfera vivenciada, se é que isso seja possível. O que estamos querendo deixar claro é que o nosso desejo seria tornar possível transcrever todos os sentimentos que vivenciamos através do relato de um residente da Rua Duque de Caxias, que ora era um memorialista, ora um contador de anedotas hilário, mas às vezes o seu ofício falava mais alto e ele se tornava mais técnico. À medida que o trabalho se desenvolve, conheceremos um pouco mais desse morador, que nos presenteou com lembranças tão lúcidas e agradáveis. Pois bem, vamos iniciar nossa viagem. Mário já chegou e estará a frente da excursão que o espera, não precisaremos de nenhum transporte, pois iremos caminhando durante esse passeio, para que seja possível conversarmos, quem sabe pararmos para tomarmos um sorvete na sorveteria de seu Verner, sairemos “ de casa em casa do Cruzeiro de São Francisco até o Ponto Cem Réis”(6).

Através dessa caminhada pela Rua Duque de Caxias, conheceremos diversos personagens distintos e experiências significativas, nos dando uma dimensão do vivido a partir das experiências do nosso entrevistado, mas não de uma forma precisa e/ou linear. A trajetória da caminhada segundo Certeau, muitas vezes se torna imprecisa, mas nos conduz a uma outra legitimação operacional através dos passos que espacializam os mapas humanos através do caminhar (CERTEAU, 2014).

Diante dessa compreensão, Michel de Certeau nos lança um convite, para observarmos a cidade, através de um olhar diferenciado, que nos fará enxergarmos algumas experiências peculiares do cotidiano cidadão. Vejamos:

Eu gostaria de acompanhar alguns procedimentos- multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos- que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade (CERTEAU, 2014, p.163).

Essas práticas cotidianas que só são possíveis através do espaço vivido, podem ser contempladas através da retórica da caminhada, que nos é sugerida pelo autor teoricamente, e pelo depoente através do que está registrado na sua memória. Assim sendo, através dessa narrativa o narrador não só dará um novo sentido às suas experiências, como selecionará aquilo que tem algum significado para sua vida, posto que a memória é seletiva, como nos aponta Worcman (WORCMAN, In Santhiago e Magalhães, 2013).

Para aprofundar o debate Certeau compara as enunciações pedestres às enunciações lingüísticas, utilizando três características: O presente, o descontínuo e o fático, existindo portanto, todo um sistema que rege o caminhante, vejamos:

[...] é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato de palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica relações entre forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é 'alocução' coloca o outro em face do locutor e põe em jogo contratos entre locutores). O ato de caminhar parece portanto encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação (CERTEAU, 2014, p.164).

Para Certeau, o caminhante sempre pode dar um novo significado ao seu espaço, mesmo este sendo regido por um sistema cheio de possibilidades e proibições, há um ato enunciativo próprio que rege o caminhante. Ao continuar percorrendo sobre a temática, utiliza exemplos lingüísticos para mostrar exemplos das práticas sociais, que nos aponta que a caminhada produz a tessitura urbana, ao passo que a palavra lhe direciona. Sendo assim, o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial. Observe:

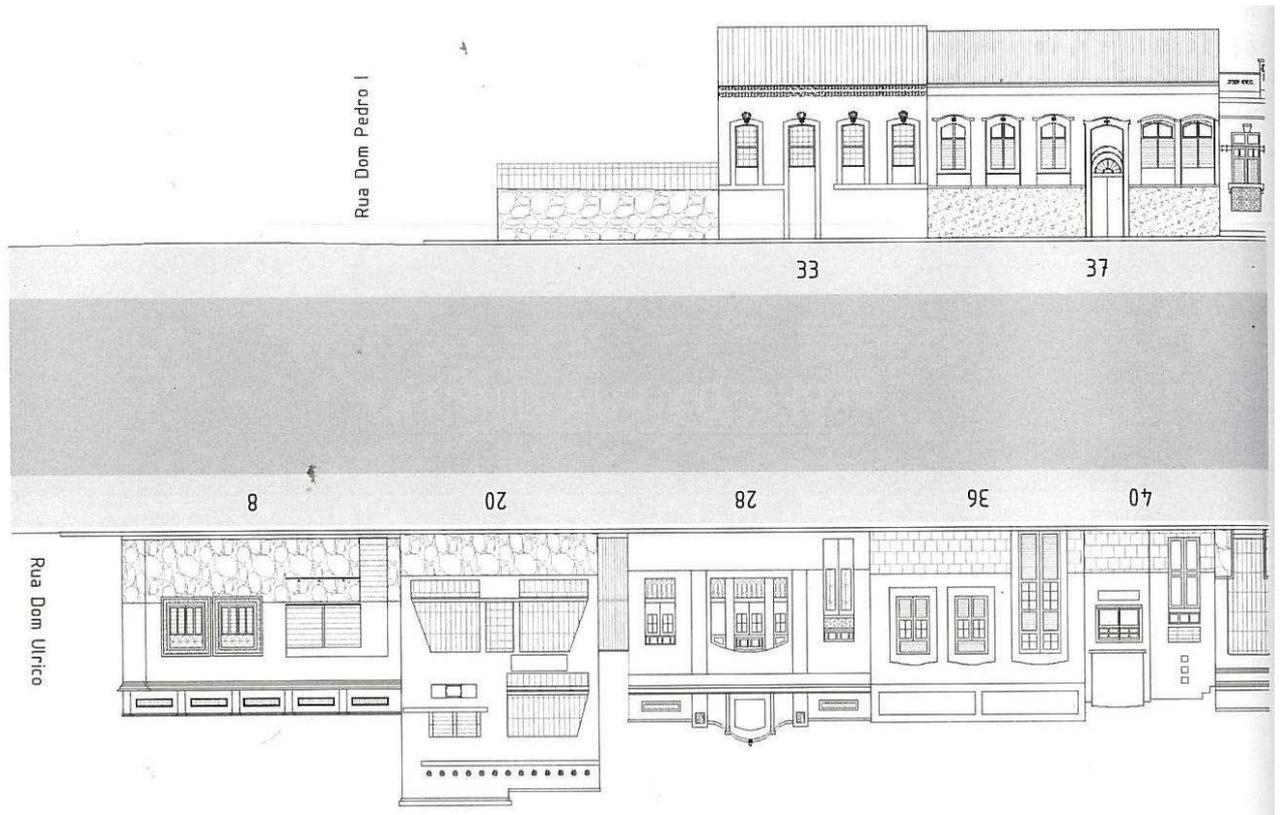
Em primeiro lugar, se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais. Assim Charlie Chaplin multiplica as possibilidades de sua brincadeira: faz outras coisas com a mesma coisa e seu uso. Da mesma forma, o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial (CERTEAU, 2014, p.165).

A retórica da caminhada, portanto, produz algo descontínuo:

Cria assim algo descontínuo, seja efetuando triagens nos significantes da “língua” espacial, seja deslocando-se pelo uso que faz deles. Vota certos lugares à inércia ou ao desaparecimento e, com outros, compõe “torneios” espaciais “raros”, “acidentais” ou ilegítimos. Mas isso já introduz a uma retórica da caminhada (CERTEAU, 2014, p.165).

É através dessa retórica da caminhada, que conduziremos o nosso passeio pela Rua Duque de Caxias dos anos 1930 e 1940 através do imaginário urbano de João Pessoa, construído pelas memórias de alguém que viveu o momento narrado, que foi um praticante cidadão e que testemunhou e viveu as experiências que serão compartilhadas. Assim sendo, esses relatos nos ajudarão a formar uma nova compreensão da cidade, bem como de suas práticas cotidianas.

Saindo do Cruzeiro de São Francisco em direção ao Ponto Cem Réis, vamos caminhando nesse rico mapa mental. O prédio em que hoje funciona a Academia Paraibana de Letras, entre as décadas de 1930 e 1940, moravam os contemporâneos de Mário da família Mesquita e da família Bezerra, “[...] que restauraram, emendaram uma na outra e pegaram o quintal de uma casa velha derrubaram e fizeram um pátio”(2). Correspondendo aos números 33 e 37 da imagem abaixo:



**Imagem 08: Perfil da Rua Direita. Fonte: TINEM, 2006**



**Imagem 09: Academia Paraibana de Letras. Fonte: TINEM, 2006**

A nossa caminhada continua e vamos passando pelo Centro estudantil, a casa de Dr. Otacílio que era na esquina e a seguir a casa do fiscal de consumo Samuel Hardman Norat. Mário recorda que naquela época toda mãe gostaria de ter uma filha que casasse com um funcionário do Banco do Brasil ou Fiscal de consumo, pois eram as profissões que davam uma boa remuneração, assim sendo, quando uma moça estava namorando com um rapaz que trabalhasse nesses ofícios, todo mundo comentava que a família estava com o futuro feito. “Pra você ver como a coisa muda” (2). Dos catorze filhos de Samuel, Marcelo, e Ivis eram colegas de Pio X do nosso depoente, que com tristeza lamenta: “[...] já morreu todo mundo num tem mais ninguém” (2).

Através desse depoimento pudemos perceber na fala do entrevistado, as mudanças que foram acontecendo ao logo do tempo, seja em relação a uma profissão ou até mesmo ao fato daqueles seus amigos tão presentes no seu dia a dia, hoje já não estarem mais vivos, e também se estivessem, não habitariam mais naquele espaço assim como Mário também se deslocou. Aquela convivência, bem como as experiências são próprios daquele contexto. Roberto Damatta ao tratar da casa e a rua metaforicamente, deixa claro que o seu entendimento vai além da compreensão física ou espacial, mas leva em consideração os domínios culturais institucionalizados que são capazes de despertar emoções e reações diversas (DAMATTA, 1997). Como pudemos perceber através da descrição do depoente.

Outros lugares da Rua Duque de Caxias, presentes na memória de seu Mário são:

- **Delegacia de Ordem Política e Social:** “pegava o oitão todinho, ali eles davam surra de mangueira de jardim de borracha cheia d’água pra num ficar a marca, os ladrões né!? Depois mandava pra o céu ou pra cadeia do Roger”.

- A dona da **Escola de Datilografia Remington**, que possuía o seu estabelecimento no andar térreo.

Eu sei que junto dela era outra escola, ali na subida, depois do sobrado do menino que deu uns tiro em João Pessoa<sup>8</sup>, tinha uma escola que eu fui aluno, era Instituto Comercial João Pessoa, de Dona Hortência ... que era dona do sítio da lagoa, que pegava emendava com a família... subindo ali pro lado da bica, a praça lá de cima, emendava com a família de Arquimedes Bigodão da família Souto Maior (2).

- **Colégio das irmãs Mesquita**

---

<sup>8</sup> Refere-se a João Dantas, personagem da História da Paraíba, o qual assassinou o então presidente do estado, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Candidato a vice-presidente do Brasil na chapa encabeçada por Getúlio Vargas, contra o grupo paulista de Júlio Prestes. Esse fato, desencadeou a Revolução de 1930, e dessa forma, Getúlio Vargas se tornou Presidente do Brasil.

- **Livraria de seu Bartolomeu** “uma loja térrea pequena, quando o camarada fazia lançamento de livro era lá e tal” (2).

- **Farmácia de seu Mota**

- **A casa de Augusto Simões:** “primeiro maçom grau treze” (2).

- **Movelaria de seu Morlofe**

- **Barbearia** “foi a primeira barbearia que tinha uma manicure uma mulher que fazia as unhas, o caba fazendo a barba e ela fazendo as unhas” [risos] (2).

- **Mortuária de EE**

- **Venda de seu Joca bate bate:** “que nunca botou lâmpada elétrica porque dizia: - Tá bom, isso é negócio de invenção do diabo, o negócio meu é no candeeiro, eu nasci e me criei com candeeiro e vou morrer no candeeiro” [risos] (2)

- **Cinema Rio Branco**

Agora conforme o prometemos pararemos na **Sorveteria de seu Verner**, Mário garante que “o sorvete é bom danado” (2) , vamos subir os dois degraus que tem ao fundo da loja, onde logo avistaremos as mesinhas de ferro, sentaremos e ouviremos mais uma das histórias desse narrador apaixonado. Assim conheceremos um pouco de sua infância e suas principais brincadeiras, o sorriso virá com certeza!

Menino era o seguinte se jogava “Patacho” que era caco de telha que o caba jogava no chão e o outro jogava, se batesse ganhava um ponto, se caísse perto, aí o outro tinha direito de jogar e ganhar, a dinheiro, sabe o que era o dinheiro!? Carteira de cigarro que naquela época num era mole como a de hoje, era papelãozinho durinho, o “Cônsul” era o cigarro mais caro, não o cigarro que era caro, era caro a caixa do cigarro que a gente arrancava a frente custava 20 mil reis, teórico né!? Era o dinheiro da gente.

Ou então “Fona” que chamada gude, que era bola de gude, que a gente fazia três buracos no chão que era o buraco mestre, o segundo buraco e terceiro buraco que era o gude, quem caía no buraco, tem direito a jogar noutro buraco, quem caía perto o outro ia, se caísse dentro do buraco, o outro tinha direito de dar uma “Petelecada” na bola dele na outra mais distante ainda e era um jogo... que era o jogo da gente...

Depois tinha “Amarelinha”, na época da gente tinha outro nome... academia, que é aqueles quadrados com o número e a outra coisa era subir no sobrado da esquina que ainda hoje ainda existe lá, ta fechado, subia por dentro, até o quarto que Antonito nasceu, tinha uma escadinha por dentro pra ir pelo forro, depois do forro, quebrava umas ripas ia pro telhado, quebrar as telhas e jogar as bandas de telhas lá no Ponto Cem Réis no carro de praça, que ficava em redor da torre do relógio os caba:

- Caba safado!

[risos]

Era as brincadeira da gente (2).

Ao lembrar a infância Mário também não pode esquecer das irmãs “cajazeiras” as irmãs Mesquita:

As três cajazeiras, que não eram cajazeiras, eram as irmãs de doutor Guilherme que era: Efigênia, ela era baixinha andava com a sobrinha debaixo do braço e vendia renda do Ceará, a irmã dela era Alice, que Alice era uma advinha danada, a gente brincava ela dizia:

- Cuidado, vocês vão se machucar!

Aí quando acontecia qualquer coisa ela dizia:

- Eu num disse!

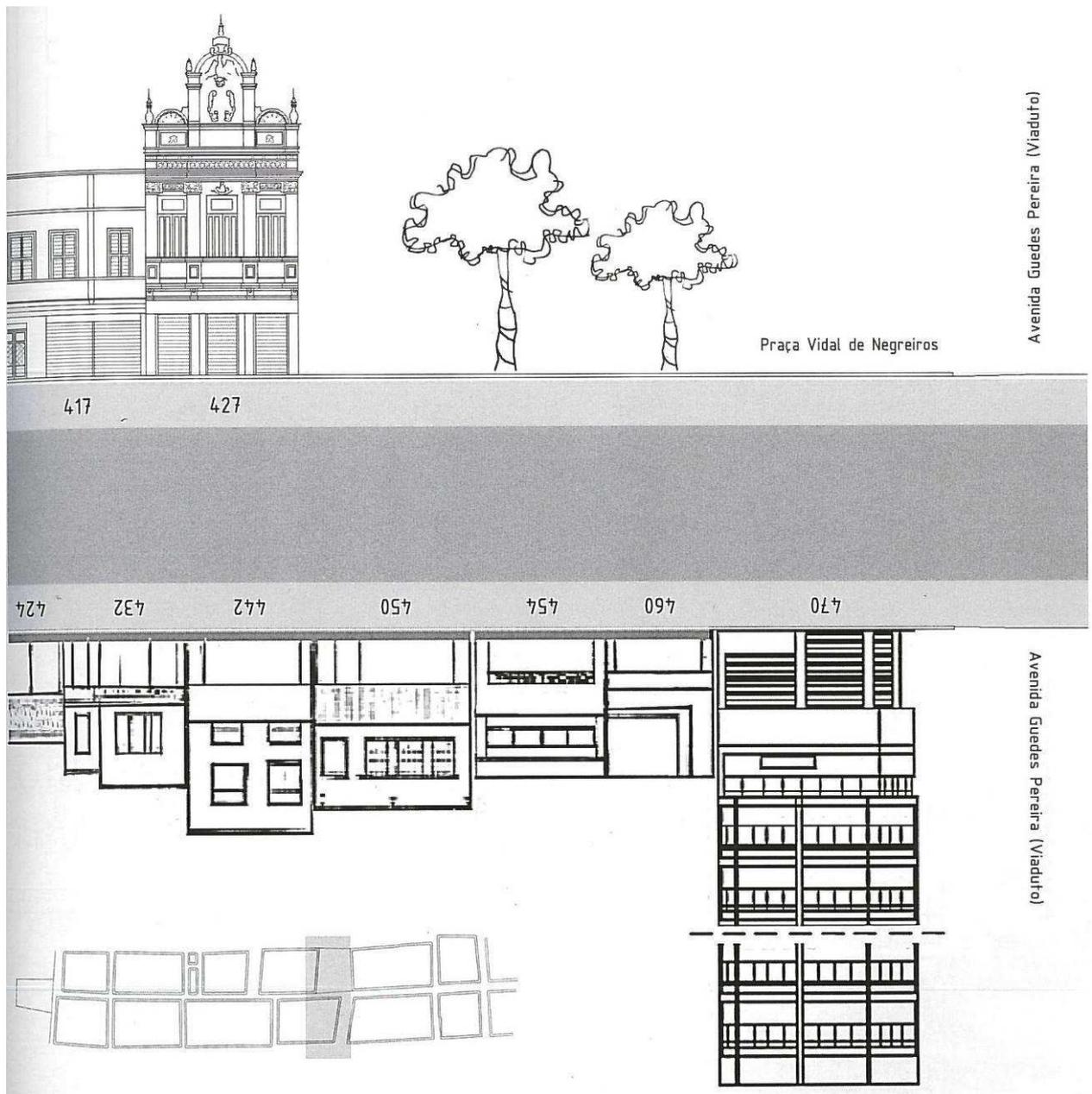
Não tinha dito nada! [risos]

E dona Otília, que era completamente surda (2).

Recorremos às reflexões de Michel de Certeau que nos aponta para a enunciação do pedestre, do caminhante que “apresenta três características que de saída a distinguem do sistema espacial: o presente, o descontínuo, o ‘fático’” (CERTEAU, 2014, p.164). Assim sendo:

A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc. as trajetórias que “fala”. Todas as modalidades entram aí em jogo, mudando a cada passo, e repartidas em proporções, em sucessões, e com intensidades que variam conforme os momentos, os percursos, os caminhantes. Indefinida diversidade dessas operações enunciadoras. Não seria, portanto, possível reduzi-las ao seu traçado gráfico. As caminhadas dos pedestres apresentam uma série de percursos variáveis assimiláveis a “torneios” ou “figuras de estilo”. Existe uma retórica da caminhada (CERTEAU, 2014, p.165).

Estamos quase chegando à casa de Mário: “Era na Duque de Caxias, 417 ... E a da esquina de Dr. Guilherme da Silveira era a 427, que era um dos melhores advogados da Paraíba, pai de Antonito, colega meu...” (2).



**Imagem 10: Perfil da Rua Direita. Fonte: TINEM, 2006.**

E nesta hora vamos recordar mais um episódio engraçado, ocorrido desta vez em sua própria residência:

O banheiro era no térreo...

Uma vez minha mãe fez uma pizza carregada na noz moscada e de noite nem a Avenida Paulista tinha um trânsito daquele na escada... minha mãe descendo a escada:

- Rapaz sai do banheiro  
Gente pra danado (2).

A noite chega e de longe podemos ver a **Casa de seu Alustal:**

[...] no oitão tinha um portão de entrada com três degraus, tinha um elmo, um elmo era um soldado espanhol, da conquista da Espanha aqui no México, que tinha aquele capacete de guerreiro espanhol com uma lança na mão assim, na ponta da lança tinha uma luminária assim de vidro que acendia de noite. Eu achava aquilo arretado! (2).

Outra possibilidade de entretenimento estava no salão de jogos de bingo e sinuca:

**Ramball** era sinuca, que o camarada faz número 3 e o caba marca os quadradinhos, bate e diz: - Bingo! Sendo que era a dinheiro [...] É víspora né o nome!?” Perguntamos: - Não é bingo não!? (2)

É bingo, mas antigamente se chamava víspora, o profissional daquilo mesmo se chamava ramball, que era o nome inglês que era do seu Salú, que morava junto lá de casa, o ramball era defronte. Era seu Salú, Milton que tomava conta do ramball, o filho dele moreno, alto e o outro filho dele que era cantor... que eu agora não me lembro o nome ... e a filha dele (2).

Continuando a nossa caminhada na Rua Duque de Caxias temos vizinho ao Ramball **Sobrado de Henrique:**

- **Sobrado de Henrique (primeiro andar) / Jornal O Estado da Paraíba, de Alírio Vanderlei (térreo):**

Ninguém dormia de noite, porque naquela época não havia rotativo era rotoplana pra imprimir o jornal de página em página e uns rolos que fazia “Ru Ru” ... Depois de duas horas da madrugada ninguém conseguia dormir.” [risos] agora defronte tinha o rambol e junto lá de casa quem morava em cima que era seu Salú (2).

Relembrando o que vimos até aqui: “Então aí estão as famílias e o pessoal todinho até o Ramball [...] em cima do Ramball eram os consultórios” [...] (2).

- **Consultório de Luíz Gonzaga Burity**

Pai de Burity que foi governador, Tarcísio Burity. Luiz Gonzaga Burity, era dentista e na janela tinha uma empanada assim, pra o pessoal não ficar vendo o povo de boca aberta a arrancando o dente, e defronte era a janela

do quarto em que eu nasci na casa defronte [...] Junto dessa casa tinha duas casinhas baixinhas... uma era de Alfredo Monteiro (colocando a mão na cabeça, fazendo sinal de chifres) [risos] que era casado com Dona Alice Monteiro, que era educadora que foi diretora do Jardim Da Infância que eu estudei (2).

O narrador fala de dentro, do lugar de alguém que teve uma história de vida pessoense intensa, com muito lazer e muita sociabilidade. Essas memórias fluviais falam de uma João Pessoa pulsante, lúdica e cheia de atrativos e divertimentos. Possuindo uma subjetividade cidadina ligada às experiências burguesas no cotidiano pessoense por isso, ele fala de uma João pessoa dos incluídos e bem sucedidos.

As falas destacadas por Mário refletem o lugar em que o mesmo está inserido na cidade, são lugares de memória, categoria de análise trabalhada por Pierre Norra:

A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer como Halbwachs o fez, que há tantas memórias, quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais às evoluções e às relações das coisas (NORA, 1993, p. 9).

Da Rua Duque de Caxias até chegar a Visconde de Pelotas, encontrava-se o cinema Morse. Nas noites que eram exibidos os filmes, Dona Sinhá, se preparava atrás da tela, e começava a tocar o seu piano “se era música de terror, se era música num sei de quê, a música era quem complementava em termos de áudio visual o espetáculo” (MÁRIO, 2014). Na realidade, o depoente já fazia parte de um contexto, que tinha essa prática social, assim como nos afirma Antônio Clarindo Barbosa de Souza:

O Cinema, para além do aspecto de fábrica de produtos formados de imagem e, posteriormente, de som, era também uma prática cultural que conseguia, num único e dinâmico processo, unir dança, música, teatro, ginástica, ópera, arquitetura, pintura e escultura num todo harmônico que criava a ilusão de que aquele mundo existia de verdade e que podia ser copiado em qualquer parte do planeta. Assim, nos primeiros tempos daquele aparato maravilhoso, “ir ao cinema, pelo menos uma vez por semana, vestido com a melhor roupa, tornou-se uma obrigação para garantir a condição de moderno e manter o reconhecimento social” (SOUZA, 2002, p.253).

Percebemos o quanto o cinema já fazia parte do seu cotidiano, como uma prática cultural. Certo dia, ao receber o seu boletim com a nota três em matemática, o seu coração ficou apertado e disse ao seu amigo Antonito – “ Tô lascado, o último capítulo do “Besouro Verde”<sup>9</sup> eu perder!” (2). A exclamação de Mário, devia-se ao fato de que, o entretenimento do domingo na Matinal do Piazza, só era permitido pelo pai, após assinada a caderneta e ter-se conferido que todas as notas estavam acima de sete. “Por que aí o pai da gente assinava a caderneta, toda semana, as notas que tirávamos na semana o pai lia, assinava a caderneta, aí liberava pra gente ir a matinal do Piazza, que era um filme de Cowboy e a série... “O Besouro Verde”... etc” (2).

Diante do ocorrido, o seu amigo lhe deu uma solução, transformar o três em um oito. Mário passou muito tempo treinando, até ficar perfeito, quando ele estava super feliz, Antonito lhe alertou que o próximo passo seria encontrar uma tinta da mesma cor da que estava na caderneta. “Arranjamos a tinta! Tô salvo!”. Diante do êxito, tudo indicava que ele iria assistir o tão esperado último episódio da série “Besouro Verde”. Na tarde daquele sábado, o senhor Hermenegildo Di Lascio, já estava sentado em sua cadeira aeroplana, fumando charuto, quando viu Mário se aproximando pediu a caderneta:

Aí ele pegava a caneta pelicano, ficava primeiro olhando e olhando e o charuto andando pra lá e pra cá e ele olhando e eu atrás em pé no encosto da cadeira olhando por cima pra ver a desgraceira, ele olhou, olhou e deu um suspiro assim [faz o barulho do suspiro] aí virou, porque a assinatura era de lado [fez o barulho da assinatura também] fechou e disse:

- Pronto!...

Quando eu dei uns quatos passo assim para frente ele fez:

- AMANHA NÃO TEM CINEMA!

Tu acha que eu ia perguntar por quê?

[gargalhamos] (2).

Ao analisarmos esta narrativa, observamos a astúcia de um menino que deseja assistir ao último de capítulo de sua série predileta, porém ao tirar uma nota baixa na escola, a expressão “tô lascado” demonstra que esta possibilidade bastante corriqueira nos seus finais

---

<sup>9</sup> O Besouro Verde (The Green Hornet, literalmente Vespa ou Vespão Verde) é um famoso herói fictício do rádio, cinema, histórias em quadrinhos e televisão. Trata-se de Britt Reid, milionário dono do jornal "O Sentinela Diária" que transforma-se num vingador encapotado no estilo do Sombra. Ele é ajudado por Kato, seu mordomo de origem oriental mestre em artes marciais. Kato, dirige o Beleza Negra, um carro tecnologicamente avançado. Em 1940, foi produzido o seriado “The Green Hornet” no cinema, sob direção de Ford Beebe e Ray Taylor, estrelando Gordon Jones no papel de Britt Reid e Keye Luke no papel de seu ajudante Kato. Como coadjuvante, o então estreador Alan Ladd, no papel do jovem piloto Gilpin. (Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_Besouro\\_Verde](http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Besouro_Verde). Acesso em: 02/12/2014)

de semana de lazer, parecia descartada devido ao mau desempenho em aritmética, logo o seu amigo Antonito lhe mostra uma solução: “transformar o três em um oito”, o problema parece resolvido, mas ao ouvir: “AMANHÃ NÃO TEM CINEMA!”, seus sonhos caem por água abaixo. As expressões a seguir demonstram que o nosso depoente Mário, era fruto de um modelo familiar patriarcal: [...] “e eu atrás em pé no encosto da cadeira olhando por cima pra ver a desgraceira [...]” e “Tu acha que eu ia perguntar por quê?”. Este exemplo, não podemos considerar somente uma experiência isolada e única, porém percebe-se que fazia parte da realidade das famílias tradicionais paraibanas na época, quando anteriormente ele nos diz: “ou então se a gente tirasse nota boa, tirasse nota acima de sete, aí era uma coisa boa, por que aí o pai da gente assinava a caderneta, toda semana, as notas que tirava na semana o pai lia, assinava a caderneta, aí liberava pra gente ir a matinal do Plazza [...]” (2).

Na esquina da Rua Duque de Caxias, pode-se avistar o Clube Cabo Branco, que como de costume organizava a matinê para as crianças. Mário ao completar 6 anos estava pronto para iniciar o seu ritual social, num Clube em que freqüentavam apenas as famílias abastadas da cidade. Junto com seu pai, seguia de mãos dadas com sua fantasia de guerreiro romano “uma escama assim de negócio de guerreiro romano, com um elmo, com aquele negócio na cabeça, um escudo de madeira, pintado de cor de prata, e uma espada de madeira chamada língua de boi, a espada dos gladiadores, de alpercata. Lá vou eu com meu pai, todo compenetrado que era guerreiro romano, aí fui pro baile [...]” (2).

O relato de Mário, tão rico em detalhes mesmo em se tratando da infância, nos remete ao conceito de experiência proferido por Walter Benjamin, o qual alerta para a pobreza da narrativa, bem como do narrador, por conta da falta de experiência, não mais encontrada no contexto pós-guerra. O autor faz uma análise a respeito de uma análise de uma parábola que ele encontra em seus livros de leitura, a partir desse relato ele discorre sobre o conceito de experiência, que para ele:

[...] ela sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a pais e netos. Que foi feito de tudo isso? Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas como um anel, de geração em geração? Quem é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará sequer lidar com a juventude invocando sua experiência? (BENJAMIN, 1996, p.114).

Ao chegar ao baile, preferiu não se juntar às outras crianças, e ficou encostado na parede, foi quando se surpreendeu com um menino que jogou lança perfume no seu olho “[...] aí o caba passou, lança perfume no meu olho, ardeu como o diabo, aí eu esfreguei o olho: - Mas que caba de peia eu vou pegar ele!” Quando o garoto pela segunda vez Mário já estava preparado, e bem antes que ele lançasse novamente a substância em seus olhos, prontamente bateu com a sua espada na cabeça dele. “Ai lá vinha ele eu já via na cabecinha dele, quando ele foi chegando perto eu me preparei, quando ele passou eu ‘pan’ danei a espada na cabeça dele” (2).

O rapazinho que havia arremessado o lança perfume, diante do golpe de espada na cabeça, que fez jorrar um pouco de sangue, começou a chorar. Vendo o alvoroço o Sr. Hermenegildo logo foi conferir o que havia acontecido, e diante do ocorrido, deu uma bronca em seu filho e saiu puxando ele pela orelha até chegar em casa. Por isso, o nosso depoente afirma que: “Foi o primeiro, único e último carnaval da sua vida” (2).

O Clube Cabo Branco e Clube Ástrea também existentes naquela rua, organizavam as maiores e melhores festas, os quais serviam de espaço exclusivo para o lazer e sociabilidade da elite local:

O Clube Ástrea da Rua Duque de Caxias n. 250. Quando ele ali começou a avoenga artéria se chamava Rua Direita [...] O Clube Astréa das requintadas festas de antanho. As mulheres com seus vestidos longos, de tafetá. Os homens trajando casimira preta, importada pela Inglaterra. Quando o calor era grande, cavalheiros e damas vinham para a sacada do sobradão, refrescar-se com o ar da noite tranqüila e provinciana. Todos se reconheciam, e conversava-se sobre a grandeza do conterrâneo Eptácio Pessoa, brilhando na Corte Internacional de Justiça (AGUIAR, 2002 p.225-226).



**Imagem 11: Sócios do Clube Ástrea em festa. Fonte: Clube Ástrea. Disponível em: Memória João pessoa. Acesso: 15 abr. 2014.**

No contexto do estado da Paraíba, a cidade de Campina Grande, também seguia essa tendência dos Clubes Sociais, para atender aos anseios da elite local, com nos aponta Antônio Clarindo Barbosa de Souza em sua tese “Lazeres permitidos, prazeres proibidos - Sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)”:

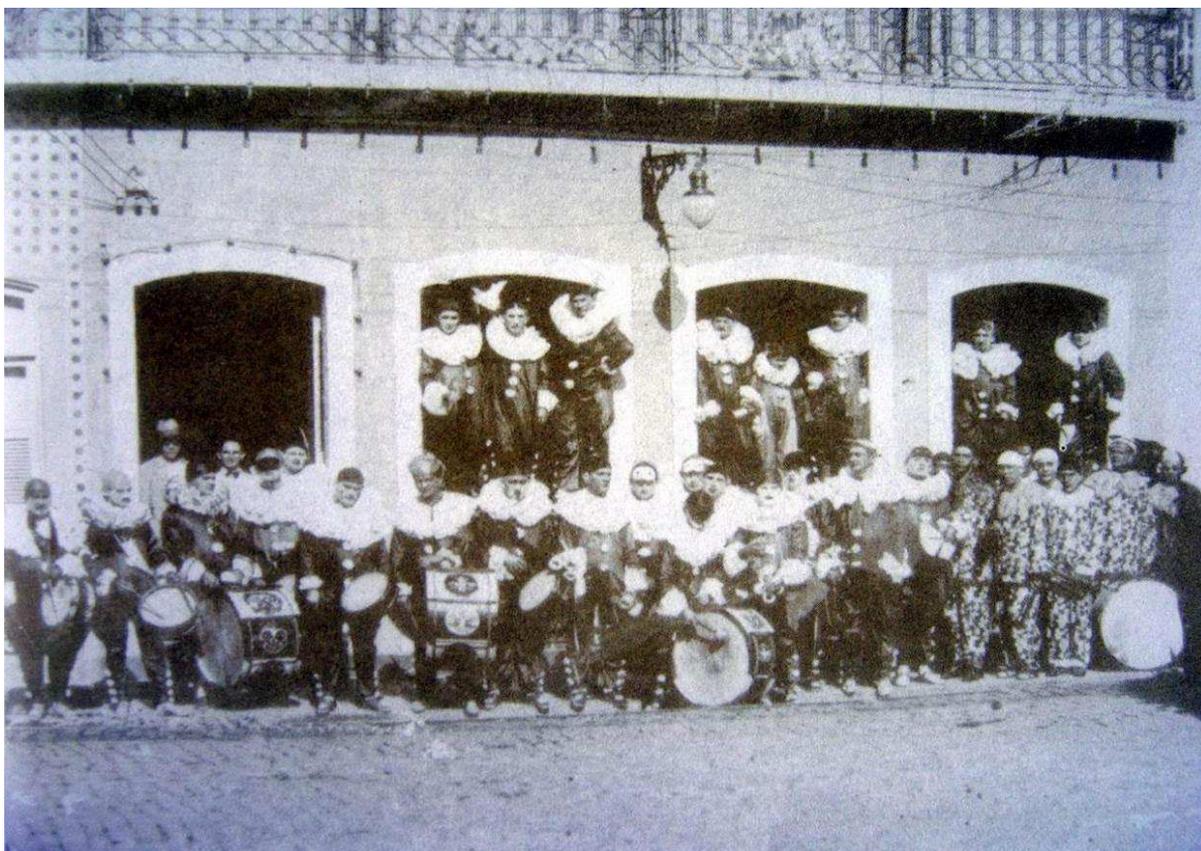
O Campinense Clube, também conhecido como “o mais aristocrático” ou ainda “o mais elegante”, era o mais “selecionado” e seletivo dos clubes. Tradicional clube das elites, vinha conduzindo e empolgando a vida social das mesmas desde os anos 20. Nos anos 50 e 60 era freqüentado tanto pela sociedade tradicional, como pelo society (SOUZA, 2002, p.220).

Dentre os divertimentos da época, que além de lazer era um meio de sociabilidade, sobretudo da elite paraibana, estavam os Clubes: Astréa e Cabo Branco. Com base no vídeo elaborado pela equipe que compõe o Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM), da Universidade Federal da Paraíba em junho de 2014, bem como de algumas informações

publicadas no site de pesquisa Memória de João Pessoa, relataremos alguns fatos que marcaram esses momentos que fazem parte da história local. Vejamos:

Muito mais que um complexo arquitetônico e esportivo, inicialmente os clubes na vida de João Pessoa, faziam parte dos rituais sociais. A princípio destacavam-se dois grandes. O Clube Ástrea e o Clube Cabo Branco que travavam entre si uma batalha pela preferência da população.

O Ástrea funcionava à Rua Duque de Caxias, n. 74, em um antigo sobrado, em frente a Praça Rio Branco, no centro da cidade. Só em 1936 o clube foi transferido para um palacete na Rua Monsenhor Walfredo Leal, que pertenceu ao senhor Murilo Lemos, no bairro de Tambiá. (Disponível em: [memoriajoaopessoa.com.br](http://memoriajoaopessoa.com.br). Acesso: 05 jun. 2014)



**Imagem 12: Primeira sede, 1928. Fonte: Acervo Astréa. Disponível em: Memória João Pessoa. Acesso: 15 abr. 2014.**

Ao se caracterizar os detalhes do novo espaço do Clube Ástrea, também se destacam as vestimentas dos seus sócios:

Tratava-se de uma casa suntuosa, localizada em um terreno amplo, que tinha seus fundos à Rua Pedro I. Suas diversas dependências foram adequadas para uso do clube: no pavimento superior, firmou-se o grande salão de festas; já no térreo, formou-se uma ampla sala de estar, onde os sócios, sempre muito bem trajados, podiam usufruir de proteladas conversas nos grandes estofados daquele ambiente, ouvir o som da eletrola com os mais variados discos disponíveis, ou ainda utilizar as mesas de jogos de dama e gamão. No térreo, também localizou-se a parte administrativa, os sanitários, o restaurante, o bar e um amplo terraço avarandado (Disponível em: [memoriajoapessoa.com.br](http://memoriajoapessoa.com.br). Acesso: 05 jun. 2014).

À medida que o tempo foi passando, o Clube Cabo Branco, também foi criando visibilidade, de forma que as festas desses dois clubes eram disputadas pelos seus próprios frequentadores, pra saber qual das duas era melhor:

Como já citado, o Clube Cabo Branco, também caiu no gosto do público pessoense. Esse iniciou suas atividades de clube desde 1917, no bairro de Jaguaribe, ocupando uma quadra inteira, compreendida entre as ruas 1º de maio, 24 de maio, Floriano Peixoto e Vasco da Gama. Nesse perímetro o futebol dividia espaço com o hipismo, já que o local tratava-se de um hipódromo.

As cores do clube, Vermelho e Branco, foram tornando-se conhecidas na capital paraibana não só pelo sucesso esportivo, mas pela representação das grandes atividades sociais da cidade de João Pessoa, destacando-se as tradicionais festas de Carnaval, São João e Réveillon promovidas pelo Cabo Branco (Disponível em: [memoriajoapessoa.com.br](http://memoriajoapessoa.com.br). Acesso: 05 jun. 2014).

Em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX o lazer e as sociabilidades através dos bailes foram também vivenciadas em outros locais do Brasil, sobretudo nas capitais brasileiras. Marcia Maria Fonseca em sua dissertação “Natal também civiliza-se: sociabilidades, lazer e esporte na Belle Époque Natalense ( 1900-1930)”, mostra o papel desempenhado pelos clubes no que diz respeito à construção de uma cidade planejada a partir dos anseios da elite local. Vejamos:

Os clubes tinham papel importante na construção dessa nova cidade almejada pelas elites locais pois, através dessas instituições difundiam-se novas práticas sociais que seriam refletidas nos espaços urbanos. As associações, geralmente fechadas a um número restrito de sócios, acabavam gerando uma segregação espacial pois em lugares como os clubes que as elites se distinguiam do povo, onde as práticas das elites eram legitimadas, em contraponto às práticas populares. Eram nos clubes e nas

atividades praticadas por eles que os ideais das elites circulavam. Lá as elites se formava e se transformava. Em Natal, as práticas definiam os espaços. À medida que as elites tentavam distinguir suas práticas dos outros grupos, ela ia definindo uma configuração social, que se refletia na organização dos espaços da cidade (MARINHO, 2008, p.89).

Sendo assim, a cidade vai se moldando a esses novos gostos e formas traçados pelos grupos dominantes. Esses espaços além de representarem um local de lazer, serviam como encontro para sociabilidades, as quais tinham o seu cunho político, como nos afirma TANKO (2011) ao tratar dos clubes recreativos do sul e sudeste:

Dessa forma, muitos lugares destinados ao entretenimento e reunião recebiam o nome de clube, sendo múltiplas as atividades que desenvolviam. Mas como nos lembra Needell, os clubes da elite carioca mencionados, além de ser um espaço de lazer para privilegiados, tinham um sentido político e social de grande importância e peso na conservação do *status quo* (NEEDEL, 1993). Tal compreensão dos clubes de elites cariocas também pode ser entendida às suas congêneres em outras cidades, como São Paulo e naquelas como Assis no interior deste Estado (TANKO, 2011, p. 329).

Constituíam-se, portanto: “A importância dos clubes recreativos como espaços de convivência de (re) definição de identidades para o exercício da amizade, da extensão da rede de relações de poder” (TANKO, 2011, p. 329).

Foi possível então através dessas descrições de práticas do cotidiano, visualizar uma João Pessoa que tinha como vitrine do moderno o centro da cidade, tendo como elemento da cultura material a Rua Duque de Caxias, com algumas construções que ainda permanecem até os dias atuais. Alguns outros elementos foram recuperados através de um senhor que atualmente reside em um espaço litorâneo, mas as suas memórias permanecem vivas naqueles lugares vividos nas brincadeiras de crianças, no carnaval, nos clubes, no cinema.

As memórias fluviais de Antônio Viégas e Mário Di Lascio, proporcionaram um novo olhar para o Rio Sanhauá e seu retorno, através de relatos singulares, que mesmo possuindo características nos fizeram ver que aqueles mitos fundadores destacados nas fontes bibliográficas, acabaram se perpetuando e se cristalizando na memória dos seus moradores.

### 1.3 O imaginário urbano pessoense fluvial

Foi possível perceber nas narrativas escritas e orais que compartilhamos nesse capítulo, a presença muito forte de um discurso de valorização do passado, de lembranças ternas e agradáveis de um tempo que não volta mais. Gostaríamos de propor uma reflexão quanto a esse fato, é bem verdade que nessas falas diversas destacadas, prevalece um discurso nostálgico, mas é preciso dialogarmos quanto a isso enquanto educadores e historiadores. Pois a leitura unívoca é complicada, tanto a leitura cristalizada do passado, como a leitura cristalizada do presente. É interessante que haja um diálogo, e esse diálogo só pode ser feito através da leitura. Daí nos questionamos: Por onde circulam essas obras? Existe uma circulação frágil dessa bibliografia, posto que elas não são acessíveis para todas as camadas sociais.

Se houve um investimento imagético na cristalização da imagem pessoense fluvial, dessas memórias fluviais, do Rio Sanhauá, a verdadeira identidade pessoense encontra-se no Rio e não no mar? Precisamos ouvir as vozes do passado (THOMPSON, 1998). Mas o que vamos fazer com elas? Precisamos ouvi-las, porém não com o objetivo de ecoá-las, é necessário fazermos um filtro e dialogarmos com as mesmas.

Essas vozes do passado estão sendo ouvidas pelas novas gerações? Será que eles, estes jovens estão dispostos a fazer esse passeio proposto da década de 1960: “Venha moço, vamos fazer um passeio. Deixe que ajudado pela memória, lhe mostre algo do passado da nossa cidade” (RODRIGUEZ, 1994). Até que ponto esse desejo de educar sobre a história da cidade tem ressoado nas novas gerações? É de extrema importância ouvirmos as vozes do passado, porém precisamos reconhecer que o ato de lembrar é uma experiência do tempo presente, portanto o relato seja do passado seja ele escrito ou narrado, corresponde a mais uma representação do vivido (CHARTIER, 1990).

## **2. EXPERIÊNCIAS LITORÂNEAS EM CENA: TRABALHO, LAZER, MORADIA E RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE DOS “OUTROS”<sup>10</sup> PESSOENSES.**

*O enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna o narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de seu desenvolvimento.*  
*Michel de Certeau*

“O caminhar de uma análise inscreve seus passos, regulares ou ziguezagueantes, em cima de um terreno habitado há muito tempo” (CERTEAU, 2014, p. 35). A nossa caminhada pela cidade de João Pessoa continua, mas ao invés de sobrados, clubes, cinemas e sorveterias, avistamos o mar e nessa hora, retiramos os sapatos e tudo aquilo que nos trás algum desconforto e já podemos sentir a areia macia nos nossos pés, que se molham logo ao chegar das ondas. É a praia de Tambaú cheia de coqueiros, cajueiros, calma, tranqüila e serena, habitada pelos pescadores que logo descarregam os seus barcos cheios de peixes, para serem vendidos aos veranistas que em breve chegarão de Campina Grande, Recife e até mesmo do centro da capital paraibana.

A leitura do texto cidade pressupõe um olhar polissêmico e geograficamente ampliado. Embora vários registros destaquem o modo de viver na parte central da cidade, gostaríamos de deslocar um pouco o nosso olhar para outro lado, que certamente não estava em plena urbanização, porém possuía modos de viver bem particulares. Trata-se das localidades próximas a Orla Marítima de João Pessoa, sobretudo Tambaú, e Manaíra.

### **2.1 Entre o mar e a mata: O cotidiano dos pescadores da praia de Tambaú**

“Para ler e escrever a cultura ordinária é mister reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante do seu objeto” (CERTEAU, 2014, p. 35). Enquanto no centro da cidade, havia uma elite fervilhante, com os modos e costumes modernizantes, no lado de cá, muito além do Rio, havia moradores litorâneos, uns com moradia fixa como os pescadores e outros que só abriam suas residências no verão, enquanto as do centro permaneciam fechadas durante esse período do ano. Através das falas dos pescadores e de antigos veranistas conduziremos o nosso percurso.

---

<sup>10</sup> Os outros a quem nos referimos, são os pescadores e veranistas que moravam permanentemente e provisoriamente respectivamente, na Praia de Tambaú, antes do processo de urbanização.

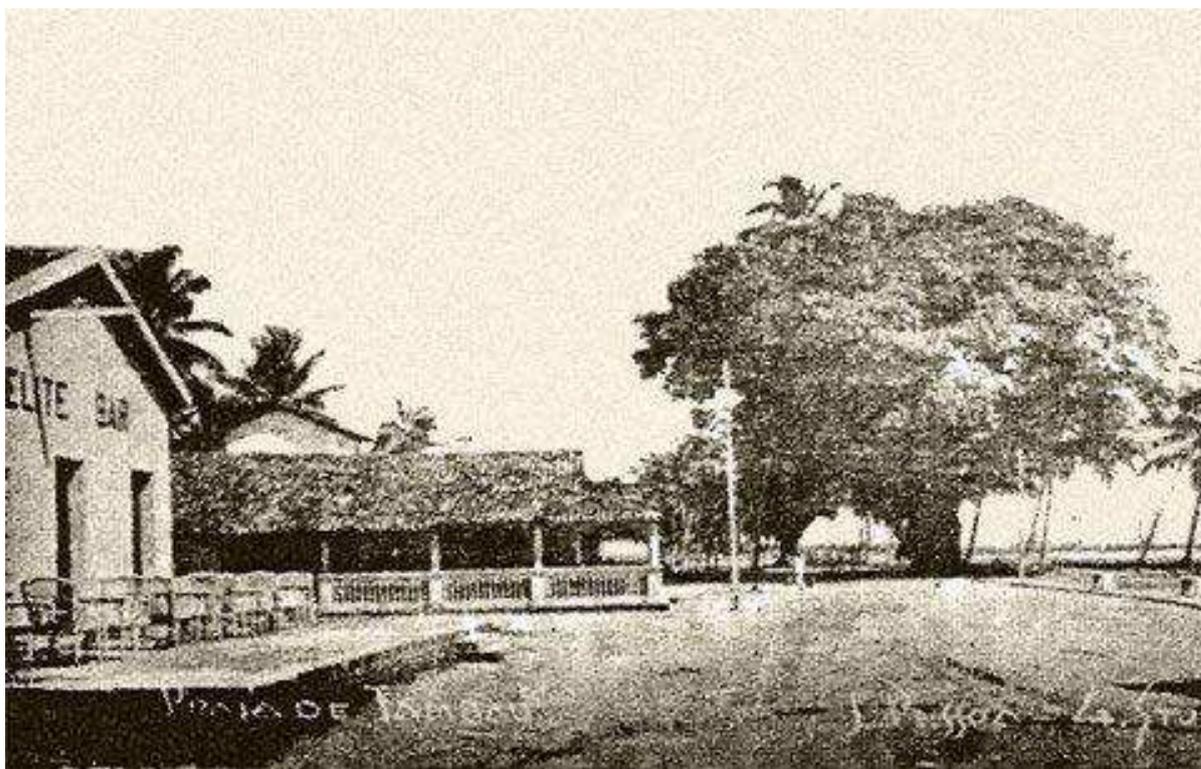
Era manhã em Tambaú e buscávamos algum narrador dessa trajetória ordinária no Mercado do Peixe. Havia vários pescadores naquela ocasião e alguns deles estiravam a rede de pescar para começar o trabalho, uma cena muito bonita de se ver naquele dia de muito sol à beira mar, então nos apresentamos e solicitamos de um deles alguma informação a respeito de suas experiências anteriores naquele local, porém eles nos fizeram olhar para uma placa ali afixada em 2010 após a revitalização do espaço pela gestão municipal. Daquele momento, porém as informações encontradas de nada se diferenciavam dos relatos escritos outrora analisados, foi então que percebemos o quanto seria importante um relato de uma experiência vivida.

Caminhamos mais um pouco naquele calçadão da orla, encontramos um senhor sentado e resolvemos tentar mais uma vez, foi então que iniciamos nossa conversa com o senhor Inaldo, de 63 anos que mora na região desde que nasceu em 1951, não possui apenas uma experiência pessoal na pescaria, posto que toda sua família também exerceu esse ofício, avô, pai, irmão. E assim começa o relato do Sr. Inaldo:

Eu pequeno, Tambaú aqui era só mato. Quando construíram esse [apontando para o Centro Turístico] [...] o grupo que tinha aqui, o grupo João Pessoa, o Elite eu conheci ele, era somente um galpão só com duas portas, eu conheci, não existia o Hotel Tambaú. [...] Vi fazer essa Rui Carneiro, eu vi fazer a Eptácio Pessoa [...] Eu conheci Tambaú... Nada! Nada mesmo que num tinha aqui [...] (3)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida a autora em 14 de maio de 2013. A partir daqui, o Sr. Inaldo será referenciado com o número 3.



**Imagem 13: 1946- Praia de Tambaú, vendo-se o antigo Elite Bar. Fonte: Stuckert Filho: 2007.**

Depois de concluída a entrevista, perguntamos se ele conhecia outro pescador que pudéssemos procurar, foi aí que não só ele, mas outros que já me observavam me indicaram a casa de um antigo pescador: Seu Arlindo, já aposentado e doente, residente em uma rua paralela à Avenida Rui Carneiro, conhecida como “Vila dos pescadores”. Ao chegarmos a sua filha nos atendeu e solicitou que voltássemos à tarde, pois ele estava dormindo. Ao retornarmos no horário combinado, fui recebida por Dona Severina a esposa dele, ele ainda não estava acordado e por enquanto ficamos conversando com ela e tentando extrair alguma coisa que seria útil para a pesquisa, porém ao sair de lá, tivemos a impressão de que aquela entrevista não serviria, posto que tudo que eu perguntava a ela a respeito do contexto, ela não lembrava. Eis um trecho de minhas indagações e de suas respectivas respostas: Legenda: **[P]**- Alana (Pesquisadora), **[E]**- D. Severina (Entrevistada):

**[P]:** Mas quando a senhora veio para aqui é [...] essa Rui Carneiro e a Epitácio já era assim?

**[E]:** Era não, era Mata, Mata, Mata, tudo Mata, até pegando por ali, aliás [...] pera aí [...] do [...] quase pegando de Cabedelo pra cá tudo era Mata, Mata, Mata aqui. Aqui era tudo Mata, aqui atrás só a casinha da gente no meio, não tinha nada na vida não, somente só, só Deus é quem dava sustento a gente, mais ninguém.

[P]: Quando, a senhora lembra quando começou a ajeitar essa, se mudou alguma coisa de onde a senhora, quando começou a ajeitar essa Rui Carneiro, a Epitácio, quando começou a fazer o calçamento aqui ficou diferente?

[E]: Se, se eu sei? Se eu me lembro?

[P]: Lembra?

[E]: Lembro bem não minha fia, porque eu era, trabalhava tanto...

[P]: A senhora trabalhava muito, né?

[E]: Que não tinha nem nada na cabeça pra controlar, agora que depois de velha é que eu tô controlando mais um pouquinho porque eu parei, num sabe? De trabalhar, mas antigamente parece que minha cabeça era só no ferro e na roupa, no ferro e na roupa [risos] (4)<sup>12</sup>.

A fala dessa senhora, no momento da gravação, parecia tão desorganizada e desconectada se comparada a de seu Inaldo, aparentemente mais organizada cronologicamente e cartograficamente. Mas ao ouvir novamente ambas as entrevistas e transcrevê-las começamos a analisar o lugar de cada um desses sujeitos. Por isso é importante percebermos que o senhor Inaldo estava naquele espaço público que também é seu ambiente de trabalho, ele acabava visualizando e participando de certa forma das mudanças que estavam acontecendo na cidade, enquanto isso Dona Severina, uma dona de casa que para ajudar nas despesas, passava o dia todo fora trabalhando lavando e passando roupas, como ela mesmo nos diz:

Era [...] coronel o que chegasse eu lavava [...] Juiz, tudin [...] ainda hoje tem um juiz ali, que é amigo [...] que conhece a família da gente todinha, sabe quem é a gente [...] eu tinha vinte lavagens de roupa, um mundo. Cada uma casa eu lavava deixava engomada, na outra [...] nos seis dias da semana [...]. Aí quando eu chegava das lavage, eu engomava [...]. Aí eu ia pro ferro de novo, quando eu terminava era quatro hora da manhã. Quando terminava quatro hora, arrumava a casa [...] saia de sete chegava de sete hora da noite. Aí começava até [...] quatro hora da manhã (4).

Ao passo que as mudanças iam acontecendo a cabeça de Dona Severina, como ela mesmo diz, estava concentrada “no ferro e na roupa”, por isso ela afirmou que “não tinha nem nada na cabeça pra controlar” e portanto não se lembrava dos fatos tão destacados sobre a urbanização da capital paraibana. O que de certa forma, não desautoriza o seu discurso, pelo contrário, mostra outra forma de viver na cidade não tão confortável quanto o daqueles que

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida a autora em 14 de maio de 2013. A partir daqui, Dona Severina será referenciada com o numero 4.

possuíam os seus sobrados na Rua Duque de Caxias e que após a construção da Avenida Eptácio Pessoa foram se estabelecendo aos poucos na Orla Marítima.

Enquanto conversávamos com Dona Severina, Seu Arlindo acordou e então pudemos iniciar um diálogo com ele no seu quarto, pois ele encontra-se acamado, devido à diabetes já perdeu uma perna e encontra-se muito debilitado justamente por conta de problemas na sua saúde, o que de certa forma também complica a sua dicção um pouco embargada, exigindo da nossa parte uma maior concentração e atenção. No início da nossa conversa perguntamos sobre suas experiências de vida na parte da cidade junto ao mar, seu querido “escritório” como ele mesmo se refere mais adiante, onde ele passava a maioria do tempo devido ao seu ofício de pescador:

Bom, veja, olhe. Aqui ninguém tinha nada, a gente vivia pescando ali, os que ‘tivesse’ casa morava no lugar deles, quem não tivesse era casa alugada se morasse, se pudesse ter uma casinha era rei, se num tivesse onde morar era no meio do mundo à toa, debaixo de pé de pau (5)<sup>13</sup>.

A vida que aparentemente pelos moldes tradicionais parece ser errante por fugir da regra, ao mesmo tempo se constrói ao longo do relato um sentimento forte de amor pelo local que além de servir como trabalho de onde se tira o sustento, também proporciona experiências únicas e prazerosas, mesmo com uma renda muito pequena:

[...] a renda da gente era muito pequena. Agora vou dizer uma coisa, não dá porque o pescador, a senhora sabe como é, o pescador hoje tá com duzentos conto no bolso, vai ali na frente, quando volta os cara é cheio de cachaça, o dinheirinho que levou gastou todo. Eu que me importo, eu vou lá, eu arrumando meu escritório, o escritório que a gente fala é o mar, eu amo meu escritório eu ganho mais dez, vinte ou trinta conto, dá pra eu ir levando a vida e continuo isso que a vida é boa (5).

Ao perguntar ao seu Arlindo quanto às mudanças que foram acontecendo no litoral ele nos diz:

É, a senhora sabe, é de onde vem, porém, cada qual com mais do que o outro, né. Cada qual que tinha sua casinha foram vendendo, os caras foram comprando e foram construindo, mas e assim tá hoje, esse vai e vem que pessoas não manda mais no que é deles e pronto. Eu mesmo, meu pai morreu, não deixou nada, porque também nada encontrou (5).

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida a autora em 14 de maio de 2013. A partir daqui, o Sr. Arlindo será referenciado com o numero 5.

Sobre essas moradias temporárias Dona Severina já havia comentado que de fato eles durante muito tempo não tinham casa, Seu Arlindo quando ia pescar junto com os outros pescadores construíam cabanas na beira-do-mar com folha de coqueiro, a polícia derrubava e todos os dias eles refaziam. Enquanto isso, ela junto com os filhos, tomava conta de casas de veraneio no período do inverno e no verão quando os patrões chegavam ia à procura de um abrigo na casa de algum amigo:

Todo ano era isso, eu saía até ele (Sr. Augustinho Almeida) voltar, pra eu ir para lá. Desde o meu primeiro filho, tomei conta da casa até eles morrer, depois que eu tive filho, aí vinha pra outra casa, vinha para outra, vinha pra outra, até [...] aí chegou o fim da minha história, aí vim pro meu ranchinho, aí chegou ao fim (4).

Mesmo diante das dificuldades seu Arlindo relembra com alegria dos tempos de festas na praia, onde ricos e pobres em nome da alegria acabavam se misturando, ultrapassando as barreiras que muitas vezes o cotidiano da cidade nos impõe:

Na praia tinha dois pavilhões, tinha o pavilhão do pobre e tinha o do rico, a gente chegava em tempo de festa, tinha a festa do pobre e a festa do rico, mas a gente saía, num se incomodava. Brincava tudo misturado, vai e vem, e tudo terminava bem (5).

“Chegou o fim da minha história [...]” é o que afirma Dona Severina ao relatar que conseguiu sua casa própria após anos de trabalho em que buscava abrigo nas casas de parentes e amigos. Essa frase por si só é tão significativa, que qualquer explicação por mais completa que pareça, provavelmente não chegará a sua profunda dimensão. A história dela é construída em busca de um significado, nesse caso, uma casa para morar, isso é tão forte para Dona Severina que quando ela passa a ter uma habitação própria, sem paredes inicialmente: “sem parede, sem nada, era só um quartinho [...]” as histórias que a entristeceram no passado parecem amenizadas quando afirma: “[...] assim eu vivi a minha vida e hoje tenho meu localzinho pra morar [...]” (4).

Seu Arlindo também demonstra o quanto é importante ter um local para morar ao afirmar “[...] se pudesse ter uma casinha era rei”. Em “História e historiografia das cidades, um percurso”, Maria Stella Brescianni nos mostra que o problema de moradia é algo antigo por isso “o sonho da casa própria” torna-se “condição para ascender à cidadania plena numa sociedade de proprietários” (BRESCIANNI, In FREITAS, 2010, p. 249).

Essa análise mesmo fazendo referência à realidade de São Paulo, nos ajuda a compreender esse sentimento tão forte não só para Dona Severina, mas também presente na fala de Seu Arlindo, que demonstra as significâncias e os significados do “ter onde morar”.

Os tempos foram passando, Dona Severina conseguiu sua casa tão desejada, ou como ela mesma fala com carinho, “meu ranchinho”, “meu cantinho”. A partir desses termos podemos extrair algo que caracteriza a vida não só dessa senhora, mas de muitas mulheres desse contexto. O fato é que, muito antes de ganharem forças os movimentos feministas, as mulheres pobres desde cedo já trabalhavam fora de casa e muitas vezes eram responsáveis pelo sustento do lar, como é o caso da nossa depoente:

Aí depois de três filho, que eu digo: meu Jesus! Que me deram esta casa, este cantinho aqui pra eu fazer, essa casinha, aí eu fiz, aí disse meu Deus! [...] passava muita fome, fome e doença, [...] Aí então eu disse: Meu Deus, tem misericórdia de mim! Aí eu fui [...] aqui na Paraíba todo mundo me conhece, eu lavava pra coronel [...]. Então comecei a construir com lavagem de roupa [...] eu tinha vinte lavagens de roupa, um mundo. Cada uma casa eu lavava deixava engomada, na outra [...] nos seis dias da semana [...] Assim eu vivi a minha vida e hoje tenho o meu localzinho pra morar. Aí depois ele [...] Ele coitado na luta [...] pescaria (4).

Devido às condições econômicas precárias nas famílias pobres, era comum as mulheres trabalharem para colaborar no orçamento doméstico e por vezes eram responsáveis pelo suprimento de todas as necessidades do lar. Sobre isso, Cláudia Fonseca em “Ser mulher, mãe e pobre”, nos diz que:

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. [...]: as mulheres trabalhavam principalmente em ‘serviços domésticos’, mas a sua atuação era também importante nas ‘artes e ofícios’ (FONSECA, In: DEL PRIORE, 1997, p. 517).

Cynthia Andersen Sarti (2003), também fala desse papel desempenhado pela mulher pobre, considerando que o papel masculino de provedor não configura, de fato, um problema para a mulher, acostumada a trabalhar, principalmente quando tem precisão. Esse lugar ocupado pelas mulheres populares nesse contexto é justificado pelo fato da família dos

populares não possuem uma estrutura semelhante do modelo da família moderna. Tendo em vista essa dinâmica peculiar da família dos grupos populares, Cláudia Fonseca nos afirma:

“*A História social da criança e da família*”, publicada em 1964 por Philippe Ariés, é uma obra fundamental para a contextualização da *família moderna*. Tratando principalmente da França, da época medieval até o início do século XIX, esse autor tem como hipótese central a transformação da sociedade tradicional pela gradativa polarização da vida social em torno da família nuclear. Em um processo de enclausuramento progressivo, as pessoas se retiraram da rede extensa de parentela para investirem no espaço do ‘lar doce lar’ [...]. A organização familiar dos grupos populares seguiu uma linha de evolução diferente. A enorme variedade de costumes que caracterizava a Europa pré-moderna diminui a partir da Revolução Industrial. Em torno dessa época, é possível identificar certas tendências em todo o subcontinente de casamentos precoces, um aumento da proporção de uniões consensuais, freqüentemente instáveis, e taxa alta de bastardia e crianças *em circulação* (FONSECA, In: DEL PRIORE, 1997, p. 520-521).

Essa análise muito se aproxima da história de vida de D. Severina, que lavava e engomava roupa pra fora e assim tirava o sustento de sua família, e porque não dizer que ela supria todas as necessidades do seu lar, pois conforme ela mesma afirmou, com esse ofício foi possível iniciar a construção da sua casa: “Então comecei a construir com lavagem de roupa”.

Ao lembrar do tempo que ainda não tinha sua casa, no decorrer da nossa conversa, recorda que alguns de seus conhecidos falavam pra ela comprar uma casa:

[...] um terreno aí no Manaíra, era cinco cruzeiro e eu num tinha nem [...] Aí chegava meus vizinho, me chamava de Bibi:  
 - Bibi vai comprar um terreno  
 - Meu filho aonde? Com quem eu posso comprar? Que eu alimento meus filhos de tudo sou eu (4).

Mais uma passagem que fundamenta a análise das citações bibliográficas acima, nos fazendo refletir e compreender que existe uma estrutura, ou melhor, dizendo, estruturas distintas no seio das famílias pobres, em relação às de classe média, mostrando certa autonomia dessa estrutura familiar. Percebemos, portanto, mesmo diante de um limite material uma tamanha riqueza simbólica, fazendo com que estes sujeitos, muitas vezes marginalizados, protagonizem as cenas de sua vida e trazendo contribuições relevantes na história, sobretudo na história cultural, passando a serem denominados sujeitos ordinários. Como afirma Certeau: “O enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna o

narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de seu desenvolvimento” (CERTEAU, 1999, p. 63).

No decorrer da nossa conversa ela continua:

Eu sei que o tempo, passou, passou, passou, sufri, sufri, sufri. Aí eu fui [...] Pronto, aí me deram esse cantinho, fui me organizando, me organizando. Hoje em dia sou uma mulher tão feliz, com meu cantinho pra morar. Com meus filho, num trabalho muito, muito, graças a Deus (4).

Após exclamar que sofreu muito, existem algumas pausas que são traduzidas em vírgulas e pontos na nossa transcrição, e prossegue dizendo que apesar de tudo isso se considera uma pessoa feliz. Dessa passagem gostaria de enfatizar algo que se torna relevante em sua fala, que é o fato da descrição do problema não ser um fim, não resultar em uma estagnação, pelo contrário parece mais uma ponte para o “hoje em dia sou uma mulher tão feliz...” Acreditamos que esse ponto é algo importante a se destacar posto que existe uma tendência a vitimização e desvalorização dos populares de forma geral, quando é necessário compreender que:

Pobres e pobreza constituem-se sujeitos e processos a serem interrogados, numa direção contrária às investigações cuja regra geral é descrever, informar ou denunciar as faces do seu infortúnio. Importa aqui abordar a potência dos pobres, sua capacidade de produzir vida na própria vida (CERQUEIRA, 2010, p. 20).

Mas não é dessa forma que na maioria das vezes esse grupo é analisado pois:

A desvalorização das forças da vida inventa o pobre- o mal provido, pouco fértil, pouco produtivo, de pouco valor, mal dotado, desfavorecido, desprotegido, digno de compaixão, infeliz. A moral cria códigos de conduta e regras na direção de um campo impositivo, utilitário e finalista, configurando relações de dominação expressas em sentenças inabaláveis que modelam o que se deve pensar, como agir, em que acreditar. Num sentido oposto aos domínios da ética, a moralidade reforça a impotência, regula visibilidades e invisibilidades daquele que estão em toda parte: os pobres (CERQUEIRA, 2010, p. 22).

Ao analisarmos as experiências de vida relatadas nos deu a oportunidade de compreender que:

O Campo da memória se construiria, dessa maneira, a partir dos acontecimentos e dos fatos que também se transformaram em elementos fundantes da história [...] O material produzido por essas diversas instâncias é que se constituirá em uma das fontes predominantes do historiador. [...] A memória coletiva ou individual, ao reelaborar o real, adquire uma dimensão centrada em uma construção imaginária e nos efeitos que essa representação provoca social e individualmente. Nesse sentido, o tempo da memória se distingue da temporalidade histórica, haja visto que sua construção está associada ao vivido, como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva e individual, associada a toda uma dimensão do inconsciente (MONTENEGRO, 1992, p. 20).

Sendo assim, podemos aprender a partir desses registros, outras formas de viver na cidade, que muitas vezes não estão de acordo com o que ficou instituído seja pelos livros e/ou jornais, fazendo com que enxerguemos outra realidade, várias possibilidades e caminhos. Demonstrando dessa forma, a riqueza do saber histórico.

## **2.2 Tambaú do sossego: Os veranistas dos tempos dos coqueirais**

Nos registros escritos<sup>14</sup>, os relatos descrevem o espaço litorâneo, enfatizando bem mais o seu lado ligado à natureza, calmo, pacato e sereno, sem que se descrevesse muito conhecimento de atividades sociais:

Velha praia de Tambaú... Em 1907 havia um trem, que ia da Cruz do Peixe à orla marítima. E no início da segunda metade do século anterior já se registrava a presença de um cemitério, ‘em redor da capela do Coração de Jesus, completamente aberto’, conforme assinalou o presidente Beaurepaire Rohan em seu esclarecedor relatório de 1858. Essa tosca necrópole servia de última morada dos pescadores, pois somente eles é que viviam na luxuriante praia, onde havia muito coco, caju, guajiru e malária (AGUIAR, 2002, p. 289).

---

<sup>14</sup> Mais uma vez fazemos referência, aos registros que temos da historiografia tradicional, com obras de Wellington Aguiar e José Otávio, já citadas.



**Imagem 14: Praia de Tambaú 1940.** Disponível em:  
[http://hugocaldas.blogspot.com.br/2011\\_03\\_06\\_archive.html#id=navbar-iframe&parent=http%3A%2F%2Fhugocaldas.blogspot.com.br&pfname=&rpctoken=54797841](http://hugocaldas.blogspot.com.br/2011_03_06_archive.html#id=navbar-iframe&parent=http%3A%2F%2Fhugocaldas.blogspot.com.br&pfname=&rpctoken=54797841) . Acesso em:  
20/07/2014.

Em busca dessa tranquilidade, muitos moradores do centro da cidade, se mudavam no período do veraneio, para passar esse período em suas casas da Orla marítima, principalmente Manaíra e Tambaú. Mário<sup>15</sup> relembra dessa época e afirma: “Tambaú era um balneário, a gente morava no Centro, ali no Ponto Cem Réis, por ali, e no fim do ano, pegava o caminhão

---

<sup>15</sup> Este depoente já foi citado no capítulo 1, mas percebemos que seria pertinente trazê-lo mais uma vez a este capítulo, tendo em vista sua contribuição com a temática abordada no momento.

entupia de guarda-roupa, cama, fogão, e vinha passar dois, três meses na praia de Tambaú” (2).

Além dos moradores de João Pessoa, muitos se deslocavam de Campina Grande, para desfrutar dessa estação do ano, nesse cenário paradisíaco. Era o caso de Alice, atualmente moradora de Manaíra, há 30 anos, iniciou sua estadia pela região como veranista nos anos 1960 e relembra: “Faz 30 anos. Eu vim morar aqui, assim, foi num acaso. A gente foi veranejar e com tempo foi ficando” [...] “Aqui quando a gente atravessava pra ir lá pra frente, a gente atravessava isso aqui... Era uma areia só, não tinha uma casa, não tinha nenhuma casa” (6)<sup>16</sup>.

Nos deparamos com uma realidade diferente da que compartilhamos no primeiro capítulo. Estávamos no entorno do Rio Sanhauá, os moradores da Rua Direita, desfilavam e desfrutavam de todos os requintes da modernidade. Porém do lado de cá, no mar, a realidade era bem diferente, encontramos com uma Manaíra sem equipamentos urbanos, sem calçamento, “era uma areia só” (6) como afirma nossa depoente. Outras práticas e praticantes se instauravam em uma realidade que ia na contra mão do progresso e da modernidade, pois tínhamos um espaço pouco urbanizado.

Os pescadores praticavam esse espaço com maior frequência, porém os veranistas vivenciavam essa realidade apenas em período do ano. Mesmo diante, das particularidades existentes em cada grupo, podemos afirmar que eles possuíam algo em comum, por praticarem esse espaço pouco ou nada urbanizado. Porém, assim como nos afirma Certeau o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada, por conta disso, deve ser compreendido de forma plural (CERTEAU, 2014).

Os pescadores e os veranistas são “os outros” praticantes do espaço, os sujeitos ordinários, que praticam esse espaço no seu cotidiano, fugindo, rompendo ou transgredindo as normas estabelecidas pelo paradigma citadino.

De outro lado, e sobretudo, a questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação [...] Ela visa uma lógica operatória cujos modelos remontam talvez as astúcias multimilenares dos peixes disfarçados ou insetos camuflados, e que, em todo o caso, é ocultada por uma racionalidade hoje dominante no Ocidente [...] as combinatórias de operações que compõem também ( sem ser exclusivamente) uma “cultura” e exumar modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde sob o pudico nome de consumidores, o estatuto de dominados ( o que não quer dizer passivos ou dóceis). O cotidiano se inventa com mil

<sup>16</sup> Nome fictício. Entrevista concedida a autora em 10 de junho de 2013. A partir daqui, Alice será referenciado com o numero 6.

maneiras de caça não autorizada [...] Esta paisagem, vista do alto, oferece apenas a miniatura de um quebra-cabeça onde ainda faltam muitas peças (CERTEAU, p.37 e 38, 2014).

As experiências dos pescadores nos ajudaram a encontrar algumas peças, muitas vezes não perceptíveis na paisagem de uma praia de veraneio. Sendo assim, podemos perceber, que de acordo com a prática do vivido pelos veranistas, também se descortinam novas práticas, estabelecidas por esses moradores temporários.

Alice, atualmente moradora de Manaíra, se estabeleceu na região inicialmente como veranista, quando seu pai, comprou a casa na década de 1960. Ela descreve a realidade daquela época, a qual era escassa de diversos equipamentos modernos. Ao recordar daqueles tempos, a nossa depoente explicou que chegavam no mês de janeiro em João Pessoa, para desfrutar a estação do verão, e apenas em março voltavam para Campina Grande. Até que chegassem as férias do ano seguinte, a casa ficava fechada, e destaca que ninguém ficava tomando conta, devido à segurança do local.

A narrativa da nossa entrevistada prossegue, e ela nos descreve os estabelecimentos que se tinha acesso na época, como o Bar Elite, a padaria que era um pouco distante e uma bodega para comprar alguns suprimentos que por acaso faltasse, onde atualmente se localiza o Supermercado Manaíra. Porém, os itens de supermercado eram comprados no Mercado Central, pois não era possível encontrar na região tudo que se necessitava, portanto era comum recorrer à vitrine do moderno. Ao relembrar do passado, ela confessa que muitas vezes não acredita em todas essas mudanças que aconteceram. Vejamos:

Às vezes eu fico sentada aqui olhando... Quando é de noite, começa a acender as luzes, esses edifícios, parece uma mentira... Essa casa aqui e essa casa de Seu Nonato, mas só a casa, aí vizinho era terreno, esse edifício era terreno, só ia até a casa da esquina, que era de uma família também dos Franca (6).

Ao constatar a paisagem urbana e ao mesmo tempo relembrar a realidade que vivia junto aos seus familiares na época de veraneio, Alice parece não acreditar nessa reconfiguração do espaço urbano, pois o que em outros tempos eram só terrenos, hoje corresponde a prédios daquela região.

A narradora afirma que, além do banho de mar de manhã, um outro entretenimento da época era o jogo de buraco à noite, uma atividade que envolvia familiares e amigos. As

atividades de lazer, em sua maioria, estavam concentradas no Centro, como por exemplo cinemas, clubes, mesmo assim as pessoas que estavam curtindo o verão, passavam a maior parte do tempo lá, se deslocando apenas quando necessitavam de algo.

Durante esse período do ano, não só os campinenses, mas também os próprios moradores no centro da cidade ocupavam esse espaço em busca de sossego, tranquilidade, fugindo um pouco do viver moderno. Assim podemos perceber que nesse outro espaço, a partir de outros códigos, e sem seguir uma rotina cidadina, havia uma convivência diferente, uma outra forma de viver na cidade. Uma paisagem de cidade sem prédios, sem vitrines, sem regras de sociabilidades rígidas, ao avesso do moderno. De fato, percebemos que “as cidades não existem só como ocupação de território”, mas “pelas cartografias mentais e emocionais que variam segundo os modos pessoais de experimentar as interações sociais” (CANCLINI in COELHO, 2008, p. 15).

### **2.3 A tessitura de uma nova cidade: Construções discursivas representativas da mudança paisagística do urbano pessoense**

De acordo com a historiografia paraibana oficial<sup>17</sup>, foi a partir da abertura (1920)<sup>18</sup> e posterior pavimentação (1950) da Avenida Eptácio Pessoa, que de fato pode-se ter uma estreita ligação entre o Centro da cidade e a Orla Marítima de João Pessoa. A partir da superação do limite da Lagoa, as novas Avenidas produzidas apresentaram nova dimensão, com largura bem superior às das antigas ruas existentes à oeste da Lagoa.

---

<sup>17</sup> Nos referimos as obras, “Uma Cidade de quatro séculos” e “Cidade de João Pessoa” – A memória do tempo. dos autores Wellington Aguiar e José Octávio. Já citadas no capítulo 1.

<sup>18</sup> Nesse período foram colocados trilhos para os bondes em um trecho da Avenida Eptácio Pessoa, porém esta ainda não encontrava-se aberta por completo.



1920 - Trecho da Av. Epitácio Pessoa, quando se colocavam os trilhos para os antigos bondes que iam para Tambaú. Obra de Camilo de Holanda.

**Imagem 15: Trecho da Avenida Epitácio Pessoa quando se colocavam os trilhos para os antigos bondes. Obra de Camilo de Holanda, 1920. Fonte: Acervo Walfredo Rodriguez.**

Assim sendo, este logradouro passou a ser considerado o eixo de ligação entre o centro e a orla, dado este que já se tornou cristalizado, dessa feita é comum encontrarmos registros que enfatizam as novas práticas citadinas da vitrine do moderno, outrora concentrada no centro e agora partindo para a orla.

Nicolau Sevcenko em “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do rio” reflete sobre as mudanças ocorridas no Rio de Janeiro devido as implementações da modernidade e dentre várias experiências ele relata sobre a construção da Avenida Central, a qual introduz na capital brasileira da época uma atmosfera cosmopolita:

O símbolo máximo da Regeneração, porém, fixou sendo o eixo fundamental do projeto de reurbanização, a avenida Central. Inspirada no planejamento dos bulevares parisienses, conforme o projeto dos amplos corredores comerciais do barão de Haussmann, prefeito plenipotenciário de Paris sob o império de Napoleão III, a Avenida introduzira na capital a atmosfera cosmopolita ansiada pela nova sociedade republicana (SEVCENKO, 1998, p. 545).

Acreditamos que essa passagem nos ajuda a compreender o sentimento instaurado na época do estabelecimento da Avenida Eptácio Pessoa, na capital paraibana, sem nos esquecermos, claro, das particularidades locais, sobretudo observando a pavimentação das avenidas como um equipamento moderno, bem como sua influência simbólica na vida da cidade, de forma tão emblemática nos livros da história de João Pessoa produzidos pela historiografia tradicional<sup>19</sup>. Essa passagem complementa o nosso entendimento:

A Avenida como se vê, operava como o principal índice simbólico da cidade, irradiando com suas fachadas de cristal e mármore, suas vitrines cintilantes, os modernos globos elétricos da iluminação pública, os faróis dos carros e o vestuário suntuoso dos transeuntes, mudanças profundas da estrutura da sociedade e cultura (SEVCENKO, 1998, p. 545).

O fato da pavimentação da Avenida Presidente Eptácio Pessoa ter facilitado a ligação entre o Centro e a Orla marítima da capital paraibana, já se tornou cristalizado. Porém, é possível constatar, que esse, como tantos outros eventos que marcaram o processo histórico, não ocorreram de forma rápida. Percebemos na década de 1950, uma maciça presença popular na área central da cidade durante o seu aniversário e ainda no mesmo ano em 1954, registra-se através de uma fonte jornalística a realização em janeiro de uma festa em Tambaú. Assim, podemos perceber a coexistência de experiências de lazer entre o centro e o litoral. Conforme nos indicam as notícias da época, que se seguem:



Festa das Neves. Fonte: A União, 5 de Agosto, 1954.

<sup>19</sup> Op. Cit. 17.



**Festa das Neves. Fonte: A União, 5 de Agosto, 1954.**

Na legenda da imagem acima lê-se: “Esta foto, tomada do alto da Igreja de Nossa Senhora das Neves, mostra a afluência do povo aos festejos profanos”. Esse espaço atualmente passa a ter o incentivo da prefeitura nas festividades municipais, para se ter a participação popular de tempos passados. Porém, aos poucos, a elite foi investindo em outros espaços de lazer mais próximos da praia, pelo fato de passarem o veraneio em suas casas para temporada. É o que nos informa a notícia abaixo:

# **A Festa da Saudade, em Tambaú**

**Reina Grande Interesse em Torno da Iniciativa — Elegante Reunião Social — Outras Notas**

**P**PROMETE revestir-se de grande animação a Festa da Saudade, que um grupo de senhoras veranistas em Tambaú e pertencentes à nossa melhor sociedade promoverá, no próximo sábado, naquela aprazível praia.

Reina grande interesse em torno da iniciativa, que decerto atrairá grande número de pessoas desta cidade, pois a elegante reunião social constará de danças e vários atrativos, já se fazendo notar intensa procura de mesas, que são

vendidas ao preço de Cr\$ 20,00 e o ingresso individual a Cr\$ 20,00.

A comissão promotora da festa em aprêço está envidando todos os esforços a fim de imprimir-lhe o maior brilhantismo, cumprindo destacar que as rendas serão revertidas em benefício das obras da nova Capela de Santo Antonio, daquela praia.

Encontram-se à frente dessa iniciativa as sras. Raul Massa, Pericles Gouveia, Frutuoso Dantas, Barreto Sobrinho Delmiro Maia.

Festa da Saudade em Tambaú. Fonte: Jornal União, 17 de janeiro, 1954

A notícia divulga uma festa que iria ocorrer no final de semana, na cidade de João Pessoa, em Tambaú. Estava sendo organizada pelas esposas de senhores pertencentes à elite paraibana. O ano em que ocorre esse evento é o mesmo da conclusão de uma das etapas da pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa.

Antes do estabelecimento desta Avenida, os espaços nos quais caminhavam os habitantes da cidade se concentravam no centro, de acordo com as fontes bibliográficas que descrevem a história local. Em se tratando de locais de moradia, bem como de espaços de lazer frequentados por grupos sociais de prestígio na sociedade, a Rua Duque de Caxias era mais frequentada até a primeira metade do século XX, conforme descrevemos no capítulo anterior.

Portanto, essa fonte nos aponta para um deslocamento do centro para a orla no que diz respeito aos locais privilegiados pela sociedade e conseqüentemente frequentados. Podendo esta Avenida ter contribuído para modificações de espaços na sociedade. O destaque dado a uma festa da elite paraibana, pode ser justificado por se tratar de um jornal estatal, por isso, ao mesmo tempo que identificamos os espaços eleitos pela classe dominante, também percebe-se uma lacuna em relação aos festejos dos populares nesta mesma localidade, nos apontando para a importância de outros registros de memória.

Sendo assim, a partir das informações acima, percebemos que o processo de urbanização da cidade de João Pessoa é compreendido de uma forma que podemos dizer linear, ou seja, à medida que a Avenida se desenvolvia, toda a cidade caminhava em direção à orla marítima. Um processo seguro, sem rupturas, que contribuiu para que se cristalizasse no imaginário cidadão local a seguinte máxima “A Avenida Eptácio Pessoa é responsável pela ligação entre o Centro e a Orla marítima”. Mas nós enquanto historiadores não podemos nos conformar com um discurso tão organizado e tranquilo, pois como nos lembra Del Priore:

[...] a disciplina chamada História, não é uma essência etérea, uma ideia platônica. É uma realidade histórica situada no tempo e no espaço, feita por homens que se dizem historiadores e reconhecidos como tais, recebida e apropriada como história por um público privado. [...] que antes de ser e até certo ponto é, a História é uma prática social (PRIORE, In: APOLINÁRIO, 2011, p. 17-18).

De acordo com Sevcenko:

De fato, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo tão dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos (SEVCENKO, In: NOVAIS, 1998, p. 7-8).

Sevcenko complementa que:

E não era só uma questão da variedade de novos equipamentos, produtos e processos que entravam para o cotidiano, mais o mais perturbador era o ritmo com que essas inovações invadiam o dia-a-dia das pessoas. [...]

Embora estejamos convivendo hoje com um moderno ainda mais intensamente marcado pela saturação tecnológica, podemos perceber que é dentro dessa configuração histórica “moderna”, definida a partir da nossa passagem do século que encontramos nossa identidade (SEVCENKO, In: NOVAIS, 1998, p. 10-11).

Seriam essas justificativas suficientes para sustentar essa transição do urbano do centro para o litoral na cidade de João Pessoa? O que fabricou esse novo imaginário urbano? A elite pessoense foi seduzida por que e por quem, para deixar de morar no Centro e se deslocar para o litoral?

Os artistas cotidianos das maneiras de falar, de vestir e de morar são fantasmas na arte contemporânea patenteada. Estaria mais do que na hora de um urbanismo ainda à busca de uma estética lhes reconhecesse o mesmo valor. A cidade já é sua permanente e móvel exposição: mil modos de vestir-se, de circular, de decorar, de imaginar traçam as invenções nascidas de memórias ignoradas. Fascinante teatro, que se compõe dos gestos sem número que utilizam o léxico dos produtos de consumo para dar linguagem a passados estranhos e fragmentários. “Idiolectes” gestuais, as práticas dos habitantes criam, no próprio espaço urbano, uma multitude de combinações possíveis entre lugares antigos (segredos de que infâncias ou de que mortes?) e situações novas. Elas fazem da cidade uma imensa memória em que prolifera a poética (CERTÉAU, 1996, p. 199).

Essas outras histórias nos fizeram conhecer outras sensibilidades cidadinas que muitas vezes não estão registradas com tanta “pompa” nas narrativas escritas, são as muitas “Severinas” e “Arlindos” que buscavam um local para morar. Mas havia aqueles que já tinham sua casa, mas buscavam o sossego que não havia na cidade. Essas histórias apesar de diferentes, se cruzam e se complementam e nos auxiliam a compreender a complexidade do viver na cidade.

O barqueiro informa que é hora de partir, alguns permanecem ancorados e avisam que não irão retornar, as razões são muitas... Vem chegando uma avenida? As ruas estão sendo calçadas? Existe um hotel em construção? Será que foi isso? O que mais terá seduzido a

algumas pessoas a permanecerem junto ao mar? Outros narradores apresentarão algumas respostas... Pelo visto o Rio ficou pra trás...

### **3 MEMÓRIAS LITORÂNEAS DO IMAGINÁRIO URBANO PESSOENSE: A PRAIA DE TAMBAÚ E SEU ENTORNO COMO CONSTRUTORA DE NOVAS IDENTIDADES URBANAS**

*Uma cidade é formada de espaços que, dotados de significado, fazem, de cada cidade, um território urbano qualificado, a integrar esta comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário.*  
Sandra Pesavento

Os narradores dos capítulos anteriores, chegaram até nós das mais diversas formas, por uma indicação de alguém, por um instinto de pesquisa, assim chegamos em lugares desconhecidos, procuramos por rostos que nem sabíamos o formato que tinha. E a cada momento que nós os conhecíamos, também íamos reconhecendo-nos enquanto pesquisadora.

Através deles caminhamos horas a fio na Rua Duque de Caxias entre as décadas de 1930 e 1940, sem nem ao menos sairmos do lugar, também pudemos compreender a força de uma mulher, de uma mãe que muitas vezes não dormia para puder alimentar seus filhos, tendo o ferro e a roupa como seus amigos inseparáveis. Foram encontros maravilhosos, que nos proporcionaram tanto um crescimento pessoal, quanto na área da pesquisa.

No terceiro capítulo aconteceu algo diferente dos anteriores, pois as pessoas que se comprometeram em relatar as suas experiências enquanto moradores de Tambaú e Manaíra fazem parte do nosso convívio, nós já sabíamos onde estavam e quem eram, porém essa experiência nos proporcionou conhecê-los de uma forma diferente, que os anos de convívio não nos trouxeram essa troca tão rica para o conhecimento do ser humano, da cidade e suas relações.

Além de revisitarmos alguns depoentes dos capítulos anteriores, também contaremos com os relatos de alguns antigos moradores de Manaíra e Tambaú. A escolha por esses dois bairros, se deu pelo fato de que, antes dessa separação, tínhamos na época de sua criação o Jardim Manaíra, um conjunto habitacional situado em Tambaú, por isso consideramos que os narradores desse espaço também nos trarão contribuições consideráveis sobre a época que aquela área estava sendo ocupada por residências fixas e não mais temporárias como na época de veraneio. Segue a planta do Jardim Manaíra, aprovada em dez de setembro de mil novecentos e cinquenta e cinco:



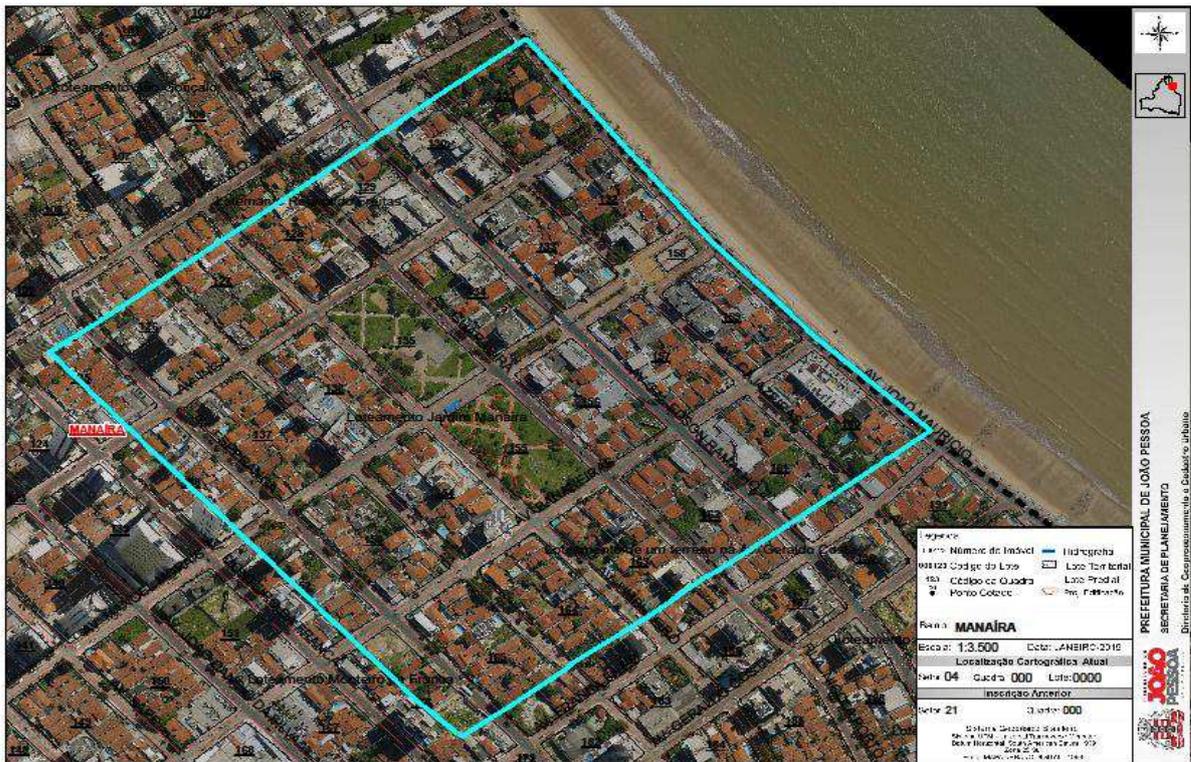


Imagem 17: Bairro de Manaira; Janeiro/2015. Localização Cartográfica atual; Prefeitura Municipal de João Pessoa; Secretaria de Planejamento; Diretoria de Geoprocessamento e Centro Urbano.

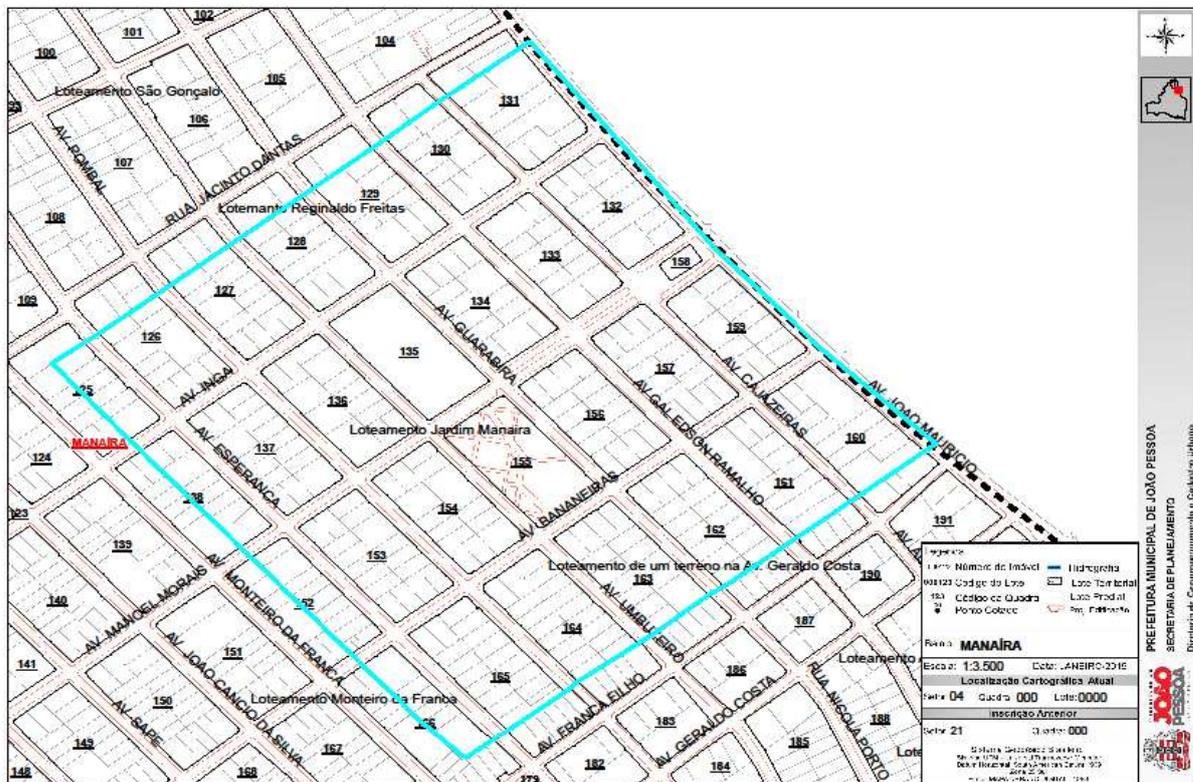


Imagem 18: Bairro de Manaira; Janeiro/2015. Localização Cartográfica atual; Prefeitura Municipal de João Pessoa; Secretaria de Planejamento; Diretoria de Geoprocessamento e Centro Urbano.

A demarcação oficial da separação desses bairros pode ser encontrada na Lei de Bairros de 1998, conforme vemos a seguir:

PROJETO DE LEI: IMPLANTAÇÃO DOS BAIRROS DE JOÃO PESSOA			
CIDADE: João Pessoa		MUNICÍPIO: João Pessoa	
UF: Paraíba			
BAIRRO: TAMBAU			
ANEXO: 01			
BREVE HISTÓRICO			
BAIRROS LÍMITROFES:			
NORTE: MANAÍRA			
SUL: RIO CABO BRANCO			
LESTE: O ATL.			
OESTE: ALTIPLANO CABO BRANCO/MIRAMAR			
MEMORIAL DESCRITIVO			ANEXO: 02
DENOMINAÇÃO DO BAIRRO: CABO BRANCO			
INÍCIO	DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO	TERMINO	OBSERVAÇÕES
JUNÇÃO DA AV. RUY CARNEIRO	OCEANO ATLÂNTICO, AV. PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, RIO JAGUARIBE.	AV. RUY CARNEIRO	

**Imagem 19: Bairro de Tambaú. Lei n. 1574 de 04 de Setembro de 1998. Autor : Vereador Luciano Cartaxo Pires de Sa. Edição feita pela autora.**

<b>PROJETO DE LEI:</b>		<b>CRIAÇÃO DE BAIRROS</b>	
<b>CIDADE:</b> João Pessoa	<b>MUNICÍPIO:</b> João Pessoa	<b>UF:</b> Paraíba	
<b>BAIRRO:</b> Manaira		<b>ANEXO:</b> 01	
<b>BREVE HISTÓRICO</b>			
<b>BAIRROS LÍMITROFES</b>			
NORTE: JARDIM OCEANIA / AERoclUBE			
SUL: TAMBAÚ			
LESTE: OCEANO ATLÂNTICO			
OESTE: RIO JAGUARIBE / SÃO JOSÉ / CABEDELO			
<b>MEMORIAL DESCRITIVO</b>			<b>ANEXO: 02</b>
<b>DENOMINAÇÃO DO BAIRRO:</b>			
<b>INÍCIO</b>	<b>DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO</b>	<b>TÉRMINO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
JUNÇÃO AVENIDA GOVERNADOR FLAVIO RIBEIRO COUTINHO,	OCEANO ATLÂNTICO, AVENIDA SENADOR RUY CARNEIRO, RIO JAGUARIBE,	AVENIDA GOV. FLAVIO RIBEIRO COUTINHO.	

**Imagem 20: Bairro de Manaira. Lei n. 1574 de 04 de Setembro de 1998. Autor : Vereador Luciano Cartaxo Pires de Sa. Edição feita pela autora.**

A sequência das imagens acima demonstra as mudanças que foram acontecendo ao longo do tempo nesse cenário. Percebemos uma relação entre a mutação cartográfica dos bairros e a mutação da vitrine do moderno na capital pessoense, as quais farão surgir novas sensibilidades urbanas, novos códigos de civilidade trazendo novas paisagens e novas cartografias cidadinas.

Chico Buarque de Holanda em sua canção “As vitrines” narra a experiência de um alguém que não consegue ter um relacionamento da maneira como ele queria com uma outra pessoa, devido ao fato da mesma se encontrar encantada com a cidade. O eu lírico se refere a uma pessoa que está muito satisfeita na cidade e com as vitrines que fazem parte dela, de forma que ela nem percebe o que está a sua volta, envolvida com todas as novidades que sempre estão a acontecer. Vejamos um trecho da música:

Eu te vejo sumir por aí  
 Te avisei que a cidade era um vão  
 [...]  
 Já te vejo brincando gostando de ser  
 Tua sombra a se multiplicar  
 Nos teus olhos também posso ver  
 As vitrines te vendo passar  
 (HOLLANDA, 1981).<sup>20</sup>

Assim também passavam os transeuntes da antiga Paraíba do Norte e atual João Pessoa. As ruas, os clubes e cinemas nos arredores do Rio Sanhauá, por entre a Rua Direita já não o encantavam mais. Eles vão deixando a vitrine do Centro e ao virar as costas para o Rio, de longe enxergam o mar. Seduzidos por aquela paisagem tranqüila observam e se achegam a uma nova vitrine e aos poucos a vitrine do moderno vai saindo do centro e chegando ao litoral. Tambaú outrora um espaço de veraneio, adquire o status de área nobre, se tornando um bairro residencial e conseqüentemente moradia de médicos, engenheiros, advogados, bancários e demais membros da elite local.

### 3.1 O novo imaginário urbano pessoense e seus moradores

No dia 15 de janeiro de 1975, o Sr. Amauri<sup>21</sup> chegou com sua mudança em Manaíra, a realidade se diferenciava da que conhecemos nos dias atuais, pois a área ainda não contava com a mínima estrutura de ações urbanísticas, porém este antigo morador junto com sua família se deslocou para a região litorânea, no intuito de constituir a partir de então, a organização do seu lar. Para termos uma ideia da realidade encontrada, vejamos:

Naquela época, Manaíra era como um sítio. Só existiam essas 100 casas. Tudo ali era plantio, era sítio, não tinha ônibus... Tinha nada não dentro do bairro Manaíra. Nós usávamos transporte pela praia, descíamos na praia e íamos a pé para a nossa casa. Dava uma distância de uns 500 metros pra chegar em casa (7)<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> HOLLANDA, Francisco Buarque. “As Vitrines”, Ariolla/ Phillips, 1981.

<sup>21</sup> O Sr. Amauri, é natural de Campina Grande e desde 1966 reside na capital paraibana. A mudança de cidade ocorreu, após receber uma proposta de emprego na sua área de ofício, a contabilidade. Veio inicialmente sozinho, depois se deslocou juntamente com a família.

<sup>22</sup> Entrevista concedida a autora em 22 de novembro de 2014. A partir daqui, o Sr. Amauri será referenciado com o numero 7.

Após realizar dezenove mudanças, morando de aluguel, foi em Manaíra que ele estabeleceu moradia até fevereiro de 2013, pouco tempo depois do falecimento de sua esposa:

[...] num dia de domingo, eu e minha esposa, nós fomos para o bairro de Manaíra, soubemos que lá tinha construções de 100 casas por uma empresa chamada Própria. Então, nós nos dirigimos pra lá e encontramos essas residências. E, dali, tivemos um contrato com a empresa e adquirimos a nossa casa. Então, fizemos a mudança pra lá no dia 15 de Janeiro de 1975, e ali permanecemos até o falecimento de Lêda. Ela faleceu em Setembro de 2012 e eu saí da casa em fevereiro de 2013. Ali foi onde nós fizemos a nossa vida conjugal. (7).

No decorrer da nossa conversa, eu questioneei ao depoente, o que o levou a se deslocar para aquele conjunto habitacional, recém inaugurado e sem infra-estrutura básica, o mesmo alegou que o desejo de ter uma casa própria foi uma das causas principais, devido a sua formação religiosa, no seu relato podemos perceber ele enfatizando o seu pedido a Deus para conseguir o seu tão almejado sonho,

O que me levou foi uma coisa interessante, eu e Lêda vínhamos sempre orando a Deus pedindo uma casa, pra gente adquirir uma casa. Quando nós fomos morar nas Trincheiras, eu fui na imobiliária e fiz um aluguel por um ano, só que o proprietário, quando veio pegar o aluguel da casa, disse que não alugava casa por um ano, só alugava por seis meses, então eu fui chamado na imobiliária, o rapaz veio falar pra mim: Meu amigo, alugar uma casa por seis meses, pra daqui a seis meses estar fazendo outra mudança? Aí eu aceitei. Então, nós começamos a orar e, no dia de domingo, nós fomos pra Manaíra conhecer esse conjunto que nos falaram. Então, chegando lá, encontrei pessoas que moravam em Campina Grande, amigos meus que estavam morando lá anteriormente, e eu me informei onde se entraria em contato para saber como adquirir a casa... No próprio conjunto... A pessoa que era responsável morava lá, então eu me dirigi. Por sorte nossa e orientação de Deus, nós fomos lá e, quando eu me deparei com a pessoa, era um amigo meu, muito amigo, de Campina Grande e nós tínhamos servido ao Exército juntos em 1958 (7).

Nessa época em que seu Amauri foi morar em Manaíra, esta localidade era um conjunto habitacional que fazia parte de Tambaú, como podemos perceber, de acordo com a sua descrição, a realidade era bastante precária, em termo de infra-estrutura. Porém, mesmo diante dessa realidade algo o motivou a se deslocar para aquela região, ainda pouco habitada, por moradores fixos, segundo o nosso entrevistado, Segundo ele, Deus o orientou em todo esse processo, mas cremos que também outros fatores o impulsionaram, para que a sua

decisão fosse tomada. Levando em consideração suas falas anteriores, a incerteza de ter onde morar e a falta de uma moradia própria, foram fatores também preponderantes, os quais fizeram com que seu Amauri, se deslocasse para região litorânea, juntamente com sua família.

Dessa forma, através dos depoimentos que se seguem, o balneário Tambaú, com suas casas de praia, foi se tornando paulatinamente um bairro residencial. Alguns cenários vão sendo montados, ao passo que histórias de vida dos moradores pessoenses vão sendo apresentadas, demonstrando uma mudança na representação espacial urbana.

Ao observarmos um bairro, vemos um espaço habitado por diversas pessoas, assim sendo, vários usuários convivem em um mesmo território urbano. Essa realidade possibilita-nos compreender um pouco melhor a vida cotidiana. Observe:

Diante do conjunto da cidade, atravancado por códigos que o usuário não domina mas que deve assimilar para poder viver aí, em face de uma configuração dos lugares impostos pelo urbanismo, diante dos desníveis sociais internos ao espaço urbano, o usuário sempre consegue criar para si algum lugar de aconchego, itinerários para o seu uso ou seu prazer, que são marcas que ele soube, por si mesmo, impor ao espaço urbano. O bairro é uma noção dinâmica que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação (CERTEAU, 1996, p.41-42).

Dessa forma, Tambaú foi inaugurando esses novos códigos, à medida que a realidade de veraneio vai dando lugar a moradia. Então aquele espaço, outrora ocupado por pescadores e por moradores temporários, como era o caso dos veranistas, vai sendo reorganizado, para dá espaço à configuração dos novos lugares impostos pelo urbanismo que se instaura.

Outro entrevistado para esse capítulo foi o Sr. Osmar de Lima Carneiro, natural de Brejo dos Santos no interior da Paraíba, chegou em João Pessoa ainda jovem com 18 anos, no ano de 1958. Estudava no Lyceu Paraibano e à noite trabalhava na construção civil como servente de pedreiro e morava na Rua Duque de Caxias, logo no início da nossa conversa ele enfatiza a tranquilidade do viver em João Pessoa nos anos 1950. Observe:

1958. Poucos automóveis, poucos sinais de trânsito... A gente sabia até os sinais de trânsito que tinha. Tinha um sinal de trânsito lá na Maciel Pinheiro, tinha um no Ponto dos cem réis, ali na Guedes Pereira, tinha um sinal na Praça XVIII e XVII, saindo para a Padre Meira e... Praticamente só. Era uma cidade pacata, poucos automóveis. Onde é o ponto dos cem réis tinha uma Praça muito bonita, chamada "Ponto chique" ou Praça Vidal de Negreiros.

Tinha dois pavilhões, um dos pavilhões era cheio de cadeiras de engraxate, vinte ou trinta cadeiras, e nos feriados, a noite, sábado, domingo, então o povo chique de João Pessoa ia todo para esse Pavilhão para engraxar o seu sapato. E do outro lado tinha um outro pavilhão, eram ovais esses pavilhões, tinha outro pavilhão com café pequeno e com lanchonete. Na Praça também tinha uma praça de automóvel, automóveis antigos. Essa Praça era muito importante. E parava no meio da Praça, no centro da Praça, o Bonde. O Bonde vinha de Cruz das Armas, passava no Ponto dos Cem Réis e saía para a Praia de Tambaú, parava mais ou menos onde hoje é o Mercado de Tambaú, o Mercado Público de Tambaú, ali era o ponto final do Bonde, que cruzava Tambauzinho, passava pela Torrelândia, vinha para o Centro da cidade e subia para Cruz das Armas (8)<sup>23</sup>.

A respeito dos divertimentos ele destaca:

O divertimento do povo de João Pessoa era visitar as vitrines da Duque de Caxias e no domingo à tardinha era um passeio tremendo. Inclusive, o povo passeava na Duque de Caxias e terminava na Praça João Pessoa que dominicalmente tinha retreta, Banda de Música da Polícia Militar tocando, Banda de Música da prefeitura e o povo ficava ali passeando na Praça João Pessoa... Era muito interessante, era muito bonito, era uma festa muito grande. Nove e meia da noite o povo se recolhia, pronto, a cidade voltava a ficar deserta. [...] E a Lagoa, à tarde, de sábado ou do domingo, a juventude ia passear, namorar, andar de mão dadas, casais de namorados, porque era tranquilo, bem arborizado e bem frequentado pelo povo. Ainda não tinha aquele movimento de transporte coletivo cercado a lagoa. A Lagoa era reservada somente para o passeio público, somente para a juventude, somente para o povo de João Pessoa. [...] Às vezes também ficar só na porta da minha pensão, na Duque de Caxias, para o ver o povo passeando e visitando aquelas vitrines já era um grande entretenimento para a minha realidade social e financeira da época (8).

O entrevistado nesse momento narra a sua experiência enquanto morador do centro da cidade, na época da sua juventude, e descreve uma das formas de divertimentos daquela época. Os exemplos citados são: a visita as vitrines da Duque de Caxias, com a presença de bandas musicais e o passeio na lagoa pelos jovens enamorados. É importante observar, de acordo com a sua descrição, que o povo citado, não se trata dos populares, o termo usado, refere-se a um grande número de pessoas que passeavam no centro da cidade “o povo passeava na Duque de Caxias e terminava na Praça João Pessoa [...]” (8), provavelmente membros da elite paraibana, podemos inferir isso, pois o depoente naquela ocasião era de origem humilde, e ele não participava daquele tipo de lazer, pois como ele mesmo afirma :

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida a autora em 10 de novembro de 2014. A partir daqui, o Sr. Osmar será referenciado com o numero 8.

“Às vezes também ficar só na porta da minha pensão, na Duque de Caxias, para o ver o povo passeando e visitando aquelas vitrines já era um grande entretenimento para a minha realidade social e financeira da época” (8).

O grande entretenimento para Osmar, era a observação daquele grande fluxo de pessoas, transitando pela Rua Duque de Caxias, no caso ele entrava como um testemunho, pois ele não pertencia aquela realidade da elite, porém fazia parte daquele contexto, ou seja, a sua memória individual está pautada na sua experiência do vivido, mesmo que seja observando. Vejamos a contribuição de Halbwachs a esse respeito:

Contudo se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que nesse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2006, p.69).

Sendo assim, o indivíduo tem as suas memórias individuais estruturadas de acordo com o pertencimento do mesmo com o lugar, por isso as memórias mesmo coletivas de um lugar se diferenciam também, pois uns se sentem pertencentes outros não. Observem:

Admitamos, contudo, que as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiram memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. [...] Por um lado, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal- as mesmas que lhe são comuns com outras só seriam vistas por ele apenas no aspecto que o interessa enquanto se distingue dos outros. Por outro lado, em certos momentos, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo (HALBWACHS: 2006, p.71).

No artigo “Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural” Regina Weber e Elenita Malta Pereira, complementam sobre a memória e os contextos sociais:

concebeu a idéia de que “o homem se caracteriza essencialmente por seu grau de integração no tecido das relações sociais”(ALEXANDRE, 2006, p. 23). Em *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, de 1925, Halbwachs reafirma essa idéia, aprofundando-a, ao mostrar que não é possível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças sem tomar como referência os contextos sociais que são a base para a construção da memória (DUVIGNAUD, 2006, p. 8 apud WEBER: 2010, p.105).

E ainda nos diz que:

Para ele, a memória sempre tinha um fundo social, coletivo. Ninguém poderia lembrar-se realmente de algo fora do âmbito da sociedade, pois a evocação de recordações é sempre feita recorrendo aos outros, seja a família, ou demais grupos (WEBER: 2010, p.106).

No campo da Geografia Humana também percebemos contribuições nessa área, no que diz respeito à existência de vários lugares, de acordo com os relacionamentos existentes entre os indivíduos. Assim sendo, em cada contexto, poderemos ter lugares múltiplos, dependendo das experiências de cada indivíduo. Segundo Ferreira:

O lugar torna-se realidade, portanto, a partir da nossa familiaridade com o espaço, não necessitando, entretanto, de ser definido através de uma imagem precisa, limitada. Lugar se distingue, deste modo, de espaço. Este "transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor" (TUAN, 1983:6) adquirindo definição e significado. [...] Como destaca Méo (1999), o conceito de mundo vivido exprime uma relação existencial, portanto subjetiva, que o indivíduo, ou o grupo social, estabelece com os lugares, refletindo seu pertencimento a um determinado grupo num determinado lugar. Para se conhecer o mundo vivido é necessário o conhecimento de seus atores, de suas práticas, representações e imaginário espacial (FERREIRA, 2000, p.67).

No que diz respeito à sua experiência citadina enquanto trabalhador, Osmar além de servente de pedreiro, desempenhou os seguintes ofícios: pedreiro, apontador e posteriormente passou a tomar conta do escritório da construtora, por isso ele justifica na fala anterior que uma pessoa de seu nível social na época, não tinha condições de morar na Rua Duque de Caxias e complementa:

[...] morei na Duque de Caxias, no número 555, no primeiro andar [...] Era uma hospedaria chamada Hospedaria Primavera. Eu fiquei mais por lá

porque tinha um escritório da construtora em que eu trabalhava, e eu morava no escritório da construtora, um quatinho lá atrás, e eu morava. Por isso que eu podia morar na Duque de Caxias, porque era no escritório da Construtora que eu trabalhava. Na época, o proprietário dessa construtora era um Capitão do Exército, Capitão Arlindo de Araújo Pereira, e ele cedeu para que eu morasse e trabalhava com ele, e também trabalhava no escritório (8).

O narrador narra a sua experiência na Rua Duque de Caxias enquanto morador, mesmo fazendo parte de um grupo menos favorecido socialmente. Ele não podia morar naquela, mas morava na condição de trabalhador. Após cinco anos trabalhando na área da construção civil, conseguiu uma oportunidade de trabalhar na Caixa Econômica e posteriormente realizou concurso interno na função de desenhista, porém como a função acabou, ele permaneceu no banco em outras funções, chegando a se tornar gerente em várias agências, o que o fez residir em várias cidades da Paraíba, só retornando definitivamente para João Pessoa em 1981, até que em 1982 comprou uma casa em Manaíra.

Já possuindo uma condição financeira diferente de vinte três anos atrás, assim como diversos moradores que tinha condições financeiras, passou a residir na região litorânea da capital. Ao relatar o contexto da época ele relata a falta de infra-estrutura ainda existente conforme tratava Amauri anteriormente, porém em sua fala percebemos que mesmo não havendo algumas condições básicas urbanísticas, as famílias privilegiadas se deslocavam para lá, pois segundo ele era um bairro atraente, o que fez com que os que podiam passaram a preferir aquela localidade:

Manaíra era despovoado quase todo. A rua que eu vim morar foi na Rua Guarabira, ela não tinha calçamento, era quase que areia de um lado a outro, e não tinha prédios. Era quase só residências. Mas foi na época que começou a construção de residências em Manaíra, e era um bairro atraente. Muita gente do Centro da cidade e de outros bairros começaram a preferir vir para o Bairro de Manaíra, o bairro foi crescendo, se desenvolvendo, começou a surgir os prédios, os grandes prédios, e o bairro hoje está muito grande, é uma verdadeira cidade dentro da cidade de João Pessoa (8).

Por ser um antigo morador do Centro da cidade questionei a Osmar, o fato dele ter optado por uma residência no litoral, o que havia o levado a tomar essa atitude, dentre as razões ele ressaltou a segurança, o conforto, bem como a valorização dos imóveis naquela região:

O centro da cidade, hoje... Nós sabemos que o Centro de João Pessoa não dá pra se residir, até o comércio está saindo do centro da cidade. Não houve uma manutenção daqueles casarões, daqueles prédios, hoje o prédio do IPASE, que era uma atração aqui em João Pessoa, foi abandonado, depois invadido pelos sem-teto, e está uma verdadeira favela. No Centro da cidade é muito difícil de se morar, quem mora no centro da cidade não tem qualquer conforto, qualquer tipo de segurança e não gosta, não está satisfeito, eu tenho certeza. Por isso que muita gente começou a vir mais para o litoral, para Tambauzinho, para Tambaú, para o Cabo Branco, Altiplano/Cabo Branco, Manaíra, o Bessa, Intermares, Conjunto Pedro Gondim, o Jardim Luna, assim por diante.

[...] eu escolhi Manaíra, na época, porque a gente tem que olhar o conforto e tem que olhar o tempo, a família... E comprar o imóvel em Manaíra, e comprar, por exemplo, em Jaguaribe, na época, ou no centro da cidade, a gente tem que verificar o problema da valorização do imóvel, e em Manaíra, no Bessa e em Tambaú, o imóvel se valorizava muito mais, bem mais. Era uma carreira gigante em comparação à valorização de outros lugares, aí eu preferi por isso também, tanto a valorização, como sabendo que aqui é um bairro tranquilo e eu ia morar bem (8).

Essas considerações de Osmar nos fez recordar de Antônio Viégas<sup>24</sup>, justamente por pensar de forma diferente, pois enquanto o primeiro afirma: “No Centro da cidade é muito difícil de se morar, quem mora no centro da cidade não tem qualquer conforto, qualquer tipo de segurança e não gosta, não está satisfeito, eu tenho certeza.” Viégas não só ficou no Centro como espaço de moradia, mesmo podendo optar em se deslocar para os bairros litorâneos, assim como seus outros irmãos, mas também tem orgulho do lugar que escolheu para viver, bem como levanta a sua bandeira quando afirma: “O Centro não pode morrer, porque ele faz parte, como eu sempre digo da história da minha cidade.” Enquanto para Osmar, o Centro da cidade não tem mais nenhum atrativo, fazendo com que quem more lá não goste, como ele mesmo afirma. Ao contrário de Viégas que já falamos um pouco no primeiro capítulo, mas que é pertinente a sua fala aqui, pois a cidade para este morador só faz sentido por causa do centro da cidade, é ele, ou seja, o Centro, que dá o sentido para “sua cidade”. Vemos portanto, a respeito de um mesmo espaço, concepções e escolhas diferentes, tendo em vista o significado que um determinado espaço pode ter para um morador, dependendo do lugar que ele ocupa.

A cidade é representada, a partir da experiência do morador e do significado que esta tem. Assim sendo, a vitrine do moderno para Antônio Viégas encontra-se no Centro, já Osmar faz uma apologia ao litoral. Conforme nos afirma Pesavento, cada indivíduo se

---

<sup>24</sup> Este depoente já foi citado no capítulo 1, mas percebemos que seria pertinente trazê-lo mais uma vez a este capítulo, tendo em vista sua contribuição com a temática abordada no momento.

identifica com aquele espaço que possui mais significado para si, ou então dá o sentido, o qual foi induzido pelo imaginário urbano. É a cidade de cada um:

A rigor, se poderia dizer que cada cidadão escolhe seus pontos de atenção e referência para se situar no tempo e no espaço urbano. *Eu conheço um lugar*, costumamos dizer, implicando com isto que nos referimos a um recanto da cidade especial para nós, que nos toca de maneira particular. Mas também podemos ter sido induzidos, educados e ensinados a identificar lugares de uma cidade, partilhando das mesmas referências de sentido, em um processo de vivência do imaginário urbano coletivo (PESAVENTO, 2007, p.2).

Pesavento, também se apropria e aprofunda o conceito de Pierre Nora “lugares de memória”, para nos informar que o passado não é irre recuperável, posto que se faz presente pelo imaginário, através de das representações do vivido:

Os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada. São representações que dão a ver um “acontecido” que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição. Mas o tempo passado não é irre recuperável, uma vez que, através do imaginário, se faz presente no espírito, dando-se a ler e ver através de discursos e imagens. Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade. O centro de uma cidade foi, por muito tempo, o cartão de visitas de uma cidade. Mesmo que tais espaços tenham sofrido degradação, deixaram marcas, que funcionam como padrões de referência identitária para uma cidade (PESAVENTO, 2007, p.2).

Tanto seu Osmar quanto Amauri fazem parte da parcela da população que se deslocou para o litoral, o que justifica essa escolha? Por que esse caminho acabou sendo homogeneizado, ao passo que os que ficaram não merecem o mesmo registro?

### **3.2 O Hotel Tambaú enquanto equipamento moderno e construtor de novas identidades modernizantes**

A dissertação de mestrado “Dinâmica costeira das praias de Tambaú e Manaíra”, de autoria de Gustavo Ferreira de Vasconcelos, elenca uma série de elementos que justificam o

desenvolvimento urbano de João Pessoa em direção ao mar, tais como: A abertura da Avenida Epitácio Pessoa, a implantação do transporte público, bem como a construção do Hotel Tambaú.

Ainda em se tratando do Hotel Tambaú, o jornal da União, possui registros que nos mostram os impactos de sua construção, como uma edificação que foi construída entre 1968-1971, com o intuito de modificar a fisionomia da Paraíba e projetar a cidade no cenário nacional, sendo esse sinônimo de progresso. Essa análise pode ser percebida através do artigo “Hotel Tambaú e a modernidade da Paraíba: Os jornais como instrumento de construção da história da arquitetura”, das autoras Thaíse Gambarra e Nelci Tinem. O artigo analisa através de diversas reportagens da época, sobretudo do estatal “A União” e nos traz um panorama dos acontecimentos da época, através de uma versão oficial sobre os fatos, que segundo a análise “se mostrava favorável às medidas adotadas pelo Poder Público e evitava comentários críticos e opiniões contrárias, dando uma visão parcial sobre a repercussão da obra” (GAMBARRA, 2008, p.2).

Sendo assim, a construção do Hotel Tambaú esteve pautada, na busca pela modernidade, bem como na consolidação do processo de expansão para a orla, a chamada “marcha para o mar”, como nos mostra a passagem a seguir:

A crescente expansão da cidade para o leste, diversas vezes chamada de ‘marcha para o mar’ (TAMBAÚ centro de turismo, 1957, p.03) e o desenvolvimento urbano de João Pessoa ao longo das décadas de 1950 e 1970, elegem Tambaú como o centro do progresso da capital. Assim, para concretizar o desejo de modernidade tão almejado pela população eram necessárias ações e investimentos em infra-estrutura urbana realizados pelo governo, tendo como modelo os grandes centros brasileiros, de maneira a conduzir o desenvolvimento da cidade de João Pessoa e o conseqüente progresso de Tambaú (GAMBARRA, 2008, p.2-3).

Nesse processo de urbanização e conseqüentemente de expansão para a Orla Marítima, a pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa é destacada como o primeiro passo, para concretizar esse desejo de modernização, conforme nos afirma o trecho abaixo:

O primeiro passo foi a pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa, em meados de 1952 [...] possibilitando melhor acesso à praia. Essa via, segundo o jornal, tornou-se a principal “via de ligação com a capital”, ou seja, naquele momento a praia de Tambaú era considerada quase outro município. “Uma alameda de 42 metros, correndo do oceano para o Oeste”

(TAMBAÚ e a primavera, 1956, p.04) transforma-se aos poucos em áreas grandes potencialidades imobiliárias (GAMBARRA, 2008, p.3).

Tendo em vista a preocupação do governo com o progresso e a modernização da Praia de Tambaú, na sequência dos anos, a preocupação com a salubridade do bairro prossegue, com investimentos públicos na área de transporte, com a implantação do circular, pavimentação da calçadinha, instalação de postos de saúde e unidades sanitárias. Vejamos:

São noticiados também os serviços de “extensão da calçada ao longo da orla marítima e o prolongamento da faixa pavimentada, em todo o percurso compreendido entre o Cabo Branco e o Jardim Manaíra” (TAMBAÚ centro do turismo, 1957, p.03) e de alargamento de ruas de forma a facilitar o tráfego de veículos entre os bairros, durante as décadas de 1950 e 1960. É visível a preocupação do governo do Estado em proporcionar aquela praia uma nova imagem progressista e moderna (GAMBARRA, 2008, p.3).

Todas essas ações contribuíram para o crescimento do interesse imobiliário naquela área:

Esses investimentos em infra-estrutura despertaram o interesse do mercado imobiliário, que inicia diversos empreendimentos relacionados a loteamentos e construção de unidades habitacionais, financiados pela Caixa Econômica Federal e pela iniciativa particular:

“Caixa Econômica pretende edificar um conjunto de 500 casas no bairro de Tambaú [...] o plano de construção dessas futuras residências está sendo elaborado pelo Escritório Técnico do Arquiteto Acácio Gil Bolsoi e obedecerá aos mais modernos requisitos de arquitetura e urbanismo” (URBANIZAÇÃO da praia de Tambaú, 1955, p.03)

“A coisa é de sensibilizar paraibano de qualquer idade. Na frente, por onde se prolonga a Avenida João Maurício, está projetado o edifício Campina Grande, de vários andares e linhas sóbrias para distribuir apartamentos a quem chegar primeiro (TAMBAÚ e a primavera, 1956, p.04)

“Foi inaugurado domingo último, em Tambaú, o edifício Santo Antônio, um empreendimento da AUSÔNIA que veio dotar a mais elegante praia de João Pessoa de moderno e confortável” (AUSÔNIA inaugura moderno edifício em Tambaú, 1960, p.1) (GAMBARRA, 2008, p.3).



**Imagem 21: Vista aérea da orla de Tambaú . Em destaque, o Edifício residencial Santo Antônio, construído em torno de 1959. Foto do Acervo Humberto Nóbrega. Disponível em: <http://arqpb.blogspot.com.br/2008/01/paisagem-recontada-rossana-honorato.html>. Acesso em 30/11/2014.**

Dessa forma, mesmo a consolidação do processo de Tambaú enquanto bairro residencial só se dando nos anos 1970, devido a essas medidas citadas anteriormente, os anos 1950 já anunciavam essa transição de praia de veraneio para bairro residencial:

Tambaú só será um bairro residencial e deixará de ser apenas uma praia de veraneio nos anos 1970, porém já em 1956 uma reportagem do jornal “A União” afirmava: “Ninguém é mais veranista. É um termo meio esquecido. As construções sólidas e modernas surgiram em lugar das palhoças românticas” (TAMBAÚ e a primavera, 1956, p.04 apud GAMBARRA, 2008, p.3).

De acordo com o desenvolvimento dessas novidades urbanísticas em Tambaú, somado ao desejo de modernidade, o Hotel Tambaú seria a concretização desse processo de progresso,

almejado pela elite paraibana e seus diversos setores privilegiados, que já não sentia o atendimento de suas necessidades com os hotéis existentes em sua maioria na área central:

A maioria dos hotéis da capital estava localizada no centro da cidade, entretanto, as condições precárias desses estabelecimentos tornavam o setor insustentável: “Algumas casas que existem ostentando esse nome [Hotel] deixam tudo a desejar em matéria de atendimento, de serviço, de alimentação, de conforto, etc.” (UM HOTEL para a cidade, 1963, p.03). Elementos categorizados não encontram local de hospedagem nos níveis compatíveis com a civilização dos nossos tempos, que impõe novos padrões e novos hábitos aos contemporâneos por isso a existência de bons hotéis significa prestígio para a sociedade através da criação da facilidade para a demora dos viajantes” (MINUTA, 1968, p.04). Até mesmo o Paraíba Palace Hotel, “um dos mais velhos e conhecidos estabelecimentos hoteleiros do Nordeste” (NIEMEYER e Tambaú, 1951, p.04), que já teve seus dias de grandeza comandado o “comércio hoteleiro” da nossa capital, dez anos antes, já não mais correspondia às exigências e necessidades da vida moderna. O Paraíba [Palace] Hotel é uma casa cuja localização em pleno centro da urbanização torna-a irreparável. É necessário que alguém tenha feito longa e enfadonha viagem, desejando ardentemente repousar e hospede-se no Paraíba Hotel num apartamento do lado do Ponto de cem Réis, para sentir isso em todo o seu incomodo horror (NIEMEYER e Tambaú, 1951, p.04 apud GAMBARRA, 2008, p.3).

As narrativas jornalísticas apresentadas por Gambarra fazem um diagnóstico das precárias condições dos hotéis que existiam no centro da cidade entre as décadas de 1950 e 1960. Esse discurso representa a mudança dos padrões estéticos da burguesia pessoense, que buscava reproduzir a arquitetura moderna dos grandes centros urbanos:

Não se sabe ao certo os motivos que levaram o arquiteto Sérgio Bernardes a escolher a praia de Tambaú como local adequado para implantação de seu projeto. Especula-se que a necessidade de ocupar a orla, no trecho mais próximo a cidade, teria sido um dos motivos que justificaria a escolha uma vez que, até meados da década de 1950 a praia era praticamente desabitada, sem infra-estrutura e de difícil acesso, porém um potencial turístico promissor aos olhos de industriais e comerciantes. A partir das notícias percebe-se a existência de manifestações populares reivindicando melhoramentos na orla de João Pessoa, embora essa ocupação ainda não estivesse consolidada. Na tentativa de pressionar o governo a investir no bairro, surge um movimento que propõe a emancipação da praia de Tambaú, como se vê na notícia abaixo: Em certos círculos responsáveis desta cidade, toma corpo a idéia da criação do município de Tambaú, que seria transformada em cidade balneária, explorando o turismo como principal fonte de renda. Entre interessados em transformar o plano em realidade existem industriais, altos comerciantes, médicos, advogados e jornalistas. (PRAIA de Tambaú, 1960, p.03 apud GAMBARRA, 2008, p.8).

A construção do hotel, a partir dos registros dos jornais, nos mostra o apelo da elite local, em busca de hotéis mais adequados, para sua necessidade, do ponto de vista arquitetônico, dos grandes centros urbanos, mas também visando o reconhecimento do potencial turístico da Orla de Tambaú. Sobretudo, essas considerações nos mostram que esse texto não foi só escrito pelos gestores, mas também pelos moradores. Quem está mudando essa fisionomia, são os de cima. Tanto os gestores, os arquitetos, como os moradores das elites. Então a mudança dessa fisionomia, para que haja essa urbanização em Tambaú, foi o resultado do processo de iniciativas dos grupos mais favorecidos, os quais projetaram um bairro de acordo com o que eles consideravam moderno, sinônimo de progresso, ou seja, uma área planejada de acordo com os seus anseios urbanos.

Ao tratar do planejamento urbano, Certeau nos aponta para uma razão tecnocrática burguesa, exercida por aqueles que projetam a cidade, tendo em vista acima de tudo, a técnica, a ciência, o racional, o moderno e o progresso:

[...] a racionalização da cidade acarreta a sua mitificação nos discursos estratégicos, cálculos baseados na hipótese ou na necessidade de sua destruição por uma decisão final. Enfim, a organização funcionalista, privilegiando o progresso ( o tempo), faz esquecer a sua condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser não pensado de uma tecnologia científica e política. Assim, funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade (CERTEAU, 2014, p.161).

Poderíamos nos apropriar da ideia de Cidade-conceito proposta pelo autor, para compreendermos, essa realidade que se erguia na “nova Tambaú”. Ao percebermos que a praia de veraneio vai ficando para atrás, para que surja um conceituado bairro residencial, no litoral da cidade, havendo portanto, uma mudança de representação daquele local. E pouco a pouco a vitrine do moderno vai se deslocando do centro da cidade para a Orla Marítima.

Complementando as contribuições acerca do conceito de representação, Pesavento afirma que: “Expressa por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, tais representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas” (PESAVENTO, 2003, p. 39). Sendo assim “Representar: é pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é pois, a da substituição, que recoloca uma

ausência e torna sensível uma presença” (PESAVENTO, 2003, p. 40). Desse modo a representação não é uma cópia do real, mas uma construção feita a partir dele, pois:

A representação é um conceito ambíguo, pois na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele (PESAVENTO, 2003, p. 40).

As representações são portadoras do simbólico:

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Há, no caso do fazer ver por uma imagem simbólica, a necessidade da decifração e do conhecimento de códigos de interpretação, mas estes revelam coerência de sentido pela sua construção histórica e datada, dentro de um contexto dado no tempo. [...] As representações se inserem em regimes de verosimilhança e de credibilidade, e não de veracidade (PESAVENTO, 2003, p. 40).

O conceito de representação torna-se pertinente nessa análise, pois a partir de um mesmo espaço, podemos ter representações simbólicas distintas. Assim sendo, a paisagem de Tambaú vivenciada pelos veranistas e pescadores, se distingue da paisagem urbana projetada para o bairro residencial de Tambaú, a qual vai ser interpretada de maneira diferente por aqueles que chegam, os novos moradores, que fazem parte dos grupos privilegiados da cidade, da dos outros que ficaram, como foi o caso de alguns pescadores. Assim sendo, temos várias construções do real, tendo vista as experiências de vida e os significados e significâncias do ser cidadão.

Continuando as análises jornalísticas, no que diz respeito à construção do Hotel Tambaú, vemos que todas essas movimentações, em busca de mudanças para a Praia de Tambaú, desde a década de 1950 são consolidadas com o início da construção do Hotel Tambaú no final dos anos 1960, mais precisamente em 1968:

Assim, em 1968, o governador João Agripino, investido da autoridade política que o governo militar lhe conferia, assume a responsabilidade e se encarrega da construção do Hotel Tambaú na capital, cuja localização na orla marítima é justificada como “próprio dos grandes centros urbanos, [...]”

que tinham seus hotéis localizados a no mínimo 30 minutos do centro da cidade” (TEIXEIRA, 2006). Trata-se do amplo apoio governamental dado a essa arquitetura e que segundo TINEM (2002, p.74) “servia perfeitamente como instrumento político para dar visibilidade à ideia de progresso e modernização que permeava o discurso oficial” (GAMBARRA, 2008, p.6).



**Imagem 22: Proposta de Hotel moderno em Tambaú.**

**Fonte: Jornal A União (Isto quer dizer progresso, 18.04.1961- p.04). In GAMBARRA, 2008, p.6S.**

As fontes jornalísticas nos apontam, essa construção a partir do discurso oficial, no que diz respeito aos novos equipamentos urbanos, sobretudo o Hotel Tambaú, que vão dando visibilidade a Orla marítima, como sinônimo de modernidade e progresso. Inclusive a iconografia acima, remete a uma propaganda de divulgação do Hotel Tambaú, também presente no jornal, como uma afirmação do progresso. Dessa forma, essa obra representaria algo positivo para a Praia de Tambaú, de acordo com a visão dos de cima.



**Imagem 23- Hotel Tambaú, década de 1970. Acervo Arion Farias. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/08/veja-o-antes-e-depois-de-pontos-da-cidade-de-joao-pessoa.html>. Acesso em 30/11/2014**

Não é assim que observa todo esse processo de mudança, seu Inaldo, pescador, nascido e criado em Tambaú e ainda residente no local, ao questioná-lo sobre as mudanças ocorridas no seu lugar de origem, o seu olhar é bem diferente das descrições dos jornais da época, que enfatizavam o moderno e o progresso. Pelo fato de possuir uma experiência diferente naquele local, dos que iam chegando ou pretendiam chegar, o Sr. Inaldo analisa com tristeza a construção do Hotel, pois a medida que este se erguia, os coqueiros de sua infância “sumiam”:

**[P]:** O que o senhor percebe de mudança daquela época pra hoje?

**[E]:** O que mudou muito foi o mar, o mar. Depois que fizeram aquele Trapiche esse Hotel Tambaú, aí começaram a cair os coqueiros daqui tudinho...

Eu pequeno com 8, 9 anos onde fizeram o Pier, tudo era coqueiro, começou a bater... acabou com muita coisa, depois que construíram o Hotel.

**[P]:** Depois que construíram o Hotel?

[E]: Foi... esse Hotel foi feito, perafá, a primeira parte dele foi inaugurada em 69, aí, até por João Agripino, também ele tava saindo, aí inauguraram a primeira parte dele. Mas depois que fizeram ele todinho e arrodaram ele de pedra, o norte acabou a praia toda, só você vendo... não foi a erosão que acabou, quem acabou foi o Hotel (3).

Enquanto para a elite, a construção do hotel representa ganho, para o pescador, esse equipamento moderno representou assim a perda dos coqueiros da sua infância, portanto o seu discurso é uma fala de negatização, de perda. Vemos, portanto, uma mudança na representação na paisagem urbana, porque ele tem uma ligação maior com a natureza, já o morador da elite tem uma ligação maior com a cidade, com a intervenção, com o urbano. Os membros da elite se afirmam enquanto moradores, através da urbanização, já a relação do pescador se estabelece, através da sua relação com o mar, então a construção do Hotel Tambaú representa a perda do “seu” mar. Para uma mesma realidade, temos uma mudança de representação, pois como nos afirma Chartier, cada forma de representar pode ser contraditória entre si, pois possuem a sua lógica própria:

As organizações discursivas e as categorias que as fundam - sistemas de classificação, critérios de recorte, modos, representações- não são redutíveis às ideias que elas enunciam ou aos temas que sustentam. Elas têm sua lógica própria- e uma lógica que pode muito bem ser contraditória em seus efeitos com a letra da mensagem (CHARTIER, 2002, p. 77).

Para os ricos e poderosos o que importava era o progresso, parece que eles nem viram que estas ações modificaram a paisagem nativa, isso para eles não tinha significado, pois eles apesar de estarem “invadindo” aquele lugar, eles não tinham o sentimento de pertencimento do morador que vivia naquele território desde que havia nascido, por isso observa com pesar as intervenções urbanísticas na “sua” praia, fato que podemos constatar através dessa expressão “acabou a praia toda, só você vendo... não foi a erosão que acabou, quem acabou foi o Hotel”.

Para o pescador, Inaldo, o lugar Tambaú, está relacionado ao mar aos coqueiros, já os novos moradores [...] o lugar [...] O lugar tem haver com que? Com vínculo, eles vão criar um vínculo, porque eles vão morar, então Tambaú seria lugar, a partir do momento que tivesse infra-estrutura, urbanização, beleza, conforto, aí se tornaria lugar, porque eles iriam ficar, digno deles, da estrutura que eles queriam. Vemos, portanto, no caso do espaço, uma

experiência de não pertencimento, mesmo sendo aquele o local da sua infância. As mudanças fizeram com que o nosso depoente vivesse a experiência da deslugaridade, que é um conceito da Geografia, o qual amplia a concepção de lugar. Vejamos:

Ênfase maior a outros aspectos da relação do homem com seu ambiente seta dada também na obra de Relph (1976) e no seu conceito de **placelessness**. O autor complexifica a discussão sobre o lugar, pensando medidas diferenciadas de relacionamento com eles (posições em relação ao lugar) e na sua própria constituição. Para isso ele diferencia lugares de “deslugares” a partir do conceito filosófico da autenticidade e da inautenticidade. Para compreender a autenticidade dos lugares, Relph prioriza a produção do espaço, principalmente na ação do poder público, que cria e produz lugares. Estes, quando representam uma descontinuidade em relação à historicidade da comunidade, rompendo com a relação orgânica de produção da cidade e de construção de lugares, constituem-se para o autor numa atitude inautêntica, manifesta pela não preocupação com o sentido do lugar. Assim, em processos de renovação urbana ou mesmo de construção de monumentos e outros espaços públicos, muitas vezes há o processo denominado pelo o autor de deslugaridade, que indica esta inautenticidade e a não relação das pessoas (da cidade ou da comunidade) com aquele lugar. Este seria, portanto, um deslugar (JÚNIOR, 2005, p.8508).

Através dessas experiências e das diversas representações simbólicas presentes em bairro, vemos que este não pode ser entendido apenas como uma paisagem, mas também se deve levar em consideração o espaço simbólico e ideológico, construído a partir dos valores que fazem parte das identidades sociais urbanas.

Vemos, portanto que, enquanto um grupo buscava inserir João Pessoa no cenário nacional do turismo, repaginando a cidade com as formas e moldes que eles determinavam e que era comum em outros centros urbanos da época. Seu Inaldo é um representante de um outro grupo social, o qual não enxerga a construção do Hotel da mesma forma, porque o que pode representar pertencimento para uns pode ser o despertencimento de outros, desenraizamento, como se tivesse perdendo as raízes. (BOSI, 2003). Isto nos faz refletir que, em um processo de mudanças o que prevalece não é o discurso homogêneo, sem contrastes, pelo contrário, o que trás a riqueza na análise é justamente o que não torna igual, o que difere.

Gostaríamos também de ressaltar outro ponto, que nos inquieta nesse discurso homogeneizante, ao descrever-se a denominada “marcha para o mar” e elegem-se no mínimo estes três equipamentos modernos: A Avenida Epitácio Pessoa, O Transporte

Público e o Hotel Tambaú, como responsáveis por essa expansão da cidade e conseqüentemente esse processo sem lacunas e/ou rupturas. Observamos que as análises citadas anteriormente<sup>25</sup>, reproduzem de forma contínua e aparentemente organizada, através das ações urbanísticas citadas, esse desejo de concretizar o sonho de modernidade tão almejado. Desse modo, problematizamos os seguintes aspectos: Quem desejava e/ou que grupo almejava essa modernidade? - Os moradores da elite, os mais favorecidos, os que podiam. A constatação desses fatos ao mesmo tempo, nos indica que quem constrói a vitrine do moderno são grupos que detém o poder aquisitivo, fazendo com que eles acabem determinando para onde a cidade deve ir.

### **3.3 Do rio ao mar: Experiências de convencimento X teimosia**

A história da cidade, ela envolve tramas sociais e culturais contrastantes, isso foi confirmado pelos depoimentos dos moradores pessoenses na vitrine do centro, bem como nos depoimentos dos moradores pessoenses na vitrine do litoral. Assim como as representações referentes ao Hotel Tambaú e o entorno da Orla Marítima, dos discursos da elite representados no jornal, em detrimento da fala do pescador, são diferenciadas, porque eles pertencem a lugares sociais distintos, também, podemos exemplificar o contraste entre a fala de seu Mário e Osmar no que diz respeito a vitrine do centro.

No tempo de seu Mário (2) e de Osmar (8), a classe dominante residia no Centro, mais precisamente na Rua Duque de Caxias. Mário Di Lascio percorreu com tranqüilidade a sua vivência naquele espaço, posto que seu pai era um arquiteto de renome na cidade, tornando a família Di Lascio, uma referência na área até os dias atuais, enquanto Osmar se sentia deslocado naquele ambiente em que vivia na sua juventude. Isto pode ser confirmado em sua fala quando o mesmo afirma que residia na Rua Duque de Caxias, rapidamente se sentiu na obrigação de justificar, que por conta do trabalho ele acabou se tornando um morador daquela rua: “Por isso que eu podia morar na Duque de Caxias, porque era no escritório da Construtora que eu trabalhava”, em outro momento ele reitera que a sua condição não era compatível a maioria dos moradores da época: “ Às vezes também ficar só na porta da minha pensão, na Duque de Caxias, para o ver o povo passeando e visitando aquelas vitrines já era um grande entretenimento para a minha realidade social e financeira da época” (22).

---

<sup>25</sup> VASCONCELOS, 2010 & GAMBARRA, 2008.

A heterogeneidade de representações cidadinas corresponde aos lugares sociais dos moradores, podemos exemplificar através de Viégas (1), morador do centro da cidade e Inaldo (3), morador de Tambaú, pois as experiências desses antigos moradores, nos mostram que o processo de ocupação e/ou permanência do litoral e migração e/ou permanência no Centro da cidade, não se deu de forma unilateral, pois cada habitante, com sua vivência, pode exercer de forma distinta as práticas desse espaço, vivido e sentido por cada um de uma forma particular. E o que temos? – Não apenas, uma mão de via única, temos possibilidades, que não se esgotam e nem fecha as discussões sobre essa temática cidadina.

Mas ainda assim, podemos fazer algumas reflexões com o que nos fora relatado. Pensemos nos que ficaram: Antônio Viégas e Inaldo, lembre conosco, Viégas, funcionário público, oriundo de uma família tradicional da Paraíba, podemos inferir essa informação através nessa fala em que ele relata a vinda da sua família, oriunda do interior da Paraíba, para a capital

[...] eles começaram a morar em João Pessoa. Depois de Jaguaribe, eles vieram para o centro da cidade e toda essa área central de Trincheiras. Até que vieram morar meus tios, vieram morar nas Trincheiras, Jaguaribe e Tambaú. Toda essa área central era uma área de circulação que minha família sempre habitou desde os anos cinquenta (1).

Dessa forma, os bairros citados pelo depoente, correspondem aos setores habitados, geralmente, pelas famílias tradicionais da época. Porém, o que gostaríamos de destacar em relação a esse antigo morador pessoense, diz respeito à sua conduta diante dos investimentos urbanísticos voltados para a Orla Marítima, bem como do deslocamento de uma parcela das famílias residentes no Centro e seu entorno para os bairros litorâneos, assim como fez sua família. A postura de Viégas se distingue do senso comum, que caminha em direção à nova vitrine do moderno que ora se inaugura. Sua postura, ou sua escolha, é particular, mas provavelmente não é única, ele decide ficar, por razões que para ele são relevantes e tem um significado material e/ou simbólico, são as suas razões, que para ele tem todo um significado plausível, para o seu imaginário cidadão fluvial. O significado da cidade de João Pessoa está intimamente ligado ao Centro, o fato da cidade ter tido aquela área como nascedouro, atesta a autenticidade daquele local como a representação da história da cidade, para o entrevistado. Por isso, destaca com orgulho o fato de ser um morador da área central, e ter permanecido ao contrário dos seus familiares:

A minha casa é uma casa antiga, é tombada pelo patrimônio histórico também e fica nessa área centralizada de Trincheiras e eu tenho um orgulho tremendo de morar no centro de João pessoa, é tanto que toda minha família hoje já se mudou e mora na orla marítima tudo, mas eu e minha irmã ainda residimos na mesma casa que nós nascemos [vivemos aqui] praticamente desde os anos cinquenta (1).

Assim como Viégas resistiu em manter a condição de morador do centro, mesmo em um contexto, em que a elite local se deslocava para o litoral, seu Inaldo, também resistiu e continuou pertencendo aquele lugar que estava se configurando como uma nova vitrine das elites.

À medida que novos moradores, iam chegando naquela praia, outros saíam, geralmente pessoas com poucos recursos, com casas humildes, resolviam, ou eram levados a resolver vender o seu terreno aos que chegavam, na visão do seu Inaldo, foi um processo que aconteceu de forma natural. Vejamos o que ele nos afirma quando o questionamos a esse respeito:

**[P]:** Como foi que aconteceu por exemplo, quando essas casas começaram a ser construídas, como foi que os pescadores foram saindo, teve discussões, eles resistiram ?

**[E]:** Não porque, começou a aparecer umas casas principais, porque isso era muito cajueiro, muito pés de árvore [...] o pessoal começou a comprar terreno aqui, começaram a vender terreno, foi aparecendo aquele pessoal de Campina Grande, comprando terreno por aqui, tudo e os que tinham casa aqui, tudo pobrezinho, 90%, aí pegaram... levaram... começaram a vender,foi por isso que foi surgindo essas casas tudinho.

**[P]:** No caso os pescadores venderam para essas pessoas?

**[E]:** Num só foi pescador, outras pessoas que moravam aqui, que num eram pescador, tinha casa e saíram vendendo, aí foi tempo que foi surgindo Mangabeira, aqueles conjunto [...] (3).

Mesmo seu Inaldo, aparentando uma certa normalidade, no processo que levou alguns a saírem e outros a chegarem em Tambaú, na sequência da sua fala ele prossegue e afirma com orgulho: “Eu mesmo nunca saí daqui [...]” A nossa conversa prossegue e eis que perguntamos com certo espanto se ele ainda morava ali, talvez pelo fato dessa ter sido uma das primeiras entrevistas, talvez o nosso discurso ainda tivesse carregado daquele discurso homogeneizante que compreende que agora Tambaú, só deveria ser um espaço apropriado pela elite:

- [P]: O senhor mora aqui ainda, nessa região?  
 [E]: Nasci e me criei, aqui e vou morrer aqui.  
 [P]: Mas a sua casa é próxima de que?  
 [E]: A minha é ali, em frente ao Hotel Caiçara.  
 [P]: Ainda tem pescadores morando nessa região?  
 [E]: Tem pescador vizinho a minha casa, ainda mora (3).

Tanto a fala de Viégas como a de seu Inaldo, são falas de afirmação identitária. Por pertencerem a lugares sociais diferentes, afirmam sua identidade por razões distintas, o fato do pescador Inaldo afirmar que vai continuar morando em Tambaú, constitui uma afirmação identitária, ele precisa continuar se sentindo um morador de Tambaú, mesmo que o sistema excludente, estivesse querendo colocá-lo pra fora. Assim também Viégas, quando os seus pares da elite, não consideram o centro, não mais um lugar adequado, para a vitrine das elites, ele continua afirmando que “O Centro não pode morrer” (4). É uma afirmação identitária também.

Assim podemos dizer que seu Inaldo, assim como outros pescadores são do grupo dos que escolheram ou teimaram em ficar, porque aquele lugar tem para ele um significado particular, que fez com que ele afirmasse de forma contundente: “Nasci e me criei, aqui e vou morrer aqui”, mais adiante ele reitera: “Eu nasci e me criei, nasci em 1951, até hoje, e não quero sair daqui, a num ser pra o cemitério”. Talvez ele queira continuar a contemplar, aquele coqueiro que não caiu, o cajueiro que assim como ele teimou e ficou, pois assim como ele nos afirma, a paisagem que hoje contemplamos se difere e muito da do seu tempo de menino, conforme ele se lembra dos tempos em que havia um cemitério, onde nas imediações temos o Edifício Manaíra atualmente:

- [E]: Tinha um cemitério debaixo dos pés de cajueiro. Eu fui muitas vezes pra lá, levar gente morto, tudo.  
 [P]: É onde hoje é o que?  
 [E]: Tem o Hotel Manaíra, era na avenida de cá, na... parece que era na São Gonçalo, que lá ficava uma Igreja também, a Igreja de São Gonçalo, que ela... o cemitério era ao lado do cemitério na Igreja (3).

Através do ficou registrado na memória, vemos outra Tambaú, que fora transformada a cada árvore que caía, a cada prédio que surgia, a uma nova realidade que tentava apagar o que passou, porém o tempo não apagou, assim como podemos contemplar através da riqueza desse relato.

Ao longo da história da cidade, a vitrine do moderno estabeleceu estratégias de segregação, extirpando os corpos destoantes. Porém, os praticantes do espaço, através de suas astúcias e táticas, oriundas da cultura ordinária, resistiram ao lugar de destoante do espaço que lhe fora determinado. Essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural. As maneiras de fazer para Certeau (2014), na realidade são análogas e contrárias. Análogas porque são operações “microbianas”, mas que se proliferam e alteram o cotidiano e suas “estruturas tecnocráticas”. Contrárias pois não seguem a disciplina, mas usam táticas de criatividade, criando uma antidisiplina:

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde *outra* produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa é quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, p.39. 2014).

Morar na cidade é experienciar embates discursivos e experienciais entre a cidade vista de cima e a cidade dos praticantes dos espaços. Dessa forma, percebemos o quão rico é o cotidiano, com sua diversidade e caminhos distintos, que podem ser seguidos de acordo com o lugar de quem vive, bem como os significados e significâncias da experiência do viver na cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Você não sabe o quanto eu caminhei  
Pra chegar até aqui  
Percorri milhas e milhas antes de dormir  
Eu nem cochilei  
Os mais belos montes escalei  
Nas noites de frio chorei.  
Cidade Negra*

A trajetória dessa pesquisa está intimamente ligada ao percurso que esta pesquisa percorreu até conseguir chegar até aqui. Peço licença, para fugir um pouco do protocolo acadêmico da escrita na terceira pessoa, para me apresentar na primeira pessoa e assim traçar algumas considerações finais para esse trabalho.

Confesso, que não foi fácil percorrer esses caminhos tortuosos, de uma forma aparentemente lógica e compatível com os referenciais teóricos que me acompanhou durante os estudos que fundamentaram essa dissertação.

Inicialmente parti da Avenida Epitácio Pessoa. Foram dias e horas a fio em arquivos históricos em uma busca incessante a esse logradouro, seja uma foto, uma notícia de jornal, algo que me apontasse a direção que deveria ser seguida.

Percebi que não existe uma receita de bolo ou uma fórmula padrão a ser seguida, para a estruturação de um trabalho. Cada trabalho é único. Confesso que compreender isso foi libertador.

Por exemplo, delimitar um recorte temporal linear para o meu trabalho foi algo que me tirou algumas noites de sono, dificultando o desenrolar da escrita. Porém, só pude constatar isso através da vivência da pesquisa. Alguns livros e professores me alertavam quanto a isso. Mas nada melhor que a experiência para ensinar.

Com conversas esclarecedoras, confrontadoras e norteadoras, junto com a minha orientadora, foi sendo montada, às vezes destruída e reconstruída a estrutura. É assim que se faz pesquisa, é de uma forma que só se aprende a fazer fazendo. E a escola da experiência é muito pedagógica

Então através dessa trajetória, novos formatos foram surgindo e sendo adaptados. A avenida deu lugar aos personagens que por ela passavam, ou que nem haviam se dado conta de sua existência.

De fato, os relatos orais de memória foram um presente que deu o norte para esse trabalho. No entanto, passar por todo esse processo não foi algo tão fácil, a cada etapa da

construção dessa fonte, um novo encaminhamento surgia. Foi assim, com D. Severina, uma das minhas primeira entrevistada que não lembrava de nenhum equipamento urbano que havia sido feito no início da construção da Avenida Epitácio Pessoa. O que inicialmente parecia que não iria ajudar, acabou dando um novo encaminhamento para esse trabalho.

Acredito na importância desse trabalho para a linha cultura e cidade, bem como para a expansão dos estudos historiográficos locais com foco nas sensibilidades dos moradores, dando passagem a um discurso vivo sobre o passado da cidade de João Pessoa, através de dados que vão além do campo material, mas que alcançam os valores simbólicos do imaginário urbano.

Reconheço a metodologia da história oral como uma forte aliada da história das sensibilidades e das mentalidades, a qual possibilitou o diálogo com as próprias testemunhas que praticaram a cidade em outras épocas.

Como já foi reiterado no início desse trabalho, não tenho o intuito de fechar o debate no que diz respeito aos estudos históricos da cidade de João Pessoa. A partir dessa perspectiva um leque de possibilidades surgem, como um novo campo a ser explorado. Mas para esse ato é preciso coragem muitos, devidos aos desafios que cada um enfrenta ao longo do caminho.

Resolvi portanto, me apresentar nessa parte do trabalho, como um ser humano cheio de defeitos e limitações, com intuito de desmitificar a idéia de que pelo fato de está produzindo um trabalho acadêmico, acaba-se tendo a obrigação de portar como um super herói, sem crises, sem nenhum problema.

Não foi assim que aconteceu no meu caso e acredito que com outras pessoas também, mas muitas vezes prefere-se omitir, ou escondermos nossos dilemas em alguma citação enorme de algum autor conhecido.

Hoje prefiro, através desse relato mostrar o quanto essa pesquisa mudou ao longo do percurso e acima de tudo como ela me mudou. Trago mais uma contribuição para os estudos da cidade de João Pessoa, com o intuito de contribuir com o debate, sem a pretensão de encerrá-lo, mas sim de encontrarmos com novas possibilidades a partir deste.

Meu desejo, é que através dessa leitura, seja possível olhar para a cidade sem a pretensão de moldar de acordo com algum desejo pessoal. E o objetivo maior, parta dos estudos culturais e suas valiosas contribuições valiosíssimas para os estudos históricos voltados a perspectiva da cidade. Sobretudo a valorização a história da Paraíba e conseqüentemente a história pessoense.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington e Mello, José Octávio. **Uma Cidade de Quatro Séculos**. Evolução e Roteiro. Gráfica Grafset, 1985.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos. **Cidade de João Pessoa - A Memória do Tempo**. 3 ed. João Pessoa, Ideia, 2002.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. 2012. 394f. Tese (Doutorado em História)- Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ALVES, Fernanda Martins Lira. **Urbe vigiada: Modos de morar e viver na cidade de Parahyba do Norte (1910-1930)**. 2009. 121f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós – Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Paisagens Híbridas**. Fontes e escrituras da história, Campina Grande, eduepb, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas, Mágia, técnica, Arte e política**, São Paulo, Brasiliense, 1996.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história- Ensaios de Teoria e Metodologia**, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

CERQUEIRA, Monique. **Pobres, resistência e criação: personagens no encontro da arte com a vida**. São Paulo, Cortez, 2010.

CERTEAU, Michel de. (et all) **A Invenção do cotidiano: 2, morar, cozinhar**. Petrópolis, Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_, Michel de. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. 21 ed, Petrópolis, Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_, **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

\_\_\_\_\_. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000;

CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. **J.-P. RIOUX EJ.-F. SIRINELLI. Para uma história cultural**. Lisboa, Estampa, 1998.

DA GAMA e GARRIDO, Toni. **A Estrada**, 1998.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil**. 5 ed.-Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papius, 1993.

FERREIRA, Luiz Felipe. **Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n.9, PP 65-68, jul/dez, 2000.

FONSECA, Cláudia. **Ser mulher, mãe e pobre**. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**, 2 ed, São Paulo, Contexto, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6 ed, 2 reimpressão, São Paulo, Contexto, 2010.

GAMBARRA, Thaise; TINEM, Nelci. **Hotel Tambaú - os jornais como instrumento de construção da história da arquitetura**. In: 1º Seminário Latino-Americano Arquitetura & Documentação. Belo Horizonte, 2008

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução: Plínio Dentzien, Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo, Centauro, 2004;

HOLANDA, Francisco Buarque. **As vitrines**. Ariolla/Phillips, 1981.

JÚNIOR, Eduardo Marandolae MELLOZ, Leonardo Freire **“Lugar” e “espaço de vida”**: novos enfoques para o planejamento e a participação? Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

KOFES, Suley. **Entre nós mulheres, elas as Patroas e elas as Empregadas**. In: CORRÊA, Marisa, KOFES, Suley (org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas, UNICAMP, 1994.

LIRA, Bertrand de Souza. **Fotografia na Paraíba: um inventário dos fotógrafos através do retrato (1850-1950)**, João Pessoa, Editora Universitária, 1997.

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. **Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque Natalense (1900-1930)**. 2008. 139f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MAUAD, Ana Maria. **Os donos de um certo olhar: trajetória familiar e imigração libanesa**. In: GOMES, Ângela de Castro (Org). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*, 7Letras, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**, São Paulo, Editora Contexto, 1992

NARRADORES DE JAVÉ. Direção: Eliane Caffé. *Bananeiras filmes*, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias**. Revista Brasileira de História-Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol.27, n.53, jan-jun, 2007.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. **História, memórias e centralidade urbana**, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 05 janvier 2007, consulté le 22 avril 2015. URL : <http://nuevomundo.revues.org/3212> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.3212.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SANTIAGO, Ricardo e MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **Depois da utopia: A história oral em seu tempo**. São Paulo, Letra e Voz, Fapesp, 2013.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.11-28

\_\_\_\_\_. **História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro, FGV editora, 2 ed, 2003.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RODRIGUEZ, Walfredo. **2 séculos da Cidade — Passeio Retrospectivo (1870-1930)**. João Pessoa: Gráfica da Interplan, s/d.

\_\_\_\_\_. **Roteiro sentimental de uma cidade.** João Pessoa: A União, 1994.

SANTHIAGO, Ricardo e MAGALHÃES, Valéria Barbosa (org). **Depois da utopia: A história oral em seu tempo.** São Paulo, Letra e Voz, Fapesp, 2013.

SANTOS, Chrislayne Fernandes, SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael, NASCIMENTO, Rebeca Maria Aguiar do. **Expansão Urbana da Cidade: Uma leitura da Avenida Epitácio Pessoa-João Pessoa-PB,** anais XXII Simpurb, Belo Horizonte, 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres,** 2 ed ver, São Paulo, Cortez, 2003.

SCOCUGLIA, J. B. C. (Org.). **Cidade, cultura e urbanidade.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra.** Rio de Janeiro, Bestbolso, 2008.

SEVCENKO, Nicolau (org.) - A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: **História da vida privada no Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p.513-619.

\_\_\_\_\_, Nicolau- **Orfeu Extático na Metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20- São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos.** Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965). 2002. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

STUCKERT, Filho Gilberto Lyra. Parahyba: Capital em fotos. 3.ed,1v, João Pessoa, Fotograf, 2007.

\_\_\_\_\_. Parahyba: Capital em fotos. v.3, João Pessoa, Fotograf, 2007.

TANKO, Janete Leiko. Clubes recreativos em cidades das regiões sudeste e sul: Identidade, sociabilidade e lazer. **Patrimônio e Memória** (9). Revista. UNESP-FCLAs-CEDAP, v.7, n.1, p.328-347, jun.2011.

TEIXEIRA, Coelho (org). **A cultura pela cidade.** São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

TINEM, Nelci (org). **Fronteiras, Marcos e Sinais.** Leituras das de João Pessoa, João Pessoa, UFPB, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS, Gustavo Ferreira de. **Dinâmica costeira das praias de Tambaú e Manaíra- PB.** 2010. 79f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

WEBER, Regina & PEREIRA, Elenita Malta. **Halbwachs e a memória**: contribuições à história cultural. Revista Territórios e Fronteiras, Mato Grosso, V.3 N.1 – Jan/Jun 2010.

### **PERIÓDICOS CONSULTADOS NO ACERVO HISTÓRICO DO ESPAÇO CULTURAL ( JOÃO PESSOA-PB):**

- Jornal A União. 17 de janeiro, 1954;
- Jornal A União. 5 de agosto, 1954.

### **MEIO ELETRÔNICO E DE ACESSO ON-LINE:**

**Site:** [www.memoriajoaopessoa.com.br](http://www.memoriajoaopessoa.com.br). Acesso 05 jun. 2014

**Vídeo:** Memória Social: Tambaú uma praia de veraneio. <http://www.youtube.com/watch?v=Ef3ZVWUEA-U>. Acesso em: 22 nov.2013

**Vídeo:** Memória Social Clube Ástrea e Clube Cabo Branco. <http://www.youtube.com/watch?v=vdsqAl4e4HE>. Acesso em: 13 ago. 2014

**Vídeo:** Uma João Pessoa, Duas cidades: A tênue linha que separa a história da ruína. <http://www.youtube.com/watch?v=K-X16Lq2iYI>. Acesso em: 22 mar. 2014.

**Site:** [paraibanos.com](http://paraibanos.com). Acesso: 29 jun. 2013

**Blog:** [jampadasantigas](http://jampadasantigas.com). Acesso: 24 jun.2014

**Blog:** [cidady.blogspot](http://cidady.blogspot.com). Acesso: 22 jul. 2013

### **ENTREVISTAS:**

Arlindo Coriolano da Silva. *Entrevista concedida à autora*. João Pessoa . Maio de 2013.

Alice (Nome fictício). *Entrevista concedida à autora*. João Pessoa. Junho de 2013.

Amauri Gomes Carneiro da Silva. *Entrevista concedida à autora*. João Pessoa. Novembro de 2014.

Antônio Fernando Viégas. *Entrevista concedida à autora*. João Pessoa. Fevereiro de 2013.

José Inaldo dos Santos. *Entrevista concedida a autora*. João Pessoa. Maio de 2013.

Mário Glauco Di Lásccio. *Entrevista concedida à autora*. Setembro de 2014.

Osmar de Lima Carneiro. *Entrevista concedida à autora*. João pessoa. Novembro de 2014.

Severina Antero da Silva. *Entrevista concedida à autora*. Maio de 2013.